



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A ALTERNÂNCIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: A GUINADA DA
DIREITA NA VENEZUELA, CHILE, BRASIL E ARGENTINA**

Tammy Eduarda Corrêa

Lajeado, novembro de 2020.

Tammy Eduarda Corrêa

A ALTERNÂNCIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: A GUINADA DA DIREITA NA VENEZUELA, CHILE, BRASIL E ARGENTINA

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, na linha de formação específica em Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Borne Ferreira

Lajeado, novembro de 2020.

This page intentionally left blank.

RESUMO

A América Latina sofreu marcantes oscilações políticas durante as últimas três décadas. No final dos anos 1990, diversos países da região vivenciaram a chamada Onda Rosa, caracterizada pela ascensão de partidos de esquerda cuja agenda comum estava baseada na promoção de reformas sociais. Esta análise manifestou a exaustão de modelos governamentais que deram precedente à abertura do cenário político para novas administrações, com o apoio popular e o respaldo democrático. Destaca-se que os países latino-americanos, individualmente, apresentavam fortes tendências político-ideológicas guiadas por governos neoliberais como uma busca de ascensão de novas classes sociais e partidos ao poder. A partir de meados dos anos 2010, esta tendência passou a se reverter. Diversos partidos de direita chegaram ao poder na região, dando início à Maré Azul, ou Onda Conservadora. O movimento, que é composto, portanto, pela vitória de ideais de direita nos processos eleitorais, demarca os atuais partidos e lideranças no poder. Através das experiências políticas vivenciadas no continente, o presente trabalho buscou, inicialmente, analisar as diferenças existentes dentro do espectro político. Os conceitos “direita” e “esquerda”, utilizados ao longo do texto, foram abordados com a intenção de distinguir, clarificar e sintetizar o debate sobre as ideologias através das óticas da ciência política, da filosofia e das relações internacionais. Para além das propostas políticas em voga, este trabalho analisou o fenômeno da alternância política na América Latina a partir do estudo comparado de quatro casos: Venezuela, Chile, Brasil e Argentina. Os países escolhidos foram os precursores a registrarem a guinada de esquerda nos âmbitos domésticos. Em seguida, o trabalho apresentou um balanço dos processos de alternância política nos casos em questão, destacando os principais atores, partidos, e ideias que alavancaram mudanças de governo a partir do final da Guerra Fria. Foram utilizadas, fundamentalmente, fontes secundárias para a elaboração da pesquisa, cujo escopo temporal está limitado às últimas três décadas. Além da revisão bibliográfica, de artigos e de periódicos publicados sobre o tema, viu-se necessário estabelecer uma exposição histórica para o tópico. Sobretudo, foi primordial averiguar a guinada da esquerda nos Estados nacionais latinos e, posteriormente, projetar a mesma investigação detalhada nas ocorrências subsequentes que deram origem ao fenômeno da ascensão da direita.

Palavras-chave: América Latina. Esquerda. Direita. Onda Rosa. Onda Conservadora.

ABSTRACT

Latin America has experienced marked political fluctuations during the past three decades. In the late 1990s, several countries in the region experienced the so-called Pink Tide, characterized by the rise of leftist parties whose common agenda was based on the promotion of social reforms. This analysis intended to show the exhaustion of government models that preceded the opening of the political scenario to new administrations, with both popular and democratic support. It is noteworthy that Latin American countries individually had strong political-ideological trends guided by neoliberal governments as a search for the rise of new social groups and parties to power. As of the mid-2010s, this trend started to change. Several right-wing parties came to power in the region, initiating the Blue Tide, or Conservative Wave. The movement is characterized by the victory of ideas and proposals of the right and of the parties and leaders currently in power. Through the political experiences lived on the continent, the present work initially sought to analyze the differences held within the political spectrum. The concepts of "right" and "left" used throughout the text were approached with the intention of distinguishing, clarifying and synthesizing the debate on ideologies through the optics of political science, philosophy, and international relations. In addition to the current political proposals, this work analyzed the phenomenon of political alternation in Latin America from the comparative study of four cases: Venezuela, Chile, Brazil, and Argentina. The countries chosen were the forerunners in registering the left turn in the domestic sphere. Then, the work presented a balance of the processes of political alternation in each of the four cases, highlighting the main actors, parties, and ideas that leveraged changes in government since the end of the Cold War. Secondary sources were fundamentally used for the lead up research, whose temporal scope is limited to the last three decades. In addition to the literature review of articles and periodicals on the topic, it was necessary to establish a historical exhibition for the topic. Above all, it was essential to verify the left's turn in Latin national states and to subsequently outline a detailed investigation into the ensuing occurrences that outcame the phenomenon of the right's rise.

Keywords: Latin America. Left. Right. Progressive neoliberalism. Pink Tide. Conservative Wave.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Acción Democrática - Ação Democrática (Venezuela)
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ARENA	Aliança Renovadora Nacional (Brasil)
ARI	Afirmación para una República Igualitaria - Aliança para uma República Igualitária (Argentina)
CAMRI	Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores
CAUSA-R	Causa Radical - Causa Radical (Venezuela)
CBA	Ciudad de Buenos Aires - Cidade de Buenos Aires (Argentina)
CC-ARI	Coalición Cívica para la Afirmación de una República Igualitaria (Argentina)
CELAC	Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CFK	Cristina Fernández de Kirchner
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente - Comitê de Política Eleitoral Independente (Venezuela)
CTV	Confederación de Trabajadores de Venezuela - Confederação de Trabalhadores da Venezuela
DEM	Democratas (Brasil)
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FREPASO	Frente País Solidario - Frente País Solidário (Argentina)
MAS	Movimiento al Socialismo - Movimento ao Socialismo (Venezuela)
MBR-200	Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 - Movimento Bolivariano Revolucionario 200 (Venezuela)
MEP	Movimiento Electoral del Pueblo - Movimento Eleitoral do Povo (Venezuela)

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MFR	Movimiento Federal Recrear - Movimento Federal Recrear (Argentina)
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria - Movimento da Esquerda Revolucionária (Chile)
MVR	Movimiento Quinta República - Movimento Quinta República (Venezuela)
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCh	Partido Comunista de Chile - Partido Comunista do Chile
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCV	Partido Comunista de Venezuela - Partido Comunista da Venezuela
PDC	Partido Demócrata Cristiano - Partido Democrata Cristão (Chile)
PDT	Partido Democrático Trabalhista (Brasil)
PDVSA	Petróleos direto de la Venezuela S.A. - Petróleos de Venezuela S.A.
PJ	Partido Justicialista/Partido Peronista (Argentina)
PL	Partido Liberal (Brasil)
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista (Brasil)
PPD	Partido por la Democracia - Partido Pela Democracia (Chile)
PRN	Partido da Reconstrução Nacional (Brasil)
PRO	Propuesta Republicana - Proposta Republicana (Argentina)
PRSD	Partido Radical Socialdemócrata - Partido Radical Socialista Democrático (Chile)
PSCh	Partido Socialista de Chile - Partido Socialista do Chile
PSD	Partido Social Democrático (Brasil)
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal (Brasil)
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela - Partido Socialista Unido da Venezuela
PT	Partido dos Trabalhadores (Brasil)
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RECREAR	Recrear para el Crecimiento - Recriar para o Crescimento (Argentina)
RN	Renovación Nacional - Renovação Nacional (Chile)
UCR	Unión Cívica Radical - União Cívica Radical (Argentina)
UDI	Unión Demócrata Independiente - União Democrática Independente (Chile)
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URD	Unión Republicana Democrática - União Republicana Democrática (Venezuela)

VP

Voluntad Popular - Vontade Popular (Venezuela)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos governos de esquerda que caracterizam o início do fenômeno da Onda Rosa.....	84
Quadro 2 – Classificação dos governos que caracterizam o final do fenômeno da Onda Rosa.....	86
Quadro 3 – Classificação dos governos de direita que caracterizam o início do fenômeno da Onda Conservadora.....	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O FENÔMENO DA ONDA ROSA LATINO-AMERICANA	21
2.1 Venezuela	24
2.2 Chile	31
2.3 Brasil	36
2.4 Argentina	42
3 A GUINADA DAS “DIREITAS” LATINAS: A ONDA CONSERVADORA	49
3.1 Venezuela	52
3.2 Chile	61
3.3 Brasil	67
3.4 Argentina	75
4 CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	91

1. INTRODUÇÃO

A configuração da sociedade como a conhecemos hoje faz parte de uma evolução cronológica composta por ressignificações e novas análises de dicotomias impostas pela história. A linguagem, que nos permite dentre tantos meios de entendimento e interpretações, não obstante, torna possível o registro de fenômenos históricos que serão de grande valia para análise que realizar-se-á ao decorrer deste trabalho.

Em um primeiro momento, faz-se necessária a análise incipiente e introdutória que coloca em xeque a diferenciação de nomenclaturas de aspectos relativos à ciência política. Tal ação irá nortear o mapeamento do esgotamento da adoção de modelos políticos revolucionários na América Latina até a culminância de novas propostas de governos conservadores na atualidade.

O relato dessa efemeridade dos campos políticos na América Latina provoca o questionamento que envolve a contraposição de cunhos políticos de esquerda e de direita em um curto período de tempo. Tendo o início na década de 1990, a guinada da esquerda foi marcada por diversas revoluções sociais em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Venezuela, Uruguai, Chile e Peru. Ao longo dos anos, no entanto, é possível observar que houve o estancamento - ao invés da manutenção - das políticas de caráter progressista através da ascensão de regimes capitaneados pela direita no Cone Sul e, conseqüentemente, um palpável objeto de estudo para a realização desta pesquisa, que em breve será amplamente debatido.

O alvo primeiro desta ousada digressão tem como intuito elucidar a diferenciação da díade (BOBBIO, 1995) composta pela esquerda e pela direita com base no espectro político concebido historicamente. O estudo de díades contempla

uma ideia de análise por contraposição que pode basicamente ser estudada pelos mais diversos campos do saber, como por exemplo pela sociologia e pela psicologia, sendo que sua abordagem pode tanto dar-se de forma antitética como de forma complementar:

Existem díades em que os dois termos são antitéticos outras em que são complementares. As primeiras nascem da interpretação de um universo concebido como composto de entes divergentes, que se opõem uns aos outros; as segundas, da interpretação de um universo harmonioso, concebido como compostos de entes convergentes, que tendem a se encontrar e a formarem uma unidade superior. A dupla direita-esquerda pertence ao primeiro tipo (BOBBIO, p.32, 1995).

Simplificadamente, existem duas conformações de ocorrência das díades; seja de forma harmônica ou discordante, o resultado desta relação culmina na formação de uma unidade, ou seja, a realidade política existente nos cenários nacionais. De acordo com Bobbio (1995) essas duas direções políticas são distintas no que tange a ideologia que permeia cada uma das vertentes. Para além do teor ideológico, elas representam a confluência de abordagens distintas para soluções de problemas, ou seja, apresentam um “[...] contraste não só de ideias, mas também de interesses e de valores [*valutazioni*] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade” (BOBBIO, 1995, p. 33).

Carr (2001) utiliza do mesmo estudo a partir de díades, aspectos que em contraposição de dualidade elucidam ideias do entendimento sobre uma ciência - para este trabalho, mais precisamente, focando na ciência política - ao dissecar as particularidades que envolvem a esquerda e a direita. O teórico posiciona de forma definida que a ideologia de direita está diretamente relacionada com a prática, isto é, está subvertida à méritos individuais e empíricos. Para o burocrata conservador é de suma importância perdurar as tradições através da execução de procedimentos padrões ao simultaneamente considerar uma ordem palpável que “[...] corre o risco de tratar o objetivo meramente como um produto mecânico de outros fatos” (CARR, 2001, p. 20).¹

¹ Ao termo burocrata confere-se automaticamente a característica de que a experiência e o conhecimento adquirido através da vivência pessoal são categorias de noção superior quando em comparação com o desenvolvimento do raciocínio lógico, lúcido e racional, por sua vez conferidos através do embasamento teórico - ou neste caso ausência deste mesmo (CARR, 2001).

Já a esquerda, lado êmulo desta análise, considera substancialmente o raciocínio intelectual e teórico para alcançar seus objetivos, buscando formular as ações (prática) com base na tese. Nessa perspectiva pouco se detém a análise na tendência factual pois “[...] trata o objetivo como único fato básico” (CARR, 2001, p.20), e devido à realidade impugnante dos fatores, procura por soluções imaginativas para um desdobramento natural do futuro.² A esquerda compartilha não só do nicho utópico e determinista de concepção da ciência política, como também partilha das tendências radicais e transformadoras da ideologia; ao passo em que a perspectiva de direita distingue-se por utilizar a abordagem realista, justamente pelo fato de não basear-se nas aspirações teóricas, toma como exame a evolução predeterminada dos fatores e apresenta uma distinção marcante que compõe a díade pois “até hoje a direita é fraca em termos de teoria, e sofre por sua inacessibilidade a ideias” (CARR, 2001, p. 27).

Autores como Carr (2001) inclinam-se ao estudo das relações internacionais através de uma perspectiva realista a partir de conflitos destrutivos entre nações, cuja busca recorre à compreensão do estudo do decurso de acontecimentos em âmbito internacional. Com base nas crenças e deliberações que antecedem qualquer conflito, vinculam-se às políticas exercidas nos âmbitos nacionais como influenciadoras de fenômenos internacionais. A adoção da teoria realista que, por sua vez, compreende uma forma anárquica de visualização do sistema internacional, sucedeu o estudo da ciência política internacional dissecado de forma utópica. Inicialmente, não se recorria à tendência factual das ocorrências do campo político, buscava-se de forma pragmática o culminante objetivo de impedir a ocorrência de guerras.

O estudo do campo das relações internacionais teve estímulo nascente com a Primeira Guerra Mundial, durante o período de 1914 a 1918. Após seu término, no entanto, é que se encorpou de forma a ser popularizado; até então, assuntos do escopo da análise de processos decisórios estavam naturalmente incumbidos ao Estado e possuíam vínculo direto com as questões militares. O resultado da ocorrência do conflito engendrou duas novas características importantes à política. A primeira delas é o reflexo do contexto social e, portanto, a corroboração em identificar na sociedade civil - fortemente impactada pela guerra - uma fonte de contribuição a

² Carr (2001) declara que o líder revolucionário de esquerda é impulsivo e idealizador por buscar resoluções ao exaltar o cunho teórico, pouco se detém em analisar a ordem de cenários verídicos e reais que antecedem a culminância de fenômenos políticos específicos.

ser refletida e ponderadas pelo Estado. Já a segunda diz respeito à impossibilidade em abreviar a análise primitiva e natural de eventos precedentes, pois a mesma é essencial para compreensão do desdobramento dos fatores.

O funcionamento da balança mundial de poder leva Carr a afirmar que a análise dos eventos requer que diferentes óticas sejam sopesadas, visto que “a ciência política tem de ser baseada no reconhecimento da interdependência da teoria e da prática, que só pode ser atingida através da combinação de utopia e realidade” (2001, p. 20).

A partir desta concepção torna-se inteligível associar a sociedade com o coeficiente funcional do sistema, um elemento que exerce função coadjuvante para o regência do poder governamental, este em sua essência precisa ser coerente com as necessidades propostas pela realidade social.³ A apuração da obra do filósofo político italiano Norberto Bobbio, *Direita e Esquerda* (1995), permite ainda averiguar que as ideologias são matéria da transmutação temporal, onde novas visões e abordagens são uma consequência natural e inevitável da evolução social, ao elucidar que “não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise” (BOBBIO, 1995, p.33).

Levando em consideração a analogia e a articulação de ambos os campos se constata a impossibilidade em discutir o aspecto político sem contrapor suas dimensões que, em suma, convergem ao derradeiro da coexistência. Aí se dá outra concepção abordada por Bobbio no que diz respeito à natureza de interdependência das duas vertentes, cuja relevância política encontra-se constantemente em teste e neste quesito é remotamente difícil conquistar um cenário balanceado, com o mesmo nível de força e possibilidade de alcance para ambos os lados:

Na dupla antitética direita-esquerda, limitada à linguagem política, a força respectiva dos dois termos não é dada constitutivamente - ao contrário do que ocorre na linguagem biológica, e por extensão na linguagem religiosa e ética, em que o termo forte é a 'direita' -, mas depende dos tempos e das circunstâncias. Na história italiana após a Unidade, ao predomínio da Direita

³ Para pensadores clássicos como Thomas Hobbes (1651), a coesão social depende não só de uma pactuação social, como também da eleição de um líder que efetivará o contrato social e permitirá que se instaure a lei natural [*lex naturalis*]. Ao longo da história é perceptível como a orientação política deu-se a partir da popularização de discursos de diversos *maîtres à penser* que, com suas manifestações teóricas, carregavam certo teor ideológico como forma de orientação aos seus discípulos. O clamor da sociedade para com seus líderes ressignifica a afirmação da propagação de discursos, seja de esquerda ou de direita, e permite a existência de diferentes vertentes e posicionamentos políticos. Conclui-se, então, que a interação social é um fator marcante para o funcionamento do sistema.

segue-se o predomínio da Esquerda. Mas predomínio não significa exclusão do outro. Tanto no caso predomínio da Direita sobre a Esquerda, quanto no caso contrário, as duas partes continuam a existir simultaneamente e a extrair cada uma delas a própria razão de ser da existência da outra, mesmo quando uma ascende na cena política e a outra desce (BOBBIO, 1995, p. 44).

A história italiana, conforme citação no trecho acima, traz consigo uma importante significação da direita ao implementar o modelo de ideologia fascista. Em sua essência, o fascismo delimita não só um período histórico italiano como também marca a ascensão da ditadura burguesa. Neste cenário é possível observar o surgimento de grupos de militância antifascista “cuja atividade política consiste essencialmente numa campanha propagandística permanente contra o regime de Mussolini” (BOBBIO et al., p. 37, 1998), mais uma vez exemplificando a normalidade na presença da coexistência das oposições como ferramenta de contraposição política.

Já ao observar o Socialismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS, nota-se o oposto, com a guinada da concepção preparatória para a “revolução mundial” ao pregar a defesa dos interesses nacionais pautados na luta econômica e social através do movimento operário.⁴ O cunho revolucionário é uma característica fixa perceptível nas políticas de esquerda e, ainda que o movimento socialista russo tenha entrado em ruína, sua queda é vista como o fim de um sistema historicamente bem delimitado, e não como a implosão da esquerda como um todo.

Para Arendt (1989) a ideologia nacional-socialista [*Der Nationalsozialismus*] do Partido Nazista era semelhante à campanha de difusão do nacionalismo na União Soviética, onde prega-se a injúria à sensatez como uma ação normal a ser abraçada nacionalmente.⁵ No caso do nazismo alemão, em específico, há a

⁴ A obra *Dizionario di politica* é de grande valia para o entendimento da terminologia dos jargões políticos, onde filósofo italiano Norberto Bobbio analisa, entre diversos aspectos, o Trotskismo. Termo que carrega consigo um conjunto de princípios no que tange à sucessão da classe socialista a partir da década de 1924. Para Trotsky há claramente uma situação permissiva quanto a ações que não são conflitantes com o objetivo revolucionário da URSS e, portanto, configura-se como um ato de defesa preparatória que projetar-se-ia sobre o mundo; a propinquidade entre os objetivos estratégicos com os meios táticos, que em suma são essenciais para a garantia da ordem soviética (MAITAN, 1972, apud BOBBIO, 1998).

⁵ Ao dissertar sobre a disseminação do antissemitismo durante o período nazista que se instaurou na Alemanha antes de sequer eclodir na Segunda Grande Guerra, Arendt (1979) fita que o nacionalismo e a xenofobia do nazismo imprimiram na “questão judaica” o sentido de causa e efeito. A ideologia em si forjou sua ditadura do terror que, através da perseguição de judeus, gerou o dilema do bode expiatório; o bom-senso (e a ofensa que lhe é conferida), afinal de contas, apresenta o intuito de avaliar - e questionar - ao papel que foi incumbido a um grupo impotente do sistema.

propagação do antissemitismo; tal ferramenta, conforme elucida a autora, não passaria apenas de um artifício para controle de grandes massas populares, um apelo demagógico e logrador causal de uma fissura (que deve ser corrigida) no funcionamento do sistema nacional:

O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido. O que interessa ao historiador é que os judeus, antes de se tornarem as principais vítimas moderno, constituíam o centro de interesse da ideologia nazista (ARENDE, 1989, p. 26).

Ao pensar neste relativismo extremo, que pode ser adotado por ambos os lados, detecta-se o que pode ser considerado - no mínimo - desastroso e, em comum, exibem a antidemocracia como característica.⁶ Neste ponto, ao referir-se aos extremos, há a possibilidade de entrever que em verdade existem compleições análogas onde “[...] o bolchevismo e o fascismo (ou nazismo) estão ligados por um fio duplo, o segundo sendo a inversão do primeiro, e a reação que segue à ação, a revolução contra, mas sempre revolução, a catástrofe após a catástrofe” (BOBBIO, p. 55, 1995). A díade, portanto, continua a existir com base nas modificações provocadas historicamente, pois afinal não são concepções absolutas e estão sujeitas a mudanças e reformulações.

Outros autores contemporâneos como Silva (2014) ao escalpelar os significados e diferenciações da esquerda e da direita percebem ainda o acontecimento de movimentos radicais, que eclodem de forma repentina e com potência para abalar a estrutura do sistema. As revoluções são o primeiro tipo de evento que podem se suceder nos cenários políticos. Tendo a possibilidade de pender para quaisquer dos lados, as revoluções podem ser distinguidas pelo objetivo explícito que procuram obter através da crítica veemente à conjuntura que está vigor em determinado momento.

Ao referir-se a movimentos revolucionários alusivos à ideologia de esquerda há a busca em empoderar e ampliar a representação de grupos menos favorecidos pelo sistema. A direita, sob outras perspectivas, visa manter - ou até mesmo fortalecer - parcelas sociais que por si só já possuem representatividade e manifestação

⁶ O relativismo toma a dimensão política horizontal, que prevê o radicalismo ideológico, que pende tanto para esquerda como para a direita e, ainda, prevê a existência de outras ideologias compreendidas entre essas extremidades opostas (LAPONCE, 1981 apud BOBBIO, 1995).

garantida nas esferas de poder. De acordo com esse critério, a direita prevê na disposição socioeconômica vertical a aplicação de uma política baseada no tradicionalismo que simpatiza com a sustentação de questões religiosas e nacionalistas:

A posição aqui adotada será a de que esses termos indicam a brusca radicalização de um processo político, por parte da esquerda ou da direita. Mais explicitamente: revolução é um amplo e súbito movimento de alocação de grupos sub-representados nos círculos de poder, feita em detrimento dos grupos ocupantes desses círculos (SILVA, 2014, p. 158).

Por outro lado, Silva (2014) revela outro tipo de movimento, este com teor diferenciado à revolução devido ao propósito que tem de perdurar o perfil do *status quo* e da configuração já existente na sociedade, sendo intitulado de golpe. Em síntese, o “[...] golpe é um amplo e súbito movimento de reafirmação dos grupos já devidamente representados nos círculos de poder, feita em detrimento dos grupos não inseridos nesses círculos” (p.158).

Visando reafirmar essas posições de poder, o golpe ainda se destaca pelo fato de agir em detrimento quanto aos grupos que não fazem parte deste círculo de influência e prejudica novos acessos e inserções externas. Um exemplo lúcido que aqui pode ser exposto é o próprio Golpe de Estado de 1964 no Brasil, quando foi possibilitada a tomada de poder pelas forças militares.

Cabe aqui advertir que tais movimentos são resultado da ebulição de grupos políticos e seus adeptos. A liderança de partidos políticos, por exemplo, tem como intuito a promoção de ideias e ideologias à sociedade, sua coexistência e interação é prevista por lei e permite que a sociedade participe de forma intensa e entusiástica em estabelecer seus ideais e, como previsto por Bobbio (1995) anteriormente, é inviável prever que não haverá atrito entre a díade - ou, neste caso, sobre qualquer que seja a orientação do partido oponente.

Utilizando do pressuposto de que tais eventos tenham sido experienciados em anos não muito distantes da realidade atual e tomando os ensejos políticos como relativos, não só por sua sensibilidade histórica, demanda popular e traços culturais que podem lhe afetar, é perceptível a guinada de diversas vertentes, tanto provenientes da direita como da esquerda. A nitidez quanto a posicionamentos específicos, seja com o alinhamento a religião - por parte dos adeptos de uma política mais tradicional - da direita ou com a aquiescência de debates sobre temáticas ligadas

ao âmbito social e à revolução de costumes da esquerda, faz com que haja clareza para distinguir ambos os posicionamentos ainda nos tempos modernos.

Dos regimes mais difundidos no ocidente, observa-se a guinada da democracia como um sistema que permite a participação popular na escolha de seus líderes, tendo em sua essência a aversão aos regimes ditatoriais, como o nazifascismo e o socialismo soviético. Para Kelsen (1993) a adoção da democracia é parte de um fenômeno que exemplifica a ação do governo com o intuito em atender ao interesse popular ao mesmo tempo em que deve ser capaz de controlar a ordem social. Com o passar dos séculos o modelo também sofreu ações do tempo e com isso houve a expansão participativa de outros membros da sociedade, como de mulheres e assalariados, que se concebeu a partir do século XX:

O termo [democracia] designa um governo no qual o povo participa direta ou indiretamente, ou seja, um governo exercido pelas decisões majoritárias de uma assembleia popular, ou por um corpo ou corpos de indivíduos, ou até mesmo por um único indivíduo eleito pelo povo. Os indivíduos eleitos pelo povo são chamados seus representantes. Essa representação do povo significa a relação, constituída por eleição, entre o eleitorado e os eleitos (KELSEN, 1993, p. 142).

A conquista deste cenário, todavia, necessita do engajamento e demanda popular pois, como induzido por Kelsen, a democracia é uma conquista política que permite essencialmente o interesse social em colaborar com a unidade política nacional, o Estado. A partir do enfoque de abordagem da situação da América Latina no que tange os âmbitos burocráticos, é evidente alcançar o pressuposto das revoluções populares com a principal finalidade da abstração da democracia como um arquétipo administrativo com amparo à justiça social. Dentro dos preceitos do modelo estão a preservação dos direitos públicos, como à garantia ao “pluralismo democrático” (MELO, 2010, p. 142) e às disposições que concernem os deveres individuais para estruturação da ordem civil.

No âmbito político latino o movimento constitucionalista passou a ser positivado a partir da década de 1980, tendo como principal intuito a validação de constituições que regulamentam o funcionamento dos regimes exercidos pelo poder executivo, e desta forma provocar a gradual “abertura democrática” (MELO, 2010). Concomitante com a conversão democrática do cenário político latino há a adoção de “[...] sistemas orientados à tutela dos direitos fundamentais” (MELO, 2010, p.140) e a

proposição em adotar uma postura que pactue com a constituição no sentido de afirmar as liberdades públicas e os direitos humanos pelo sistema jurídico:

A tal fim, as Constituições estabelecem instituições paralelas de controle, fundadas na participação popular: o 'Poder Ciudadano' na Venezuela, o 'Control Social' na Bolívia e o 'Quinto Poder' no Equador. A subjetividade histórico-política e do 'povo', do conjunto heterogêneo de cidadãos, é enfatizada: como comunidade aberta de agentes constituintes, os cidadãos decidem os delineamentos efetivos do pacto social, 'contratam' e consentem o modo de governo do Estado, no Estado (MELO, 2010, p. 145).

Para adquirir a qualidade e característica legal, os textos constitucionais devem obrigatoriamente traçar uma abordagem profusa de pautas de maior complexidade, estas necessariamente descritas com minúcia, para que sejam colocados à prova popular por intermédio de plebiscito. É através das assembleias nacionais constituintes que se dá essa elaboração dos textos legais e onde se prevê a inserção participativa e dinâmica das populações nacionais:

Ao mesmo tempo, as novas Constituições conjugam a integração internacional à 'redescoberta' de valores, tradições e estruturas locais e peculiares, e estimulam, assim, um novo modelo de integração latino-americana, de conteúdo marcadamente social, que supera o isolacionismo intercontinental de origem colonial e enfatiza a solidariedade nesse novo contexto da integração (MELO, 2010, p. 144).

Em resultado, há a exploração da pluralidade étnica e cultural unida à adição do envolvimento popular e, posteriormente, com a junção das causas ligadas à consciência ambiental, que propalam ainda ao movimento de descolonização e ao desejo de promover maior interação econômica entre os países andinos. O modelo tem como principal objetivo conquistar melhores condições de vida, bem como favorecer a economia ao manifestar regimes que exaltem as "[...] sociedades multifacetadas, mestiças e multiétnicas, que em muitos casos constituem efetivamente exemplos de Estados plurinacionais" (MELO, 2010, p. 145).

No entanto, não é antes da década de 1990 que "[...] o constitucionalismo na América Latina recebe nova linfa da promulgação das Constituições de Venezuela (1999), Equador [*bien vivir/sumak kawsay*] (2008) e Bolívia [*suma qamaña*] (2009)" (MELO, 2010, p. 144). Estes novos planejamentos políticos permitem que seja delimitada uma nova concepção de Estado, com novos estágios no que reverbera aos direitos e obrigações e somente ao se fazer valer da democracia instaurou-se de

forma legítima e de forma a exercer o papel exemplar ao instaurar um molde de governo que poderia ser desenvolvido pelos seus vizinhos e caracterizam uma nova fase do constitucionalismo latino.

O entendimento de todos os conceitos debatidos e pormenorizados tem como principal intuito aclarar concepções que são costumeiramente abordadas de forma empírica, mas que sobretudo para esta monografia carecem do respaldo teórico para fundamentar a questão política instável da América Latina. Vem à baila reiterar o fato de que a ambiguidade dos significados é tangível, porém ao recorrer a literatura de forma exequível é possível restituir uma interpretação unívoca.

A alternância política na América Latina foi enfatizada nas últimas três décadas e oportunizou tanto a guinada da esquerda como da direita - em diferentes períodos e gradações - em diversos países latino-americanos. Coube à revisão subsequente investigar a razão pela qual deu-se a rotatividade das políticas e compreender o esgotamento dos modelos adotados inicialmente pela esquerda, dando origem ao movimento intitulado de Onda Rosa, e posteriormente com a substituição por propostas alternativas capitaneadas pela direita, a chamada Onda Conservadora.

A pesquisa, a partir do viés da ciência política, requer uma natureza qualitativa para realização da coleta de dados como finalidade de explicação desses fenômenos, bem como comparativa para o entendimento das questões políticas de forma integrativa. Além de utilizar de diferentes fontes do saber, como da filosofia política e das relações internacionais, o procedimento a adotado consiste na verificação de fatos históricos redigidos e documentados:

Esta linha de pesquisa permite incluir questões estruturais (econômicas, materiais) e superestruturais (políticas e ideológicas), enfocando, em termos comparativos, as relações entre o Estado [...] e as classes (as frações de classes), sob o pano de fundo da economia política internacional. Também permite o estudo dos movimentos sociais e da luta pelo poder político, assim como entender as políticas públicas como produto dessa luta (ROJAS, 2015, p. 2).

A metodologia de pesquisa adotada pelo presente trabalho buscou junto à revisão bibliográfica, e de artigos e periódicos publicados sobre o tema, estabelecer uma exposição histórica para o tópico que se refere à guinada da esquerda através de diversas revoluções nacionais nos Estados latinos e, posteriormente, projetar a mesma investigação nas ocorrências subsequentes que deram origem ao fenômeno da ascensão da direita.

Contando com a limitação temporal em que se verificam os indícios iniciais da Onda Rosa, o primeiro capítulo terá como intuito analisar a ascensão da esquerda na América Latina que teve ocorrência no desenlace da década de 1990. A pesquisa e a exposição de dados buscarão identificar os países em que a Onda Rosa ocorreu de forma cronológica, assim como relatar as lideranças e os partidos políticos diretamente envolvidos no fenômeno. De maneira descritiva e expositiva serão também averiguadas as proposições que estavam em jogo em cada ocorrência, considerando não apenas a explanação do contexto político enfrentado por cada um dos Estados, como também aludindo à fatores socioeconômicos. Em conclusão, busca-se obter um balanço da atuação dos atores nacionais que abranja questões domésticas e sistêmicas.

O segundo capítulo desta monografia será abordado o fenômeno da Onda Conservadora, assim como sua ordem serôdia de colocação histórica, de igual forma situado temporalmente na retaguarda da Onda Rosa. Em relação ao período, será observado o momento em que se deu a queda dos governos capitaneados pela esquerda a partir da constatação contemporânea da ascensão da direita na América Latina. Nesta mesma seção, ao procurar distinguir e examinar os países que registraram essa ocorrência, serão reunidos fatos que terão como principal intenção deslindar a ascensão de governos conservadores na atualidade com clamor e apoio social, de forma democrática, ao verificar o esgotamento dos modelos adotados pela esquerda sul-americana.

Para o estudo do segundo capítulo será necessário selecionar fontes contributivas para que haja a explanação concisa e acurada de fatos, buscando respaldo na coleta de informações - seja física ou virtual - e no registro dos conteúdos centrais de estudo e da concepção de acontecimentos reais para que haja a resolução dos atores envolvidos, das propostas políticas em voga e das causas sistêmicas e domésticas que o levaram a eclosão da onda conservadora após os anos 2010. Será objetivado apresentar na conclusão do trabalho uma tipologia de classificação de ambos os governos de esquerda e de direita para descrição de cada governo e a implementação das políticas realizadas em cada um dos momentos.

2. O FENÔMENO DA ONDA ROSA LATINO-AMERICANA

O presente capítulo irá cingir-se ao estudo do fenômeno denominado de Onda Rosa, que teve sua ocorrência na América Latina no final da década de 1990, contando com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, como ação precursora para a conquista ao poder de ideologias de esquerda nos países vizinhos da região.

É válido destacar que nos países latino-americanos, individualmente, frentes políticas específicas apresentavam fortes tendências guiadas por uma tendência neoliberal progressista que propunha a ascensão de novas classes sociais e partidos não tradicionais ao poder. Na análise a seguir será comumente manifestada a exaustão de modelos governamentais que deram precedente à abertura do cenário político para novas administrações, com o apoio popular e o respaldo democrático. Neste contexto a Onda Rosa terá seu início na Venezuela, que com a eleição de Chávez, sofreu propulsão como catalisador de uma renovação progressista.

As esquerdas latino-americanas presentes na contemporaneidade são concebidas por Levitsky e Roberts (2011) como um movimento guiado pelo marxismo e pelos preceitos do socialismo e moldam a noção de que o “objetivo programático central” (p. 5) dos atores - responsáveis por desenvolver essas políticas - é reduzir as diferenças socioeconômicas, assegurar a igualdade, garantir a segurança coletiva, promover a participação popular no escopo político e asseverar os direitos civis e alavancar avanços econômicos.

De partida, Silva (2010) identifica duas particularidades na tendência ao exercício das esquerdas constituídas na América Latina. A primeira delas consiste na atribuição reformista da ideologia em si, que se inseriu nas posições de poder

nacionais por intermédio de artifícios previstos pela democracia e governou dentro das mesmas configurações propostas pelo regime:

Reformista é, pelo contrário, movimento que visa a melhorar e a aperfeiçoar, talvez até radicalmente, mas nunca a destruir, o ordenamento existente, pois considera valores absolutos da civilização os princípios que ele se baseia, mesmo que sejam numerosas e ásperas as críticas que, em situações particulares, se possa dirigir de modo concreto como tais princípios se traduzem na prática (BOBBIO et al., 1998, p. 1077).

Ao dissecar a expressão ‘reformismo’, Bobbio et al. (1998) em seu Dicionário de Política, ilustra que o atributo “[...] se identifica com a práxis da socialdemocracia no poder, de que constitui a realização concreta, partilhando, porém, igualmente das suas dificuldades e limites” (p. 1080). O fito do autor em diferenciar os termos ‘reforma’ e ‘revolução’ é perceptível; preliminarmente, elenca axiomas latentes ao caráter revolucionário que, seja por meios violentos ou fleumáticos, o distinguem, pois, tem como objetivo pôr em determinada ordem um comportamento majoritariamente invocado:

Chamaríamos então revolucionário aquele movimento que, independentemente dos meios invocados ou usados, predominantemente pacíficos, violentos ou mistos, visa a um tipo de ordenamento social, talvez não claramente especificado em sua articulação concreta, mas declaradamente antitético com todos os campos — econômico, político, cultural e civil — em relação ao ordenamento capitalista democrático (BOBBIO et al., 1998, p.1077).

O segundo traço das esquerdas com a ocorrência da Onda Rosa, conforme Silva (2010), abrange o espectro das hegemonias nacionais, com um caráter de autonomia em relação aos Estados Unidos.⁷ As mesmas amplificaram seu reflexo na região da América do Sul, devido à implementação de políticas sociais vernáculas pela busca dos países em promover o entrosamento e a integração econômica com seus vizinhos adjacentes. Aliaram-se, também, a condutas contestadoras e rupturistas que pretendiam alcançar com uma política econômica menos ortodoxa com “[...] uma maior autonomia em relação a organismos internacionais - como o

⁷ A concepção de hegemonia nacional confere aos Estados, individualmente, o crédito e a validade da organização política através da opinião pública favorável. Adiante, Silva (2010) conclui que o “ciclo progressista” (p. 15) e neoliberal das esquerdas é passível de atingir o patamar do desgaste, e então haverá a culminância para a crise hegemônica “[...] manifestada em países como a Venezuela, o Equador e a Bolívia [...]” (SILVA, 2010, p. 15) através da instabilidade político-social.

Fundo Monetário Internacional (FMI) -, e em alguns casos uma maior inserção nas discussões em torno da regulação global” (SILVA, 2010, p. 9).

A Onda Rosa traz consigo uma tendência geopolítica que configura a aquisição da alçada governamental de modo institucional e democrático que permitiram a tal viés político consolidar seus princípios norteadores. Silva (2010) ainda julga que os processos de redemocratização ocorridos na década anterior são imprescindíveis como fator contribuinte para a ascensão da esquerda de forma constitucional e com o respaldo da população civil.⁸ Com maior profundidade ainda afirma que “[...] esse processo abriu espaço para a emergência e estruturação de forças opositoras ‘viáveis’” (SILVA, 2010, p. 3) e, de certa forma, colaborou para o desenvolvimento participativo de partidos e de representantes políticos nas eleições, fator essencial para permitir a atuação no espaço parlamentar.

A inserção de outras parcelas políticas nos governos nacionais conferiu às doutrinas democráticas vigentes certo gás e legitimidade, pois proporcionou através de intermédio eleitoral a inserção de novas impulsões de poder “[...] especificamente filiadas à esquerda do espectro político, demonstrou que as democracias latino-americanas possuíam ao fim e ao cabo alguma vitalidade” (SILVA, 2010, p. 3).

Ainda que as instituições estivessem suscetíveis a reformas pelos novos segmentos de poder em certo espaço temporal, Silva (2010) vê na escolha eleitoral a honra ao mérito do sistema e do processo de sufrágio universal previsto pelo arranjo. Devido a essa observação, sob a ótica do autor, aplica-se ainda uma característica em comum na totalidade das esquerdas latinas, todas reformistas, por realizarem seu exercício político dentro das balizas propostas pela democracia (SILVA, 2010).

Em continuidade ao fenômeno houve uma sequência de eleições - e vitórias - da ideologia de esquerda. Após o pleito bem-sucedido de Chávez na Venezuela desenrolou-se a consecução de Ricardo Lagos no Chile (2000), Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006),

⁸ Ao adentrar no campo de estudo do direito, defronta-se na configuração do termo ‘justiça de transição’, que diz respeito ao estabelecimento do estado democrático de direitos. O termo se dá a partir de variáveis que, juntas, permitem a instauração e manutenção do cenário democrático. Um dos exemplos a ser citado é a própria institucionalização da violência, a qual, devido a retratação do rigor e da brutalidade de regimes ditatoriais precedentes, ilustra um feito do processo de democratização a partir do século XX (QUINALHA, 2013).

Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Mauricio Funes em El Salvador (2009).

Em específico, a análise a seguir deter-se-á no aprofundamento dos governos venezuelano, chileno, brasileiro e argentino, respectivamente. A principal finalidade da seleção destes quatro países está permeada na verificação de Rojas (2015), que os enquadra pela apresentação de um perfil “pós-neoliberal”, e no propósito de examinar individualmente o início da guinada de lideranças e partidos de esquerda, bem como as propostas políticas que são colocadas em validade durante cada um dos períodos. Os países escolhidos serão não só analisados a partir da insurgência da Onda Rosa, como também a partir de uma ótica que concebe a oscilação política na América Latina como um fator elementar quando visto a longo prazo; serão, sinteticamente, de igual forma analisados posteriormente a partir da queda das esquerdas.

Ressalvar-se-á que as escalas transicionais da Venezuela, Chile, Brasil e Argentina apresentam distinções no que cabe às ideologias de esquerda. A Onda Rosa, através desta acepção, é utilizada como um instrumento analítico que tem como tendência homogeneizar o movimento de implantação das políticas no continente Sul-Americano. Sua ocorrência delimita novas orientações governamentais que, geopolítica e temporalmente, configuram a manifestação da mesma vertente, ainda que sob diferentes formas e gradações.

2.1 Venezuela

Ao abordar a ordem cronológica dos eventos, primeiramente é possível defrontar-se com o caso venezuelano através da eleição de Hugo Chávez que, segundo Hawkins (2003), é resultado da ocorrência do fenômeno populista ligado ao carisma que emana do líder político para com a sociedade nacional. Conforme descrição de Weffort (1989) o populismo, necessariamente, acaba por massificar diferentes esferas sociais ao desatar cidadãos de níveis específicos e periféricos para realizar uma junção uníssona que automaticamente resulta na alta comunicabilidade populacional.

A compreensão do populismo é igualmente perceptível na obra de Levitsky e Roberts (2011), que enquadram o fenômeno como um meio-termo entre o socialismo e o capitalismo e ensejam a percepção do forte compromisso nacionalista. Neste ponto cabe também reiterar que nem todas as políticas de esquerda são

necessariamente populistas. Nesse sentido, compreende-se que “[...] é mister ter presente que o conceito de povo não é racionalizado no Populismo, mas antes intuído ou apoditicamente e postulado” (BOBBIO et al., 1998, p. 981), ou seja, em sua concepção o componente social é que apresenta a virtude da pureza que permite à população empenhar-se “[...] em sua sobrevivência ou preservação em formas carismáticas” (BOBBIO et al., 1998, p. 982).

Para Bobbio et al. (1998), é cognoscível que ao líder populista é inculcada uma persona quase heroica, que substancialmente exerce uma figura de liderança ideológica. Na conjuntura da América Latina é evidente que há presença do populismo na condução dos representantes políticos, sendo um traço manifesto - e possivelmente também um estímulo - para as oscilações do teor ideológico dos estadistas. No caso venezuelano, os traços populistas durante o governo Chávez passam a ser palpáveis somente no segundo mandato a partir dos anos 2000 (LEVITSKY; ROBERTS, 2011).

Inicialmente, o chavismo ilustrou não só um governo favorável à disseminação política e partidária multifacetada, como também configurou um dos governos mais estáveis até então já experimentados na Venezuela - e na América Latina - e, sobretudo, é classificado como pioneiro no que compete aos governos de esquerda (LALANDER, 2008). O cenário da Venezuela, sob a perspectiva histórica de Lalander (2008) ganha atenção a partir do princípio de que é essencial para o entendimento e análise das “raízes do Chavismo” e para tanto, o estudo requer uma análise da figura de Chávez:

Para caracterizar Chávez como uma liderança populista imediatamente se recorre ao clássico instrumental weberiano, que o caracterizaria como portador de dons carismáticos, espécie messiânica, que estabelece um contato direto com as massas prescindindo das mediações de partidos ou de outras organizações (VILLA, 2000, p. 141).

É importante elucidar breves pontos sobre a vigência da ditadura venezuelana até 1958 - ano em que se deu o golpe de Estado que viabilizou a democratização do país -, durante o governo de Marcos Pérez Jiménez, para compreensão do processo contemporâneo de ebulição da esquerda. Ao longo do século XX o militarismo esteve comumente vinculado à cargos de poder junto ao governo da Venezuela. Villa (2000) explica que a particularidade das ditaduras instauradas é tática a partir da tentativa de

incutir ao Estado a capacidade de alicerçar as burocracias civis, militares e territoriais (expansionistas) do país.

A correlação estatal com a extração do petróleo com a finalidade de matéria-prima para exportação foi, dos principais aspectos, decisiva para o estabelecimento das fronteiras e marcante no que tange à cizânia com as nações próximas (VILLA, 2000). Para Villa (2000) ao partir dessa conclusão é intrincado forjar a figura do Estado sem conferir-lhe o caráter protagonista por deter propriedade (sui generis) do petróleo, pois é justamente a partir do papel dos recursos petrolíferos que busca abarcar os avanços econômicos:

A existência do petróleo condicionou a forma de intervenção do Estado na economia, independentemente de que o regime fosse democracia ou ditadura, e condicionou a relação do Estado com os demais atores políticos, como partidos, sindicatos, Forças Armadas e setor privado (Villa, 2000, p.136).

Lalander (2008) cita que as primeiras manifestações da esquerda por atributos partidários foram através da fundação do Partido Comunista da Venezuela (PCV), em 1931, e dentre a gama dos partidos configurava uma agremiação classificada como moderna. O ato, que se articulou de forma clandestina, tinha como principal objetivo realizar a oposição à ditadura venezuelana ao dispor de grupos de guerrilha responsáveis por manifestar-se de forma furtiva e ilegal. Naturalmente, havia não só a intenção de silenciar tais grupos adversários ao sistema como também manter a configuração política e econômica nas quais eram fundadas a ditadura vigente.

A performance do Estado como regulador econômico, no entanto, passou a sofrer desvio a partir da inépcia em canalizar a renda para a sociedade. Categoricamente pode-se afirmar que “sob a égide do Estado e seus imensos recursos, os atores políticos que emergem em 58 construíram um pacto de governabilidade que colocava como objetivos prioritários da agenda dar estabilidade às instituições democráticas e a modernização política e econômica do país” (VILLA, 2000, p. 137).

O concerto firmado cujo se refere é intitulado como Pacto de *Punto Fijo* que, na concepção de Villa (2000), é um acordo entre as elites que objetiva a queda da ditadura através de um golpe de Estado. O Pacto contou com a junção de um tripé dos partidos de maior influência na Venezuela, a Ação Democrática (AD), a União

Republicana Democrática (URD) e o Comitê de Política Eleitoral Independente (COPEI).

O PCV, sob a perspectiva de efeito do Pacto de *Punto Fijo*, é um grupo de exclusão no tocante às facções já inseridas na política nacional venezuelana. A inserção institucional de partidos que não compunham o tripé de fundação do pacto não era favorecida, e neste sentido Villa (2000) elucida que AD e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) formaram um complexo de consolidação bipartidária:

O puntofijismo não garantia apenas que os partidos que perdessem um processo eleitoral respeitassem o vencedor. Se tratava de uma aliança de diversas frações da burguesia para garantir a estabilidade econômica e política do capitalismo na Venezuela. Desta forma o pacto não garantia exatamente as liberdades democráticas, e sim a alternância no poder entre os principais partidos da burguesia, com destaque a AD (Acción Democrática), representante da social-democracia Venezuelana, e ao COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente), representante da democracia cristã (DA TRINDADE MOURA, 2013, p. 73).

Somente no governo de Rafael Caldera,⁹ em 1968, houve a proposição de um plano resolutivo quanto à conciliação inclusiva com as guerrilhas de esquerda a partir da viabilização legal dos partidos políticos na Venezuela (LALANDER, 2008).¹⁰ A fundação do Movimento ao Socialismo (MAS), em 1971, e da Causa Radical (Causa R) ilustram alguns dos exemplos de ações independentes que se deram a partir de uma mesma vertente. O AD, que vinha até então ocupando o cargo de poder no Estado em oposição ao PCV, fundir-se-ia no Movimento Eleitoral do Povo (MEP). Juntos, MAS e MEP viabilizaram no futuro a fusão ideológica que permitiu a base de sustentação e legitimidade para a campanha de Chávez (LALANDER, 2008).

O contexto transitório da Venezuela é temporalmente delineado a partir da década de 1980 (LALANDER, 2008), data cujo país passou a ser palco da descoberta de inúmeros escândalos de corrupção de políticos filiados ao AD e ao COPEI, bem como de grandes empresários e líderes econômicos inseridos no poder.

⁹ Lalander (2008) elucida que com a eleição de Caldera, representante do COPEI, também conhecido como Partido Social Cristão, propiciou a inserção partidária lícita o que, em breve, também permitiria a segmentação do PCV e a insurgência de outros grupos de esquerda, até então reprimidos durante os governos do AD.

¹⁰ Grupos armados de oposição, neste cenário regidos por ideais de esquerda e que culminam no entusiasmo e enaltecimento do patriotismo.

Fundamentando-se nessa crise de confiabilidade imposta pelos representantes políticos, Lalander (2008) arraiga-se de forma ainda mais tétrica no caso do apoio popular, da oposição política e de acadêmicos da área; identifica também que se deu início à formulação de reformas propostas através da intervenção administrativa pelo governo em 1984, que tinha como objetivo alcançar a descentralização do Estado e a implementação do neoliberalismo.

O *puntofijismo* teve êxito por mais de trinta anos, até que questões como o clientelismo começaram a permear o Estado e colocaram em xeque a confiabilidade do fator social, que em suma levou à privação corroborativa da opinião pública. É, portanto, em 1989 durante o governo do militar Carlos Andrés Pérez com a ocorrência do *Caracazo* em Caracas - capital venezuelana - que adveio o início de uma transmutação social, de forma prática estampando a comoção social latente:

A fúria das pessoas se manifestou de forma espontânea: o Caracazo não se trata de uma revolta organizada por um partido político, sindicato ou movimento social no geral, e sim de um levante popular completamente autônomo, fruto da revolta do povo pobre diante da situação de pauperismo em que eram obrigados a viver. O movimento foi reprimido a balas de fuzil: o exército venezuelano, por ordem de Carlos Andrés Pérez, assassinou e feriu milhares e muitos revoltosos simplesmente desapareceram (DA TRINDADE MOURA, 2013, p. 74).

O protesto consistiu na movimentação popular, principalmente de pessoas com maior limitação de renda, contra a nova configuração econômica proposta pelo governo, uma das medidas adotadas foi recorrer ao FMI para estabilização nacional (Villa, 2000) além é claro do aumento do valor dos combustíveis.

Após a ocorrência do *Caracazo*, as camadas sociais menos prevaletidas passaram a rebelar-se com maior frequência. A insurgência do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), grupo que com inspiração nos preceitos de Simón Bolívar - líder político que contribuiu com o processo de descolonização da Venezuela -, ilustra a representatividade de líderes como Chávez, já engajado ao movimento social a partir da fundação em 1983.¹¹ Conforme descrito por Lalander (2008) a ação tinha como princípio restaurar o poder moral público ao passo em que pregava o nacionalismo e o populismo como preceitos norteadores:

¹¹ Bolívar foi presidente da Venezuela de 1813 a 1814 e depois em 1819. O espanhol - que se tornou venezuelano após a independência do país - além de apoiar-se nos cânones libertários, assumiu papel de herói na Venezuela, Peru, Panamá, Equador, Colômbia e Bolívia, países em que contribuiu com o processo de emancipação.

Na Venezuela se constrói uma força social de 'cima para baixo', em um contexto de ausência de importantes organizações sociais pré-existentes. [...] O governo Chávez é um emergente do 'Caracazo' no marco do colapso do sistema político, institucionalmente democrático, bipartidarista que funcionou com alternância durante quarenta anos (ROJAS, 2015, p. 6).

De acordo com o entendimento de Rojas (2015) o governo de Chávez, forte adepto do bolivarianismo e das doutrinas gramscianas, teria emergido do *Caracazo*.¹² Após esse movimento exordial fomentou a renovação política nacional ponderada pela liderança de Chávez, que só foi efetivada em 1998 por intermédio de eleição presidencial. É válido reiterar que, ainda que Chávez tenha sido democraticamente eleito pela sociedade, a partir de 1989 a revolta popular passou a se manifestar de forma mais incisiva. Lalander (2008) relembra que com um vínculo estreito ao Causa R, o MBR-200 e o MEP coordenaram tentativas frustradas de golpe, como nos anos 1992, período em que Chávez encontrava-se detido.¹³

Até o chavismo alcançar o poder em 1998, Chávez planejou sua articulação política ao fundar e vincular-se ao Movimento Quinta República (MVR) em 1997.¹⁴ Em pouco tempo adquiriu grande adesão e popularidade e tornou-se tão relevante quanto os demais partidos de esquerda já existentes na Venezuela, o Causa R e o MAS. Como saldo do resultado das eleições, Lalander (2008) ressalta que a coadjuvação entre AD e COPEI estremeceu indiretamente devido à guinada de Chávez, e a esquerda chegou a alcançar o governo nacional com uma ampla margem de votos.

Logo após a vitória chavista, Hawkins (2003) elenca que a coalizão de Chávez obtinha suporte em massa da sociedade e que pelo período de dois anos experimentou êxito em implementar e revolução bolivariana que, em suma, previa uma reforma democrática. Exemplo prático desta ação é a implementação de uma nova Constituição Federal em 1999, que ocorreu às custas da base apoiadora do

¹² Teorias políticas do líder italiano Antonio Gramsci, fundador do Partido Comunista da Itália.

¹³ O MBR-200 planejou o golpe de Estado com o nome de Operação Zamora (em homenagem ao político e militar venezuelano Ezequiel Zamora), que aconteceu em 4 de fevereiro de 1992, que não obteve sucesso quanto à aplicabilidade em Caracas (DA TRINDADE MOURA, 2013).

¹⁴ A princípio, o chavismo referia-se exclusivamente à responsabilidade de Chávez no levante militar de 1992, embora tenha sido executado pelo MBR-200. Ganha novos contornos quando a heterogeneidade do MVR confere a Chávez o fundamental papel mediador diretivo, “[...] o chavismo, ao mesmo tempo em que se torna garantia da continuidade e aprofundamento das mudanças sociais, também se transforma em elemento personalista e subordinador da autonomia e participação política” (SEABRA, 2010, p. 219).

movimento chavista através do pleito aprovado por assembleia constituinte. Até os anos 2000, Chávez possuía não só total domínio administrativo em nível nacional, como igualmente dotava de uma conjunção congressista formidável de adeptos de suas motivações e posicionamento, em detrimento ao enaltecimento do AD e do COPEI.

O populismo de Chávez na Venezuela buscou incessantemente pela mudança da configuração social - inclusive durante o período em que esteve detido sob custódia da polícia nacional. A figura de Chávez é tida como um emblema da humildade, marcado por um caráter carismático, pois compartilha dos anseios sociais e é porta-voz dos problemas nacionais; desta forma, dissemina essas questões com o intuito de impactar os políticos e os partidos no poder que engendram o sistema (ZAGO, 1992, p. 67-68 apud HAWKINS, 2003, p. 1147).

A jornada de Chávez no governo é marcada pela intervenção de práticas de esquerda, determinadamente em objeção ao processo de globalização e categoricamente em tornejear reformas voltadas ao mercado (ELLNER, 1999, n.p apud HAWKINS, 2003). Hawkins (2003) conclui que o populismo de Chávez tem uma proposta distante do que possa ser benéfico para o desenvolvimento democrático da Venezuela:

Embora seu governo tenha mostrado cautela fiscal inicial e tenha estabelecido um fundo de estabilização macroeconômica, ele implementou a reforma agrária popular, renovou o envolvimento do governo na prestação ou regulação de serviços básicos, como na educação e no auxílio à pobreza, e tentou recentralizar o governo. Por outro lado, Chávez respeitou mais as liberdades civis e as instituições democráticas do que alguns populistas clássicos, não fez esforços significativos ou bem-sucedidos na cooptação de associações secundárias como a CTV (Confederação de Trabalhadores da Venezuela), e incentivou a inclusão de certos mecanismos progressistas na nova constituição, como a iniciativa popular, referendo e voto destituente (HAWKINS, 2003, p. 1145, tradução livre).¹⁵

Neste sentido, Navia (2006) adiciona que a esquerda de Chávez se caracteriza mais pela interferência que provocou na América Latina do que propriamente em seu

¹⁵ "Although his government showed initial fiscal prudence and has established a macroeconomic stabilization fund, he has implemented popular land reform, renewed government involvement in providing or regulating basic services such as education and poverty relief, and tried to re-centralize the government. On the other hand, Chávez has respected civil liberties and democratic institutions more than some classic populists, has not made significant or successful efforts at co-opting secondary associations such as the CTV (the national labor federation), and has encouraged the inclusion of certain progressive mechanisms in the new constitution, such as voter initiative, referendum, and recall" (HAWKINS, 2003, p. 1145).

governo, pois poucas melhoras refletiram em âmbito nacional com sua figura como chefe de Estado e de forma ínfima estabilizou e fortificou a democracia na Venezuela.

2.2 Chile

Adentrando no caso do Chile, segundo país que cronologicamente apresentou a guinada da esquerda de forma democrática na América Latina - mais precisamente em 11 de março de 2000, com a ascensão de Ricardo Lagos -, é possível perceber já de partida as diferenças no processo transitório até a conquista do Estado democrático de direito.

Sob a ótica de Silva (2009) ocorre o exame comparativo do período democrático chileno - que afigurou uma exceção das nações latinas -, cujo governo permaneceu formidavelmente estável por um espaço temporal relevante ainda no século XX, com irrisórias manifestações populares contrárias. Durante esse ciclo é viável identificar a forte presença da sistematização do elitismo “[...] amparado por um presidencialismo forte e por um Estado Unitário e centralizador [...]” (SILVA, 2009, p. 48), que em suma transmutam a estrutura republicana na qual se fundou a independência do país.

O cenário político chileno é analisado a partir da leitura histórica de Aggio (2000), que reitera as reviravoltas de processos decisórios internos especificamente a partir dos anos de 1970, com a implantação do “[...] regime militar comandado por Augusto Pinochet, imposto ao país após o sangrento golpe de Estado de 1973 [...]” (p. 1). O líder foi deposto somente após duas décadas com a instauração da democracia e, durante o período, contou com diversos ensaios da oposição em tentativas ineficazes em derruir a ditadura militar.

As guinadas de esquerda em países da América Latina são tidas como mudanças que viabilizaram a transição de configurações autoritárias para a conjuntura democrática (AGGIO, 2000). No Chile, não obstante, a passagem do autoritarismo para a democracia foi precedente à prevalência da esquerda no país, mas, diferentemente da ditadura venezuelana, a ditadura de Pinochet “[...] cumpriu com a transição à democracia desfrutando de expressiva popularidade, inclusive, entre as camadas populares da população que, no cenário partidário anterior, eram

tradicionais aliados da esquerda” (MAINWARING; TORCAL, 2003 apud SILVA, 2009, p. 54).¹⁶

Um dos principais produtos da ditadura do General Pinochet foi a instauração da terceira Constituição chilena em 1980 (as Constituições nacionais precedentes foram promulgadas em 1833 e 1925, respectivamente).¹⁷ À mesma confere-se o valimento como uma ferramenta para estabelecer “[...] um poder de veto efetivo para a minoria por meio das ‘supra maiorias’, requeridas não só para reformar a Constituição, mas também para aprovar uma grande variedade de matérias de lei [...]” (HUNNEUS, 2010, 887) e também o mérito de limitação institucional da autoridade presidencial:

Até a constituição de 1980 as linhas gerais do constitucionalismo chileno são paradoxais, pois que marcadas de forte autoritarismo e também da mais longa vivência democrática da América Latina de 1833 a 1972 (quando o violento golpe militar liderado pelo General Augusto Pinochet, terminaria com a morte do Presidente Salvador Allende, instaurando a ditadura militar) (GUEDES; VAL, 2017, p. 44).¹⁸

A adoção de uma série de medidas é identificada por Hunneus (2010) com a nova constituição instaurada após a destituição - e morte - do presidente chileno, Salvador Allende, que ocorreu em 11 de setembro de 1973.¹⁹ Allende foi o primeiro líder latino-americano influenciado pelas filosofias marxistas eleito democraticamente “[...] em aliança liderada pelos partidos Socialista e Comunista - a ‘Unidad Popular’” (SILVA, 2009, p. 49), como representante do Partido Socialista do Chile (PSCh). Seu

¹⁶ “Se, no processo de transição à democracia chilena, algum político personalizou a insatisfação popular com a ditadura militar, buscando, assim, reforçar o seu capital político pessoal, esta personagem foi Ricardo Lagos, com o dedo em riste, a saída de Pinochet do poder, foi um dos muitos episódios que ajudaram a construir a sua imagem pública e o seu carisma político” (SILVA, 2009, p. 43).

¹⁷ “Um dos elementos fundamentais que garantiu legitimidade interna e apoio social das elites ao regime autoritário, além da personalização do poder na figura de Pinochet e da orientação econômica neoliberal, foi o seu projeto de institucionalização política expresso na Carta Constitucional de 1980” (AGGIO, 2000, p. 2).

As Constituições nacionais precedentes foram promulgadas em 1833 e 1925, respectivamente.

¹⁸ Para Hunneus (2010) o afastamento entre os poderes Executivo e Legislativo é acentuada ao passo em que há a divisão entre as “leis orgânicas constitucionais” e ao “quórum qualificativo”, que impelem ao senado e à câmara de deputados a participação mínima de quatro sétimos ou então maioria absoluta, respectivamente, para que aprovelem os projetos e viabilizem a vigência deles.

¹⁹ A tomada do poder pelas forças militares deu-se de forma armada e violenta. Houve uma série de ataques que foram realizados ao *Palácio de La Moneda* em Santiago (núcleo arquitetônico que comporta a Presidência da República do Chile, o Ministério do Interior e as Secretarias Gerais da Presidência e do Governo), lugar onde o até então presidente, Salvador Allende, fora encontrado morto. Existem algumas teorias sobre seu falecimento, dentre as mais concebíveis elenca-se o ato do suicídio ou de tropas armadas que tenham entrado no *La Moneda* e cometido o seu assassinato.

mandato demarcou a aplicabilidade de políticas socialistas na economia, como a nacionalização da indústria e a reforma agrária, através da '*via chilena al socialismo*', que caracterizavam sua evidente inclinação ao socialismo soviético.

Após a deposição de Allende, por intermédio do golpe militar com amplo respaldo das Forças Armadas, o presidente da república chilena passou a ser “[...] limitado em sua autoridade pelo Banco Central e pelo Tribunal Constitucional” (HUNNEUS, 2010, 888). A autonomia concedida ao Banco Central tinha o objetivo de conter o câmbio nacional e cumprir com as políticas monetárias a fim de conter a inflação que havia se instaurado em âmbito nacional durante o governo de Allende:

Na sua tentativa de construir uma sociedade socialista com ‘democracia y libertad’ - ou seja, romper com a institucionalidade do Estado de Direito -, o presidente Salvador Allende e seu governo provocaram a ira das elites econômicas e sociais chilenas. Allende se propunha a reorganizar a sociedade e a economia chilenas sob bases socialistas, com um projeto fundado, principalmente, na propriedade estatal dos meios de produção - isto, numa sociedade subdesenvolvida, exportadora de produtos primários e, portanto, profundamente dependente dos mercados e dos capitais estrangeiros. Assim inspirado, o governo de Allende tratou de ‘nacionalizar’ setores estratégicos da economia, como os latifúndios e as empresas mineradoras de cobre - estas últimas, sob intenso controle do capital estrangeiro, principalmente estadunidense (SILVA, 2009, p. 50).

A principal oposição o PSCh era o PDC, porém houve atritos latentes também com o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) devido à “[...] franca oposição ao discurso e à formação legalista de Salvador Allende que, além de socialista e marxista, era maçom, formado na tradição do liberalismo político laico e radical do Chile” (SILVA, 2009, p. 50).

Embora o mandato de Allende tenha durado apenas três anos, refletiu de forma cataclísmica na administração do Chile. No que repercute a insatisfação popular, arranjou-se um cenário de instabilidade baseado no temor a na apreensão na condução econômica a partir das atitudes presidenciais, vistas como uma sabotagem ao próprio cenário nacional. O Golpe “[...] foi recebido com surpresa por diversos observadores internacionais e chilenos, inclusive o próprio presidente Allende, que acreditava na fortaleza institucional da democracia chilena [...]” (SILVA, 2009, p. 51), porém contou com o apoio dos EUA e com parte da população civil que compunha a camadas da alta sociedade chilena.

Durante a ditadura de Pinochet, Silva (2009) ressalta que ocorreram perseguições às oposições partidárias de esquerda, especialmente com o PSCh e

com o Partido Comunista do Chile (PCCh). Já o PDC teve suas atuações mantidas sem influências externas diretas - devido à conjectura estreita com os preceitos ideológicos propostos pela direita -, principalmente pelo fato de que o regime militar pendia para as políticas de direita. Contudo, a partir da Constituição de 1980 há uma alteração quanto ao caráter do PDC; Silva (2009) explica que a contestação do PDC para com a figura de Pinochet tornou-se ostensível ao passo em que se adotou uma postura de “oposição de esquerda moderada” (p. 57).

A direita chilena contaria, posteriormente, com a formação de uma coalizão entre a União Democrática Independente (UDI) fundado em 1983 - de traços conservadores e religiosos ligados ao catolicismo - e a Renovação Nacional (RN) fundado em 1987 - modernista, laical e democrática; portanto “o que houve no Chile, como no Brasil, portanto, foi uma transição pactuada à democracia, onde a oposições moderadas tiveram que jogar dentro das regras do jogo estabelecidas pela ditadura” (SILVA, 2009, p. 61).²⁰ A metodização destes partidos de oposição moderada (e da esquerda, contrária à ditadura pinochetista) era articular-se de modo a esperar o afastamento de Pinochet do poder:

Ao final de 1986, tornou-se absolutamente clara a impossibilidade de se derrubar a ditadura quer pela via armada quer pela via da luta social de massas que havia mobilizado ativamente diversos setores sociais populares nos três anos anteriores (AGGIO, 2000, p. 2).

Desta forma, o plebiscito de 1988, que estava previsto nas Constituição de 1980, teve como resultado 56% de votos a favor da abstenção do General Augusto Pinochet. Silva (2009) enfatiza que a média de votos favoráveis à manutenção de Pinochet no poder (Sí, 44%) a partir desse momento expressa o grande destaque histórico de uma população chilena adepta às ideologias de direita. O resultado do plebiscito permitiu que se realizassem as eleições de 1989, oportunidade em que seria escolhido não só o novo presidente como também toda a base parlamentar:

O presidencialismo chileno não se manteve estático desde o começo da transição, a partir da derrota de Pinochet no plebiscito de 1988, mas teve

²⁰ “A partir de 1983, entretanto, com a crise econômica que atingiu a América Latina no início daquela década, manifestações de insatisfação popular contra o governo começaram a se organizar no Chile. Foi o período das chamar ‘protestas’, passeatas que envolviam milhares de chilenos pelas principais ruas das cidades. A repressão foi violenta: os militares atiravam aleatoriamente contra a multidão, matando ao léu. O esvaziamento das ‘protestas’ fez surgir novas formas de luta oposicionista no Chile” (SILVA, 2009, p. 58).

importantes mudanças, com destaque para as reformas constitucionais de 1989, negociadas entre a oposição e o regime militar, e de 2005, impulsionada pelo presidente Lagos (HUNEEUS, 2010, 887).

Na década de 1990 há a ocorrência de um fenômeno que diferencia o Chile dos demais países latinos, a formação da *Concertación de Partidos por la Democracia*, que configura uma coligação institucionalizada de frentes como o PSCh, PDC, PPD, PRSD, dentre outros.²¹ Essa coalizão de partidos viabilizou a eleição do primeiro líder chileno após o regime militar em 1990, e perdurou como uma harmonização política até o ano de 2010.²²

Em 1990 há a eleição de Patricio Aylwin do Democracia Cristã, que cumpriu o mandato na presidência da república até 1994, ano em que houve a vitória de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, que permaneceria no poder até os anos 2000. Foi somente nas eleições de 1999 que Ricardo Lagos foi proferido presidente da república. Silva (2009) comenta que Lagos havia sido derrotado por Eduardo Frei nas primárias da *Concertación* e por esse motivo a própria confabulação estrutural da coalizão foi um “[...] obstáculo real para o projeto presidencial de Ricardo Lagos, apesar de sua ampla popularidade e carisma” (p. 43).

Huneeus (2002) destaca que, após a liderança de Allende, Lagos foi primo em alcançar o poder sustido pela coalizão PSCh e PPD. Além da responsabilidade de conferir um novo legado (desta vez positivo) ao socialismo, que havia sido comprometido durante o governo de Allende, tinha também a função de promover resultados econômicos, no sentido de aumentar o índice de crescimento econômico, reduzir o número do desemprego e da inflação (NAVIA, 2006).

As políticas propostas pelos governos de Aylwin e Frei, ambos componentes do DC, “[...] incorpora paulatinamente em seus discursos a ideia de inclusão social” (ROJAS, 2015, p. 14); porém, de acordo com Pribble e Huber (2013) foi somente com Lagos que o Chile passou por uma reforma social incisiva, com a criação do *Chile Solidario* em 2004. O programa assistencial visava reduzir a situação de pobreza extrema, realidade de muitas famílias do país, através da concessão de “subsídio monetário” (SILVA, 2009). Outra contribuição relevante é a reforma de 2005, que

²¹ “A grande novidade que se assistiu após o fim da ditadura, portanto, foi a construção e a estabilidade da aliança centro-esquerda ‘Concertación’, unindo as antigas tradições democrata-cristã, socialista e radical que, antes de 1973, eram rivais” (SILVA, 2009, p. 68).

²² No segundo capítulo da monografia será abordado o caso de Michelle Bachelet, que após findar seu primeiro mandato no Chile, de 2006 a 2010, encerrou com a vigência da *Concertación*.

previa alterações constitucionais como implementação de políticas humanistas e a anulação de demais “enclaves autoritários” (SILVA, 2009).²³ Finalmente o autor observa as contribuições que foram implementadas durante o exercício da coalizão:

Considerando o sistema político do Chile após 18 anos de Concertación, portanto, poderíamos afirmar que se trata de uma democracia representativa, com baixos níveis de participação popular, e alta centralização de poderes nas mãos do Poder Executivo nacional, o que está bem distante do projeto ‘democrático-participativo’ anunciado pelo PS (SILVA, 2009, p. 262).

Durante os seis anos de governos de Ricardo Lagos, o Chile experimentou uma decisiva inserção na economia mundial através da integração econômica com a Ásia, Estado Unidos e a União Europeia, que lhe rendeu avanços internos, como a da própria consolidação da democracia (como produto do bom funcionamento dos poderes). Navia (2006) também cita que as liberdades individuais, a liberdade de imprensa e os direitos humanos e civis passaram a ser causas fortalecidas, especialmente após a ocorrência da ditadura pinochetista.

2.3 Brasil

A nação brasileira é a terceira a tomar figura no cenário político e histórico da América Latina, conseqüentemente é parte terça desta monografia. Para Silva (2009) o caso da guinada da esquerda no Brasil, assim como no Chile, é exemplo da eclosão de uma crise sistemática nas construções partidárias:

Os partidos políticos contemporâneos, em todo o mundo democrático, vêm enfrentando um esvaziamento das suas funções tradicionais de representação política, e sofrendo uma conseqüente crise de legitimidade. Os problemas relacionados à qualidade do exercício da política parecem decisivos para se compreender esta crise dos partidos políticos que, às vistas dos cidadãos, cada vez mais parecem ‘caixas pretas’ corruptas e pouco transparentes, dominadas por oligarquias que, mais do que representar ideias, buscando desesperadamente agarrar-se ao poder (SILVA, 2009, p. 39).

O contexto do país, no entanto, difere do Chile na conjuntura política em que antecedeu a guinada da esquerda ao poder, visto que Luiz Inácio Lula da Silva, ao

²³ Abrangidos como enclaves, Silva (2009) considera a ab-rogação de cargos “vitalícios e designados” aos senadores, permitindo assim a escolha dos 38 postos que ocupam ao senado, e a escolha de comandantes do exército e da polícia ostensiva chilena (os *Carabineros*) por intermédio da chancela presidencial. A imposição penal de crimes cometidos por militares durante a ditadura também fez valer-se com a reforma implementada no governo de Lagos.

contrário de Ricardo Lagos, foi o primeiro líder suscetível às percepções ligadas a esquerda a alcançar o maior cargo do executivo. Savazoni (2013) relembra que o resultado das votações de 2003 garantiram ao Partido dos Trabalhadores (PT) a figura máxima de representação do Estado da República Brasileira de forma exordial e “esse fato histórico promove a atração de um conjunto de ativistas e militantes do altermundismo para dentro do governo Lula” (SAVAZONI, 2013, p. 40).

O período de desenvolvimento democrático brasileiro teve encetamento após a queda da Quinta República, que configurou o final do regime militar.²⁴ A ditadura foi instaurada através de um Golpe de Estado ministrado pelo Exército brasileiro e pela Polícia Militar, com fortes bases nacionalistas, hierárquicas e autoritárias. O Golpe permitiu às forças nacionais a avocação dos poderes em paralelo com a deposição do então presidente, João Goulart.²⁵

Há de ser dito que “o interregno 1946-1964 foi o primeiro momento de maior equilíbrio em nossa federação, tanto do ponto de vista da relação entre as esferas de poder como da prática democrática” (ABRUCIO, 2005, p. 46). Foi uma passagem que contou com o poderio do Partido Social Democrata (PSD) e da Aliança Renovadora social (ARENA), este último tendo sua criação com o intuito específico de manutenção política do regime militarista e propagação hegemônica conservadora.

Conforme expõe Abrucio (2005), a Sexta República traz consigo as ações de redemocratização após a ocorrência da ditadura militar.²⁶ Neste momento novas pesquisas, das mais diversificadas esferas científicas, passam a objetivar o estudo do federalismo brasileiro e “[...] privilegiam a análise do embate, hoje e ao longo da história, entre o governo federal e os entes subnacionais, por meio de suas elites políticas e estruturas de poder” (p. 41).

Justamente por se tratar de um sistema em constante alteração, desde sua implementação com a redemocratização, Abrucio (2005) afirma que a partir de um

²⁴ A Quinta República, ou simplesmente Ditadura militar brasileira, teve duração de 21 anos e pôs fim ao período populista latino que interferia no Brasil desde o fim do Estado Novo (Terceira República), com a abjuração de Getúlio Vargas, e a promulgação da República Nova (Quarta República) em 1946. Silva (2009) resume que a partir de 1945 até 1964 ocorreu “[...] o primeiro período democrático-liberal vivenciado no Brasil” (p. 80).

²⁵ Goulart, popularmente conhecido pelo codinome ‘Jango’, era integrante do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e foi eleito em 1961 por intermédio democrático. Há de lembrar-se que o PTB era “um partido populista durante o período de 1945-64. Após 1979, os antigos líderes do PTB não puderam recuperar a sigla do partido, tendo então fundado o PDT. Tornou-se um aglomerado de deputados, a maioria de direita, cujo interesse preponderante é fisiológico e clientelista” (AMES, 2003, p. 14).

²⁶ A Sexta República teve sua instauração em 15 de março de 1985, com o final da ditadura militar, e perdura até a atualidade.

embasamento experimental tenro e equiparado “[...] o federalismo brasileiro é atualmente um dos casos mais ricos e complexos entre os sistemas federais existentes” (p. 41). Dentro deste estudo há “as oposições descentralização *versus* centralização (ou recentralização) e o poder dos governadores frente à força das instâncias nacionais – os partidos e/ou o Presidente da República – dominam boa parte do debate” (ABRUCIO, 2005, p. 41).

Ainda com o encerramento da ditadura - e com o início da Nova República - é possível perceber, inicialmente, a atuação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com José Sarney (de 1985 a 1990) e Itamar Franco (de 1992 a 1995).²⁷ Ames (2003) explica que o PMDB, constituído em 1965, configura um “partido de centro, de base ampla, herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro, começou como a oposição ‘oficial’ no regime militar” (p.13).

Dentre os partidos mais numerosos em representação no Congresso desde 1994, Silva (2009) cita a presença do Partido Progressista (PP), fundado em 1965 em companhia com o PMDB, juntos “[...] são herdeiros diretos do bipartidarismo imposto pela ditadura militar [...]” (p. 79). Cita também o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado na década de 1980 por intermédio da viabilização do pluralismo político após a queda da ditadura militar. E, por fim, o Democratas (DEM) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que resultam da fase incipiente da trajetória da democracia.

O Partido da Reconstrução Social (PRN) teve participação protagonista por um curto período na jovem democracia brasileira com a ascensão de Fernando Collor de Mello em 15 de março de 1990.²⁸ Seu mandato teve duração até dia 29 de dezembro de 1992 - dia em que renunciou ao cargo no governo federal -, antes de finalizado o processo em andamento que perscrutava a sua impugnação de mandato através do procedimento de *impeachment*:

Em conclusão, corroboramos com a tese que sustenta que o sistema partidário brasileiro está longe de ser caótico, por outro lado, dificilmente poderíamos argumentar que se trata de um ambiente de alta institucionalização, inclusive se comparado com seus vizinhos do Cone Sul. Mas acreditamos que a argumentação mais prudente é que, após o trauma

²⁷ “Apesar de ser vítima de constantes deserções, ainda é o maior partido do Congresso” (AMES, 2003, p. 13).

²⁸ O governo de Collor conduziu importantes reformas econômicas e políticas através de uma ideologia neoliberal, mesmo sendo um indivíduo que não conjuminava dos discursos predeterminados, e simultaneamente buscou fortalecer a figura de poder presidencial (SILVA, 2009).

causado pela eleição de Fernando Collor e pelo seu posterior impedimento, o Brasil entrou em uma trilha de estabilidade política, não apenas econômica, podendo ser considerado, portanto, como uma democracia que está em vias de institucionalização (SILVA, 2009, p. 84).

O processo sofrido por Collor representou uma ruptura simbólica na democracia, visto que o afastamento legal ocorreu “[...] apenas quatro anos após a promulgação da Constituição de 1988” (SILVA, 2009, p. 124).

A sucessão do governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB (de 1995 a 2003), permitiu a experimentação das “[...] mudanças de alguns padrões federativos construídos ao longo da redemocratização” (ABRUCIO, 2005, p. 63); como, por exemplo, limitando o “federalismo estadista predatório” (ABRUCIO, 2005), ao intervir no ultra presidencialismo conferido à governadores e prefeitos.²⁹ Houve também a “[...] a melhora das condições das contas públicas federais” (p. 50) tensionadas pela Era Real:

Ao mesmo tempo em que se fortaleceu o governo federal, os estados entraram em uma séria crise financeira. O estopim disso, sem dúvida alguma, foi o Plano Real. Em primeiro lugar, porque, com o fim da inflação, os governos estaduais deixaram de ganhar a receita provinda do floating, que permitia o adiamento dos pagamentos e o investimento do dinheiro arrecadado no mercado financeiro, possibilitando assim uma elevação artificial dos recursos e uma diminuição igualmente artificial de boa parte das despesas dos governadores (ABRUCIO, 2005, p. 51).³⁰

Ainda que, inicialmente, o governo de FHC tenha se mostrado promissor, Ames (2003) elenca - dentre os feitos profícuos - os avanços em âmbito administrativo com “a abertura da economia, dando continuidade ao que seu antecessor, Fernando Collor de Mello, havia começado” (p. 16). No tocante à reforma previdenciária, FHC contou com a aprovação do Congresso Nacional, em 1998, após um lento processo e “substanciais concessões do governo” (AMES, 2003); a reforma tributária, que também tramitava para o processo de deliberação, doravante perfez-se nas pautas do Poder Executivo.

²⁹ O sistema ultra presidencial apresentado por Abrucio (2005) integra um conjunto de características que correspondem ao processo de “redemocratização e o novo federalismo brasileiro” (p. 46).

³⁰ Lei nº 9069 de junho de 1995. O Plano Real (Sistema Monetário Internacional) foi adotado no dia 1º de julho de 1994, e dentre as legatárias alterações monetárias antecedentes, constitui até a atualidade a moeda corrente oficial da República Federativa do Brasil (Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal).

Ao compreender os efeitos da Onda Rosa no Brasil é possível deparar-se com a eleição de uma das figuras mais benquistas - nacional e internacionalmente - e de notável carisma, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Lula emergiu de antecedentes que exaltavam a luta das classes e, pelo fato de ter exercido a função de metalúrgico por anos, simpatizou cedo com as causas sociais e trabalhistas defendidas pelos sindicatos:

A eleição e posse de Lula para o exercício das funções de chefe de governo e de chefe de Estado inaugurou um novo ciclo na política brasileira, do ponto de vista sociológico – pela origem do presidente (retirante nordestino, vítima da seca) e por sua trajetória forjada na luta sindical contra a ditadura militar e as injustiças sociais – e também do ponto de vista político, pela coalizão político-partidária – aliança do PT com o PL – e pela agenda programática com elevada ênfase social (FREITAS, 2007, p. 66).

Em relação à eleição presidencial, Terron (2000) relembra que a mesma “[...] é condicionada, mas também é condicionante da política social e da política econômica”. Além de ser um momento de avaliação para a população é também ciclo acarrear propício para a comparação entre “[...] partidos, candidatos e propostas, independente do Estado ou município onde vivem e votam” (p.13), que são de suma importância para o destino dos votos do eleitorado.

Verifica-se que os atributos individuais dos candidatos são atrativos ao público, que irá dedicar seu voto, e, devido a essa característica popular, Silva (2000), deduz que de forma mínima há a influência da escolha dos candidatos devido ao partido do qual fazem parte. O padrão geográfico regional em que se moldou à sustentação eleitoral de Lula e do PT ganha destaque em virtude de “[...] sua disparidade com relação às demais preferências partidárias” (SILVA, 2000, p. 40). Terron (2000) observa em sua tese a “trajetória singular” do líder que foi eleito em 2002:

Lula foi eleito na quarta tentativa, em 2002, e conseguiu um segundo mandato em 2006. Focalizamos as principais mudanças e as comparamos às ocorridas na base eleitoral dos outros presidentes eleitos, Fernando Collor de Mello, eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 e reeleito em 1998, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (TERRON, 2000, p. 12).

A estruturação político social do governo nesta fase propôs medidas compensadoras e “no caso brasileiro, essas políticas públicas compensatórias, priorizam os setores populares desorganizados sobre os organizados, aos quais se

tenta esboroar benefícios, como foi o caso da reforma previdenciária do governo de Lula” (ROJAS, 2015, p. 6).

Na esfera pública, Lula possui notoriedade ao implementar projetos assistenciais; nesse sentido, a eleição do líder corroborou com um laivo dúctil pós-liberal “[...] expresso na formulação da necessidade de erradicar a fome, no apelo aos pobres e inclusive na crítica às privatizações” (ROJAS, 2015, p. 10), quando em comparação ao seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. No ano de 2003 lançou o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família, que “[...] prevê a transferência direta de renda, com condicionalidades, que beneficia famílias pobres (de renda mensal, por pessoa, de R\$ 60,01 a R\$ 120) e extremamente pobres (com renda mensal, por pessoa de até R\$ 60)” (FREITAS, 2007, p. 71).

Na concepção de Rojas (2015) a manifestação paulatina de esforços sociais existentes na nação encontrava-se em uma fase letárgica no período das eleições de 2003. O triunfo de Lula, nesse quesito, repercutiu de forma impactante na configuração tradicional das bases presidenciais (ROJAS, 2015), que costumeiramente suscita majoritariamente a participação de membros das elites:

As pessoas que concebem as instituições políticas sempre pertencem à elite, e as instituições não podem ser culpadas por servirem aos seus criadores. O drama do sistema brasileiro não está no fato de beneficiar as elites; o problema é que o sistema beneficia antes de tudo a ele mesmo - isto é, os políticos e os funcionários públicos que o administram. Todas as instituições têm um parti-pris contra a mudança, mas a matriz institucional torna especialmente difícil adotar políticas que se desviem do status quo (AMES, 2003, p. 18).

O primeiro mandato de Lula teve duração até 2006, ano em que ocorreu a eleição nacional para a escolha da presidência a partir de 2007. A principal concorrência de Lula, que pleiteava a reeleição através do PT, era Geraldo Alckmin do PSDB.³¹ No primeiro turno das eleições, o PT alcançou 48,6% dos votos; em segundo lugar, o PSDB contabilizou 43,0% dos votos. Juntos, ambos partidos “[...] obtiveram mais de dez por cento dos votos em candidatos no primeiro turno” (TERRON, 2009, p. 92), tendo em vista que os demais partidos - no estudo de Terron caracterizados como “outros” – somaram juntos apenas 9,7%.

³¹ Terron (2009) analisa o padrão das votações eleitorais ao considerar o território nacional em regiões. Desta forma, as bases geográficas servem como auxílio para registrar o percentual de votos para cada partido concorrente nas eleições.

Devido ao resultado o pleito foi levado ao segundo turno, quando Lula foi - mais uma vez - eleito à Presidência da República (com 60,8%, contra 39,0% de Alckmin) conferindo-lhe à regência do mais alto cargo do Poder Executivo até o ano de 2011.

2.4 Argentina

A Argentina é o quarto país a sofrer repercussão da Onda Rosa no Cone Sul. O conjunto de países dispostos na região, conforme ilustrado até o momento, sofriram crises internas significativas que facilitaram a inserção e emergência de novos líderes políticos nos âmbitos domésticos. Boron (2007) exemplifica que à encargo dos governos de cunho neoliberal há o senso de proposição de mudanças quanto às políticas tradicionais:

Em síntese: o fracasso do neoliberalismo e as formidáveis resistências populares, que se desencadearam na região, precipitaram a ascensão de novos governos com um compromisso, pelo menos discursivo, de abandonar as políticas que haviam mergulhado nossos países numa crise cada vez mais profunda (BORON, 2007, p. 13).

Ao longo da história, a Argentina experimentou uma série de golpes de estado, ademais de apresentar a característica acentuada de desapossar continuamente os líderes do executivo (presidência) e do legislativo (Suprema Corte de Justiça) antes do término dos mandatos (LEVITSKY; MURILLO, 2003). Durante a época do regime militar, de 1930 a 1983, houve uma subsequência de mandatos presidenciais. A maioria dos presidentes empossados no período eram também líderes militares, caracterizando um total de 14 chefes de estado eleitos com ligação às forças armadas nacionais. Destes, no entanto, apenas Juan Perón concluiu seu decreto presidencial após ser eleito.³²

Além do constante fluxo de lideranças e da propagação de condutas inadequadas destes mesmos atores, “a persistente instabilidade institucional é uma das principais razões pelas quais a democracia argentina há muito ‘tem desempenho inferior’ em relação à estrutura de classes e aos níveis de desenvolvimento e educação do país” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 162, tradução livre).³³

³² “From 1928 to 1989, only one elected president—Juan Perón—completed his full term in office” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 162).

³³ “Indeed, persistent institutional instability is a major reason why Argentine democracy has long ‘underperformed’ relative to the country’s class structure and levels of development and education” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 162).

A ausência de concessão de poderes do certame democrático argentino conferiu ao âmbito doméstico um aspecto Hobbesiano permeado por ambiguidades e vacilações (LEVITSKY; MURILLO, 2003) onde, “as regras que regem as relações executivo-legislativo, federalismo e os sistemas tributário e financeiro eram igualmente fluidas” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 162, tradução livre).³⁴

Conforme explicita Bowen (2011), o neopopulismo argentino - que se inclina com as ideologias de direita - é fundamentado em variáveis perpendiculares à alta sociedade e à camadas políticas predeterminadas pelo intermédio de coalizões políticas (p. 105).³⁵ O governo de Carlos Menem do Partido Justicialista (PJ), de 1989 à 1999, elude o uso dessa estratégia, pois conta com o respaldo de instrumentos e grupos de direita. Weyland (2003 apud. BOWEN, 2011) clarifica acuradamente que esse subterfúgio acaba por mostrar-se populista pois, é através da aquisição do respaldo eleitoral que o alcance político e social dos candidatos expande da gama de alcance às massas populares de menor renda.

O PJ, que também se difundiu pelo nome de Partido Peronista, é o mais significativo partido argentino em termos de conformação. Dentre os maiores feitos do General Juan Domingo Perón, a criação do PJ foi o mais marcante elemento para o legado peronista. O grupo político é consuetudinariamente conexo ao populismo (COLOMER, 2005), fato que permite a amplitude da abrangência de dimensão política, nas mais diversas posições caracterizadas pela esquerda e pela direita.

O cenário político argentino após o término da Guerra Fria - e durante toda a década de 1990 - é estudado por Levitsky e Murillo (2003) afidalgado como um caso de sucesso após as reformas ocorridas sob regime democrático. Parte considerável deste feito que estabilizou o mercado interno, cessando com a hiperinflação e contribuindo ultimamente para o desenvolvimento econômico, ocorreu durante a gestão de Carlos Menem:

Carlos Menem, do Partido Justicialista, foi eleito presidente da Argentina em 1989 em meio a uma crise inflacionária e a uma crise social que se manifestou em diversos atos de violência, inclusive com saques em lojas e supermercados de duvidosa espontaneidade. O presidente Raúl Alfonsín, da

³⁴ “The rules governing executive-legislative relations, federalism, and the tax and financial systems were equally fluid” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 162).

³⁵ “The use of social movement strategies by right-wing actors is consistent with the tendency of neopopulist leaders and movements to use mass mobilization to achieve conservative goals. As such, these strategies are likely to undermine and destabilize democratic governments over the long run” (BOWEN, 2011, p. 112).

União Cívica Radical (UCR), sem apoio político, teve que entregar o mandato alguns meses antes do previsto (VADELL, 2006, p. 196).³⁶

Contudo, Levitsky e Murillo (2003) reiteram que “durante a década de 1990, as reformas de longo alcance empreendidas pelo governo Menem criaram a ilusão de maior eficácia institucional” (p. 162). Os impactos desta crise interna enraizada nas instituições democráticas levaram ao colapso conjuntural do sistema somente em 2001.

A metamorfose basilar de planejamento exterior de Menem teve, conforme Vadell (2006), dois aspectos marcantes. O primeiro diz respeito ao elo de “[...] relação estreita e preferencial com a potência vencedora da Guerra Fria, os EUA” (p. 197), já o segundo “[...] foi a aceitação, quase que incondicional, do paradigma neoliberal econômico” (VADELL, 2006, p. 198). O governo de Menem “[...] com estilo de clássico caudilho regional, fez uma campanha política com o típico discurso populista do Partido Peronista” (VADELL, 2006, p. 196) e gerou grandes mudanças na conjuntura argentina e em sua inserção no âmbito internacional:

Em relação à política regional, deve-se destacar o processo de integração econômica com o Brasil, Uruguai e Paraguai. O governo Menem aprofundou as relações entre esses países, dando continuidade à iniciativa dos governos de Alfonsín e Sarney de criação de um bloco econômico regional, e especialmente depois da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, e a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (VADELL, 2006, p. 200).

Em 1999, novamente a UCR, desta vez por intermédio de uma coligação com a Frente País Solidário, foi admitida ao poder nacional após uma década de mandato peronista.³⁷ A coalizão entre Fernando de la Rúa (UCR) como presidente e Carlos (Chacho) Alvarez (FREPASO) como seu vice deu origem ao ‘Governo da Aliança’ (VADELL, 2006) que derrotou sem esforços significativos o concorrente do PJ,

³⁶ CAMOU (2008) cita que para controle da crise hiper inflacionária, Menem uniu-se ao ministro da economia, Domingo Cavallo, para implementar o Plano de Convertibilidade em 1991. A articulação tinha como intenção fixar a taxa cambial entre o dólar americano e o peso argentino em uma paridade de 1 a 1.

³⁷ A UCR foi formada na década de 1890, baseada nos preceitos de um movimento oposicionista radical que “[...] lutava por incorporar-se ao sistema, mas sem alterar seus fundamentos” (KATO, 1973, p.133). O prócer do partido, Hipólito Yrigoyen, foi eleito à presidência da Argentina em 1916, após “a reforma eleitoral de 1912 [...]” (KATO, 1973, p.134), catalogando a primeira votação sigilosa da história argentina. “A subida de Yrigoyen à presidência, em 1916, significou a aceitação por parte do radicalismo, da situação estabelecida e das limitações impostas pelo regime, contanto apenas com um vago programa de defesa da Constituição e estabelecimento da moralidade administrativa” (KATO, 1973, p. 134).

Eduardo Duhalde. Segundo Vadell (2006) “a política exterior menemista foi mais prolongada que o governo Menem” (p. 202), essa constatação se dá ao fato de que a Aliança, com o casamento da UCR e do FREPASO mantiveram os aspectos primordiais das políticas econômica e externa.

Entretanto, apesar do triunfo da UCR, De la Rúa enfrentou consideráveis contrariedades no Senado nacional devido ao predomínio peronista e, sobretudo, pelo fato de ter sua capacidade administrativa comprometida na maioria das províncias argentinas.³⁸ Sua vitória esteve precisamente baseada em políticas de centro-esquerda, tendo o intuito de garantir justiça social, melhorias na oferta de empregos e investimentos na educação; seus plácitos objetivos foram postos sobre terra, uma vez que De la Rúa fracassou nas frentes políticas e econômicas (LEVITSKY; MURILLO, 2003).

Na atualidade, a UCR foi o principal partido responsável por representar uma obstinada oposição ao peronismo (KATO, 1973), porém, sua credibilidade foi posta em xeque - especialmente pelos eleitores de classe média - após o desmembramento da aliança com a ausência de “Chacho” (LEVITSKY; MURILLO, 2003).³⁹ A falência do governo atingiu ápice após dois anos:

O colapso da economia argentina, em dezembro de 2001, provocou a renúncia do presidente De la Rúa, depois de massivos protestos e a posterior repressão dos manifestantes, deixando dezenas de vítimas. Esse foi o marco político da crise institucional, na qual em dez dias sucederam-se quatro presidentes provisórios. Finalmente, o Congresso chegou a um acordo e o ex-governador da província de Buenos Aires, o senador Eduardo Duhalde foi empossado como Chefe de Estado. Nesse curto período de transição, declarou-se a moratória unilateral da dívida externa com os credores privados - na curta gestão de Rodríguez Saá - e se acabou com a conversibilidade monetária, já no governo Duhalde (VADELL, 2006, p. 202).

A crise de 2001 para a análise de Levitsky e Murillo (2003) refletiu no declive do estado democrático de direito. Mesmo na eventualidade de que a democracia

³⁸ O território argentino é subdividido em 23 províncias, semelhantes aos estados brasileiros. Em 1999, o predomínio peronista era observado em mais de dois terços das províncias da República Argentina, totalizando 17 ramificações do PJ, afirma Vadell (2006). Dramaticamente, as três províncias “[...] mais importantes econômica e politicamente: Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba” (VADELL, 2006, p. 200) estavam incluídas nas regências à cabo do peronismo.

³⁹ Chacho renunciou à vice-presidência nos anos 2000. Conquanto, possuiu encargos importantes durante sua trajetória política. Como, por exemplo, no Mercosul (estabelecendo a posição de presidente da comissão representativa de membros permanentes, de 2005 à 2009) e na ALADI (foi incumbido com as ações de secretário geral durante a XVI edição do Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores - CAMRE - que teve sede em Montevidéu, capital do Uruguai em 2011).

tenha sobrevivido - assim como muitas de suas entidades - “as instituições que governam tudo, desde direitos de propriedade, autonomia do banco central e emissão de moeda até independência judicial, mandatos presidenciais e o ciclo eleitoral foram desmanteladas, violadas ou seriamente ameaçadas” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 162, tradução livre).⁴⁰ O reflexo ao regime democrático ficou visível ao passo em que:

As eleições presidenciais foram reprogramadas quatro vezes e, ao longo de grande parte de 2002, havia pouca certeza sobre quando as eleições seriam realizadas, quais cargos seriam indicados ou como os candidatos seriam selecionados. O Congresso tentou o impeachment de toda a Suprema Corte e, em um ato surpreendentemente irresponsável de autodefesa, a maioria dos juízes ameaçou decisões que certamente desencadeariam um colapso financeiro. Os efeitos desse colapso institucional foram devastadores. A extrema incerteza criada pela ausência de regras estáveis do jogo exacerbou e prolongou a crise - tanto na frente política quanto na econômica (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 163, tradução livre).⁴¹

A sucessão dos dois governos após a renúncia de De la Rúa, apesar de breves, garantiram a manutenção do peronismo à frente do poder nacional. Adolfo Rodríguez Saá tomou posse da presidência dois dias após a abdicação do cargo do líder da UCR, no dia 22 de dezembro de 2001, e permaneceu no poder por oito dias. Eduardo Duhalde, que sucedeu aos encargos da jurisdição com a resignação de Saá, permaneceu na presidência por pouco mais de um ano e quatro meses, de 2002 a 2003. Ambos tinham em comum a integralização junto ao PJ e a peculiaridade política de terem exercido os papéis de governadores nas províncias de *San Luis* e *Buenos Aires*, respectivamente.

O resultado do cenário esboçado levou a uma segmentação dos eleitores do PJ, o que permitiu o surgimento de novos partidos de oposição para a disputa das eleições de 2003 (LEVITSKY; MURILLO, 2003). Em constatação, o clássico bipartidarismo argentino sofreu impactos ao longo das décadas e transmutou-se a um “pluralismo moderado” (SARTORI, 1971, apud. CAMOU, 2008), o qual haveria de favorecer a inserção de novas vertentes políticas entre a esquerda e a direita.

⁴⁰ “Institutions governing everything from property rights, central bank autonomy, and currency emission to judicial independence, presidential mandates, and the electoral cycle were dismantled, violated, or seriously threatened” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 162).

⁴¹ “Presidential elections were rescheduled four times, and throughout much of 2002, there was little certainty as to when elections would be held, which offices would be up for election, or how candidates would be selected. Congress attempted to impeach the entire Supreme Court, and in a strikingly irresponsible act of self-defense, a majority of justices threatened rulings that were certain to trigger a financial collapse. The effects of this institutional breakdown were devastating. The extreme uncertainty created by the absence of stable rules of the game exacerbated and prolonged the crisis—on both the political and economic fronts” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 163).

Contemplados por essa inserção política estão a Aliança para uma República Igualitária (ARI), liderado por Elisa Carrió, e o Movimento Federal Recrear (MFR), encabeçado por Ricardo López Murphy.⁴² Dentro do espectro político, Levitsky e Murillo (2003) enquadraram o ARI como centro-esquerda, enquanto o MFR caracteriza-se como centro-direita. Os autores ressaltam, ainda, que a instabilidade nacional gerou impacto no estoicismo peronista que, apesar de ter retardado o colapso doméstico com a gestão de Menem, não garantiu a não experimentação de uma “decomposição parcial” (LEVITSKY; MURILLO, 2003) do partido.

As atuações do PJ devem ser analisadas com cautela, visto que há um mosaico de vertentes que estiram a ideologia de esquerda e ampliam-se desde o desenvolvimentismo socialista até o liberalismo político. Dentre os governos peronistas das últimas décadas, Camou (2008) classifica o espectro ideológico desde o governo Menem até a gestão Kirchnerista:

Mas enquanto Menem (1989-1999) estava claramente à direita do espectro ideológico, e o breve governo Duhalde (2002-2003) ocupou uma posição que poderíamos vagamente qualificar como um ‘centro populista’, o governo de Néstor Kirchner (2003-2007), agora continuado por sua esposa (2007), foi inicialmente apresentado como a plataforma de lançamento para uma nova força de centro-esquerda. Essa força ia ser orientada para ‘transversalizar’ o espaço partidário argentino, superando o antigo bipartidarismo de matriz nacional e popular, representado pelo peronismo (Partido Justicialista, PJ) e radicalismo (Unión Cívica Radical, UCR) (CAMOU, 2008, p. 144, tradução livre).⁴³

O governo de Néstor Kirchner configurou uma nova fase concebida como “baliancismo” (CAMOU, 2008), que se inclinava à afluência de políticas de centro-esquerda com o legado do peronismo. Sob essa ótica “não há dúvidas que Kirchner representa, sobretudo em alguns aspectos relacionados ao seu estilo de governar, uma ruptura com relação a seus antecessores” (BORON, 2007, p. 17).⁴⁴ Além do tradicionalismo peronista, Kirchner engloba características próprias:

⁴² O ARI formou a Coalizão Cívica (CC-ARI), já o MFR é produto do partido Movimento Federal e do partido Recrear (Recriar para o Crescimento).

⁴³ “Pero mientras Menem (1989–1999) se ubicaba claramente a la derecha del espectro ideológico, y el breve gobierno de Duhalde (2002–2003) ocupó una posición que vagamente podríamos calificar de ‘centro populista’, el gobierno de Néstor Kirchner (2003–2007), continuado ahora por su esposa (2007), se presentó inicialmente como la plataforma de lanzamiento de una nueva fuerza de centro-izquierda. Esa fuerza iba a estar orientada a ‘transversalizar’ el espacio partidario argentino, superando el viejo bipartidismo de matriz nacional y popular, representado por el peronismo (Partido Justicialista, PJ) y el radicalismo (Unión Cívica Radical, UCR)” (CAMOU, 2008, p. 144).

⁴⁴ Ainda que tenha mantido o clientelismo caudilhista, tradicionalmente ligado ao peronismo, e a autoridade majoritária sobre o governo das províncias argentinas, em especial com a de Buenos Aires

Deste modo, dois aspectos valem a pena destacar do curto período do governo Kirchner. Em primeiro lugar, a resolução da saída da moratória por meio de uma difícil negociação com os credores privados e, em concomitância, com o FMI. A Argentina saiu da incômoda condição de moratória, conseguindo acordos aparentemente mais vantajosos que outros países em desenvolvimento e especialmente que o Brasil na negociação com o FMI (VADELL, 2006, p. 203).

Para Boron (2007), o que se destaca essencialmente significativo durante o governo de Kirchner é a acareação no que tange à capitalização monetária de monopólios corpulentos. Sob abrangência deste escopo estão entidades fruto de privatizações, além de “[...] opulentos burocratas do FMI e do Banco Mundial, com o governo norte-americano [...]” (BORON, 2007, p. 17). Ademais, questões ligadas ao fomento regional também merecem destaque:

Em segundo lugar, as relações com o Brasil foram colocadas como uma prioridade da política externa do governo de transição de Duhalde e do governo de Kirchner. Na região do Cone Sul, os vínculos com o Brasil foram elevados ao status de relações estratégicas, como ferramenta destinada a maximizar a margem de manobra da Argentina em relação aos Estados Unidos e frente à União Europeia, especificamente nas negociações comerciais internacionais e dentro da Organização Mundial de Comércio (OMC). Isso implica que a estratégia do governo argentino coloca as políticas de regionalização (fortalecimento do Mercosul) como elemento prioritário, inclusive como base para uma via de desenvolvimento alternativa à via apregoada pelo Consenso de Washington (VADELL, 2006, p. 204).

A cautela deve ser relevada no caso Kirchner - marido e, posteriormente, esposa - pois o viés de esquerda pode tornar-se problemático a partir de análises pontuais. Ainda assim, é inegável que Néstor tenha proposto um reverdecimento das instituições democráticas contando com apoio e convicção popular, visto que tenha reestruturado as agências governamentais (LEVITSKY; MURILLO, 2003). A corrupção concatenada à estrutura militar e da política nacional levaram o kirchnerismo a simbolizar um emblema que “[...] se distanciou das políticas econômicas neoliberais da década de 1990, e embarcou em um sério esforço para enfrentar os abusos dos direitos humanos no passado” (LEVITSKY; MURILLO, 2003, p. 164, tradução livre).

que é a mais populosa do país (CAMOU, 2008). A capital de Buenos Aires é, também, sede da Casa Rosada, matriz presidencial da República Argentina.

3. A GUINADA DAS “DIREITAS” LATINAS: A ONDA CONSERVADORA

O segundo capítulo desta monografia irá cingir-se ao estudo da Maré Azul, ou Onda Conservadora, que caracteriza um evento decorrente da Onda Rosa e representa o período contemporâneo das atuações políticas na América Latina. Ambos os fenômenos são concebidos como ondas devido ao atributo de mimetização política concatenados na região. O conservantismo, responsável por cognominar esse período, está presente na disseminação da ideologia de direita para com assuntos públicos e questões relativas ao governo. É válido ressaltar que, compatível ao conteúdo elucidado por Bobbio (1995), a intensidade da esquerda e da direita não são constantes e, neste ponto, necessitam de variáveis à locus e *momentum*.

A conjuntura da década de 1990, com a guinada da Onda Rosa, é concebida por Luna e Kaltwasser (2014) como uma fase propícia para o desenvolvimento e inserção de ideologias de centro-esquerda devido ao colapso e esgotamento da esfera centro-direita. O século XXI foi, de fato, iniciado com uma prevalência dos partidos de esquerda a partir prática de disseminação de discursos e ideais que congreem com a configuração socioeconômica da América Latina. Contribuíram, diretamente, com a óbice oclusão da direita (EATON, 2014). A vertente do discurso neoliberal teve ascendência até a Crise de 2008, a partir de então o movimento sofreu o giro para a direita. Eventualmente, com os impactos da crise financeira, o malogrado da jura de redistribuição de renda gerou vasto descontentamento com as realidades sociais propostas pelo neoliberalismo progressista.

Sobretudo, a direita configura uma definição clara de diferenciação da esquerda. Nesta acepção destaca-se o contraste na proposição e relevância de medidas voltadas às economias nacionais (LUNA; KALTWASSER, 2014). Das manifestações ideológicas citadas por Luna e Kaltwasser (2014) conclui-se que “uma longa tradição intelectual define a direita latino-americana como uma ideologia conservadora, favorável ao status quo e defendida pelos setores tradicionais da sociedade” (p. 5, tradução livre).⁴⁵ As convicções que emanam da direita são observadas ao longo da história e são exercidas na política de forma tradicional:

A definição ideológica proposta pela direita - entendida como uma postura política enraizada na crença de que as principais desigualdades entre as pessoas são naturais e estão fora do alcance do Estado - oferece um ponto de partida substancial (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 4, tradução livre).⁴⁶

É inevitável a constatação de que “[...] a direita alude aos políticos que são veteranos de uma estrutura de poder autoritária e permanecem ativos após o restabelecimento da democracia” (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 5, tradução livre) e de que a direita, em geral, sofre impacto dos partidos cujo exercem-na.⁴⁷

Em conformidade com Eaton (2014), a direita tem seu desenvolvimento aliado com as instituições militares e eclesiásticas; logo, permite-se a assimilação de que uma das estratégias mais consagradas - e primordiais - da direita está no artilho em fomentar uma estreita relação com entidades apartidárias.

Especificamente, a Onda Conservadora na América Latina pode ser investigada a partir de cinco hipóteses evolucionárias (informação verbal).⁴⁸ A primeira delas é a forte tendência autoritária do movimento que, superior ao

⁴⁵ “A long- standing intellectual tradition defines the Latin American right as a conservative ideology that is in favor of the status quo and defended by the traditional sectors of society” (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 5).

⁴⁶ “The proposed ideological definition of the right— understood as a political stance rooted in the belief that the main inequalities between the people are natural and outside the purview of the state— offers a substantive starting point” (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 4).

⁴⁷ “[...] the right alludes to those politicians who are veterans of an authoritarian power structure and remain active after the (re)establishment of democracy” (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 5).

⁴⁸ Guilherme Casarões é doutor em ciência política pela USP e integrou a mesa de debates sobre ‘O Populismo de Direita na América Latina’ durante a segunda edição do Encontro de Relações Internacionais do Rio de Janeiro. O congresso teve realização durante os dias 29 e 30 de agosto de 2020, sendo inteiramente virtualizado devido à pandemia do Coronavírus.

enaltecimento do militarismo e da glorificação de regimes ditatoriais decorridos, é antissistema.⁴⁹

O segundo traço é o anticomunismo, manifesto na oposição aos regimes do chavismo (Venezuela) e de Fidel Castro (Cuba) e à nova esquerda (subsequente ao colapso da ideologia na URSS e com o desfecho da Guerra Fria). Ou seja, é uma retórica política - em essência - antagonista.

Em terceiro lugar cabe o enquadramento da dimensão religiosa radical, cuja filiação de seguidores apesar de não se mostrar crescente, deslinda o aumento da religiosidade e engajamento dos indivíduos que já são filiados às crenças. Dentro deste item cabe destacar a aversão às políticas de gênero, levando em muitos casos na rejeição e reprovação de condutas favoráveis ao pluralismo social.

A quarta hipótese configura o debate racial que, pela disposição histórica constituída na região, permeia uma estrutura colonialista do sudeste europeu naturalizada em questões identitárias provinda de povos ibéricos.⁵⁰ Finalmente, dispõe-se a expansão do nacionalismo, que tende a se voltar contra o comunismo (de certa forma uma personificação da 'venezuelização' política) e na ojeriza a ameaças externas.

O entrave contemporâneo observado fica à cabo da qualidade crível do funcionamento e aplicação da direita no âmbito democrático e na fragmentação que acaba por sofrer, visto que a intensidade (radicalista) da ideologia oscila entre "*soft-liners*" e "*hard-liners*" (LUNA; KALTWASSER, 2014). A principal incerteza atribuída à direita permeia a capacidade de manutenção da estabilidade democrática, sendo que a participação desses grupos políticos (que ainda configuram as camadas sociais mais influentes) é imprescindível para a durabilidade do regime (LUNA; KALTWASSER, 2014).

A evolução da gradação do exercício da direita resulta no questionamento da correlação entre a ideologia em si e a manutenção ao sistema. Ainda que os líderes conservadores tenham chegado ao poder por intermédio da escolha e do apoio populares, um dos anseios de pesquisadores da academia está na gradativa erosão forjada ao regime democrático. O conservadorismo contemporâneo propaga, ainda

⁴⁹ Expressamente na América Latina a confiabilidade pública volta-se à família e à Igreja. Há também a atribuição de veracidade no conteúdo de redes sociais em detrimento à considerável desconfiança para com as instituições políticas, configurando uma insatisfação generalizada com a democracia.

⁵⁰ Casarões (2020) elucida que no caso da América Latina, ao contrário dos EUA, por exemplo, não existe a instauração do sentimento supremacista histórico diferenciado de miscigenação popular.

que em diferentes níveis, um discurso antissistema e que se posiciona contra o pluralismo político.

Nesse sentido, buscou-se obter a compreensão do fenômeno populista que se vincula a diferentes cunhos ideológicos substantivos, cujo apelo empírico permite a variação moral e ética aplicada. Comumente o termo está associado somente à esquerda, ao ilustrar a oposição entre ‘povo’ e ‘elite’:

A história recente da América Latina demonstra que o populismo é ambivalente em relação à política de direita e esquerda. [...] A ligação atual entre populismo e política de esquerda pode, portanto, ser vista como um arranjo contingente, implicando que mudanças na estrutura de oportunidades políticas das sociedades latino-americanas podem muito bem facilitar a formação de populismo de direita em um futuro próximo (KALTWASSER, 2014, p. 160, tradução livre).⁵¹

O fenômeno do populismo será observado em casos como o do Brasil, com o alcance de Jair Bolsonaro à presidência da república por intermédio eleitoral, ilustra a multiplicação de uma lógica de antagonismos, fragmentação social e polarização de grupos (de interesses) sociais.

A seguir será abordado o rápido crescimento dos regimes de direita que objetivou aclarar a reversão da guinada das esquerdas com o surgimento de um novo movimento que deu surgimento à eleição e disseminação de ideias conservadoras. Enquadrada no nicho da direita a quarta onda populista sofrida na América Latina. Finalmente e sem embargo, buscou-se reunir informações que ilustram a guinada da direita contemporânea (ou simplesmente seu papel como coadjuvante opositor) na Venezuela, Chile, Argentina e Brasil.

3.1 Venezuela

O contexto histórico político dos países latinos mostrou-se, no mínimo, diversificado até o presente momento, no qual a Venezuela apresentou o caso primo na inserção das esquerdas frente às políticas nacionais latinas. A nação, diferentemente dos demais países abordados, ilustra um cenário que desvia o padrão convencional apresentado pelo Chile, Brasil e Argentina. A compreensão da

⁵¹ “The recent history of Latin America demonstrates that populism is ambivalent with respect to left and right politics. [...] The current link between populism and leftist politics can thus be seen as a contingent arrangement, implying that changes in the political opportunity structure of Latin American societies might well facilitate the formation of rightwing populism in the near future” (KALTWASSER, 2014, p. 160).

estruturação institucional do país se faz, no limite, imprescindível para verificação do cenário atual enfrentado pela nação.

Reitera-se, conforme apresentado no primeiro capítulo desta monografia, que o chavismo contribuiu de forma modesta e precária no reforço democrático do país. Em relação à doutrina democrática, Mogilka (2014) afirma taxativamente que a “apesar desta ser considerada a conquista política mais representativa e triunfante da modernidade, ela vem mostrando, nos seus duzentos anos de existência, sérias contradições para um regime de poder que se pretende ‘para todos’” (p. 62). Contudo, o risco apresentado pela instauração de ditaduras está na agregação de competências das forças nacionais à inserção aos poderes do Estado que, em suma, ameaça o exercício do regime democrático. A democracia em contraposição com outros regimes, mal ou bem, permite a participação social e o exercício do senso reflexivo coletivo através do desenvolvimento cultural e educativo da sociedade (MOGILKA, 2014).

O regime democrático participativo é cunhado por Mogilka (2014) como uma conformação política elitista que privilegia a burguesia.⁵² Já a democracia em seu papel representativo, sendo exercida em conjunturas capitalistas, “[...] tem sido uma forma das elites legitimarem os seus interesses como se fossem de todos, e aprovados por todos” (MOGILKA, 2014, p. 63).⁵³ Neste sentido, a implantação progressista do chavismo, em uma análise introdutória, permite conferir que “[...] uma das consequências da ascensão dos governos realmente progressistas é justamente ‘puxar’ a democracia representativa para modelos mais próximos à democracia participativa” (MOGILKA, 2019, p. 80).

A conjuntura venezuelana, quando analisada com o grupo dos países andinos, apresenta um caso de aplicabilidade democrática guarnecido de um sistema sem partidos “[...] referindo-se a uma profunda crise de representação política expressa por altos níveis de volatilidade, extrema fragmentação e descontentamento dos cidadãos com a política” (MELÉNDEZ, 2014, p. 167, tradução livre).⁵⁴

⁵² “Assim, por democracia participativa pode-se entender aqui uma maneira, possibilidade ou utopia que possa orientar as lutas sociais para fora dos marcos da democracia representativa, exclusivista e formal que vivemos hoje nas sociedades capitalistas” (MOGILKA, 2014, p. 63).

⁵³ “O custo político de uma ditadura é alto, entre outros fatores porque o estado de exceção desmascara a falácia de que a democracia representativa é um regime justo” (MOGILKA, 2019, p. 80).

⁵⁴ “Since the breakdown of party systems in the Andean region, literature has characterized its political regimes as ‘democracies without parties’, referring to a profound crisis of political representation expressed by high levels of volatility, extreme fragmentation, and citizen disaffection with politics. This

Aprofundando-se nas questões partidárias (e pela conseqüente característica de minguarem), Meléndez (2014) ressalta que o COPEI e a AD apresentaram uma postura exígua, tampouco desafiadora, na liça eleitoral após a vitória de Hugo Chávez em 1998. O Causa R também sofreu deterioração não só com a perda de apoiadores como a diminuição da base de estadistas, que eventualmente deram continuidade ao ofício ao dedicarem-se a outros planos políticos sem ligação com o partido (MELÉNDEZ, 2014).

Dentre os fatores degenerativos da participação dos mesmos estão controvérsias e rivalidades intrínsecas aos partidos, a refutação de arranjos para seleção de novos líderes políticos e a construção de um caráter institucional extremo, que limita o apoio de setores gregários despontantes (COPPEDGE, 1994, n.p apud MELÉNDEZ, 2014, p. 182). O regime chavista deu origem a um sistema político polarizado que perdurou por quase 15 anos, período em que ocorreu o surgimento de organizações políticas como a Un Nuevo Tiempo, Proyecto Venezuela e Primero Justicia:

Nas primeiras três (das quatro) eleições presidenciais em que Hugo Chávez participou, nenhum candidato da oposição obteve mais de 40% do apoio do eleitorado. Henrique Salas (Proyecto Venezuela) em 1998, Francisco Arias (La Causa R) em 2000 e Manuel Rosales (Un Nuevo Tiempo) em 2006, cada um deles falhou em suas tentativas de derrotar Chávez. Henrique Capriles, membro do centro-direita Primero Justicia e seu último rival eleitoral, era o mais competitivo de seus predecessores (recebendo 44% dos votos válidos), mas ainda assim não foi capaz de desafiar Chávez com sucesso (MELÉNDEZ, 2014, p. 182, tradução livre).⁵⁵

Nos anos 2000, com a realização das eleições nacionais, Chávez permaneceu no poder com mais de 50% dos votos. O líder encontrou-se fortalecido e, como consequência, debruçado sobre a alteração das gerências agrárias e fiscais do país. Neste preciso momento, houve a ampliação do “[...] controle do Poder Executivo

crisis was historically remedied in a personalistic fashion: efficacious, antiparty outsiders achieved popularity after the decay of partisan politics. They have since dominated the political arena in the region” (MELÉNDEZ, 2014, p. 167).

⁵⁵ “In the first three (of four) presidential elections in which Hugo Chávez participated, no opposition candidate obtained more than 40% of the electorate’s support. Henrique Salas (Proyecto Venezuela) in 1998, Francisco Arias (La Causa R) in 2000, and Manuel Rosales (Un Nuevo Tiempo) in 2006 each failed in their attempts to beat Chávez. Henrique Capriles, a member of the center- right Primero Justicia and his latest electoral rival, was more competitive than his predecessors (receiving 44% of the valid vote) but still was unable to successfully challenge Chávez” (MELÉNDEZ, 2014, p. 182).

sobre a PDVSA por meio da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos” (WEBER, 2020, p. 177).⁵⁶

De acordo com Goldzweig (2013) a oposição prostrou-se especificamente na extração do petróleo como uma forma de questionar as ações estatais sobre as reservas nativas e o fato de Chávez estar frente ao controle da economia, isto somado à sua liderança manter-se por tempo indefinido no poder. A temática tocante à privatização da PDVSA, ainda que existente desde a década de 1980, tomou corpo em meados de 2001, quando de forma incisiva passou a ser ponderada a privatização da empresa pela gestão executiva com o intuito de galgar a emancipação da autoridade pública (WEBER, 2020). Um dos eventos marcantes - e decisivos para alteração da postura do chavismo - deu-se, conseqüentemente, em 2002 com a projeção de um golpe contra o governo nacional:

Os partidos políticos tradicionais, parte do empresariado, a maioria dos executivos da Pdvsa e setores das Forças Armadas lideraram a derrubada do governo Chávez em abril de 2002. Pedro Carmona, presidente da Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio (Fedecâmaras), foi repentinamente empossado como presidente do país. Contudo, o processo foi revertido por um grupo de militares do Exército que trouxeram o presidente de volta ao Palácio de Miraflores dentro do curto período de 47 horas (WEBER, 2020, p. 178).

Nos anos seguintes “[...] ocorreria um processo de depuração das Forças Armadas, assim como uma radicalização na política exterior chavista” (WEBER, 2020, p. 178) e o surgimento do *revolcón* como um movimento de precipitação estrutural nas bases de poder.⁵⁷ Entre boicotes e impactos desfavoráveis na produção de petróleo, o governo manteve a gerência da PDVSA e intermediou milhares de desligamentos do quadro funcional (WEBER, 2020).

O decréscimo considerável dos índices econômicos e das exportações contribuíram com a evidenciação de medidas radicais aplicadas pelo governo. A reação obtida pelas forças de oposição deu-se em 2002 com a “[...] coalizão de partidos e setores da sociedade civil, como a Fedecâmaras e a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV)” (WEBER, 2020, p. 178). Dentre as premissas

⁵⁶ O governo nacional detém da estatal Petróleo da Venezuela S.A. (PDVSA) que se responsabiliza por todo o manejo da matéria-prima dentro do território venezuelano, desde a extração e refinamento até o deslocamento logístico e comercialização.

⁵⁷ “Não apenas foram tomadas medidas contra os setores militares que apoiaram o golpe, como também se buscou submeter a corporação a uma politização permanente, inserindo controle interno e uma nova doutrina militar, explicitamente comprometida com o bolivarianismo” (WEBER, 2020, p. 178).

mais significantes para implementação do sistema estava a outorga da reformulação constitucional que reduziria o mandato presidencial para quatro anos, ao invés de seis, e acolheria a viabilidade para realização de votações eleitorais de segundo turno:

Chávez, apesar das críticas recebidas, logrou êxito em manter o peso do petróleo venezuelano no mercado mundial e foi um dos grandes incentivadores da integração da América do Sul, sobretudo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cuja proposta foi lançada por ele durante a I Cúpula Energética da América do Sul, em 2007 (ALBUQUERQUE, 2017, p. 5).

Em 2004 a nova vitória de Chávez legitimou o legado da gestão chavista e permitiu que a Venezuela alcançasse uma administração política consistente e em seu ponto culminante de seu exercício (WEBER, 2020). São dignos de atenção dois campos de transformação com grande influência do bolivarianismo, o novo aporte para promoção da política externa e a instauração de políticas públicas:

Além das políticas sociais, outra arena ganhou atenção de Chávez e se tornou uma das prioridades do governo: a política externa bolivariana. Os primeiros anos do governo chavista não dedicaram especial atenção à frente externa e priorizou-se o processo constituinte, sendo depois tragado pela tentativa de golpe e boicote em 2002 e 2003. Em 2004, contudo, Hugo Chávez lançaria uma produtiva agenda internacional assentada na integração regional e no anti-imperialismo. A base de seu projeto regional começou como uma negativa à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que já vinha sendo negociada desde a década de 1990, com o governo Bill Clinton, nos Estados Unidos (WEBER, 2020, p. 180).⁵⁸

Ainda bloco regional, a atuação do chavismo amparou-se em diretrizes assemelhadas aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Michelle Bachelet no Chile e Cristina Fernández Kirchner na Argentina. Mesmo na eventualidade de que os propósitos fossem específicos para cada um destes atores, o conceito interlocutório “[...] era profícuo, fato que pode ser observado pela intensificação dos

⁵⁸ Na década de 1970 a diplomacia venezuelana possuía “[...] fortes ligações econômicas com os EUA (exportação de petróleo), mas com um projeto nacional-desenvolvimentista e uma política externa ‘autônoma’ e de perfil terceiro-mundista” (VIZENTINI, 1996, p. 125). Na década seguinte “[...] a Guerra das Malvinas (1982) e a intervenção norte-americana em Granada (1983) perturbaram fortemente a área de influência da diplomacia venezuelana, e a crise da Organização dos Estados Americanos (OEA) as relações hemisféricas” (VIZENTINI, 1996, p. 125), dando origem a uma animosidade histórica com o alinhamento com os Estados Unidos.

encontros e eventos regionais, assim como pela criação de organizações como a Unasul” (ALBUQUERQUE, 2017, p. 5).⁵⁹

Em conjunto com um socialismo mais agudo e com o ágil resgate do valor de venda do petróleo, com controle sobre a PDVSA, as eleições legislativas de 2005 exprimiram o antichavismo através da boicotagem não participativa da oposição, que resultou na ocupação das 167 cadeiras exclusivamente destinadas a deputados apoiadores do governo. O mandato legislativo compreendeu quatro anos, tendo início em 2006 até o ano de 2010 (WEBER, 2020).

Nas eleições parlamentares seguintes, em 2010, a oposição voltaria a disputar eleições, reagrupada na Mesa de Unidade Democrática (MUD), criada em 2008, e conquistando 65 assentos. Contudo, os opositores de Chávez mantêm um dilema recorrente: ou boicotam as eleições como forma de repúdio ao chavismo e à nova Constituição, correndo o risco de ficar sem representação, ou participam das eleições, legitimando os canais institucionais existentes (WEBER, 2020, p. 180).

Em pouco tempo, Chávez “passaria a defender o Socialismo do Século XXI, que nos anos seguintes se refletiria na fundação do PSUV e na proposição do Projeto Nacional Simón Bolívar - Primeiro Plano Socialista (2007-2013)” (WEBER, 2020, p. 182). O Partido Socialista Unido da Venezuela, em essência, destinava-se à uma porção social reduzida pois seu principal público-alvo eram grupos de média renda (WIESEHOMER; DOYLE, 2014).

O quarto mandato chavista, com Nicolás Maduro aos encargos da vice-presidência, interpôs-se com a vitória nas eleições sobre Henrique Capriles do PJ.⁶⁰ Contudo, o falecimento de Hugo Chávez em 5 de março de 2013, antes do apossamento oficial, refletiu no processo imediato de sucessão à presidência nacional. Em resultado o PSUV apostou na candidatura de Nicolás Maduro como subterfúgio sequencial do exercício das políticas chavistas (ALBUQUERQUE, 2017). A realização de novas eleições com o falecimento de Chávez teve desdobramento com a eleição de Maduro, repetidamente sucedendo a vitória sobre a articulação

⁵⁹ “Chávez também cooperou com outros países da região para a formação de organismos de integração regional, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em 2008, e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em 2010” (WEBER, 2020, p. 181).

⁶⁰ Conforme a promulgação da Constituição de 1999 o governo presidencial possuía duração de seis anos. Em 2009, por intermédio de votação popular, os cidadãos votaram a favor da retirada do limite de reeleição consecutiva de líderes presidenciais. Para Chávez essa medida foi de suma importância para que se mantivesse no poder durante as eleições presidenciais.

oposicionista do MUD com a candidatura de Capriles do PJ (WEBER, 2020).⁶¹ A oposição, na época, reservou-se ao direito de questionar o resultado das eleições:

A diferença reduzida de votos motivou desconfiança na oposição, que pediu a recontagem de votos ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE), alegou fraude nas urnas e convocou protestos de rua. Dada a violência dessas manifestações, Capriles acabou recuando em suas posições. A polarização política e social, entretanto, seria uma marca do governo Maduro, cuja legitimidade é contestada quase diariamente nas ruas, na mídia e na Assembleia Nacional. Maduro enfrenta a dificuldade de suceder um líder carismático e, mais do que isso, precisa arbitrar fissuras dentro do PSUV e das Forças Armadas (WEBER, 2020, p. 182).

A decadência política, econômica e social provocou a partir da impulsão estudantil “[...] simpáticos à oposição que se manifestavam contra a violência urbana na Venezuela” (WEBER, 2020, p. 183) uma onda de protestos que se opunham ao governo de Maduro.⁶² A repressão direta da polícia nacional às manifestações sociais garantiram a manutenção do governo nacional que, frente à turbulência no âmbito doméstico, forçaram Maduro a abdicar postos decisivos do governo, como parte do corpo ministerial (inclusive o Ministério do Petróleo e Energia) e o cargo da presidência da PDVSA aos militares (WEBER, 2020).

Dentre os líderes da oposição ao governo estavam Leopoldo López (Vontade Popular) e Antonio Ledezma (Aliança Povo Valente), Weber (2020) identifica a assimilação do movimento *La Salida* que, em 2014, resultaria na prisão de ambos com base na suposta conspiração para derrubar Maduro.⁶³ Capriles, que compunha a oposição de forma menos radical, sofreu uma inviabilização formal de 15 anos para pleitear cargos administrativos a partir de 2017 (MIJARES, 2016 apud. WEBER, 2020). O aspecto ditatorial pouco a pouco tornou-se conjecturado ao governo de Maduro e “com seu tecido social e político abalado, a Venezuela entrou no ano de 2017 em uma espiral descendente de recessão, em um ano que marcaria uma

⁶¹ “Considering that anti-Chavismo is the glue that connects ideologically diverse parties, Hugo Chávez’s death will have severe consequences for the autonomous emergence of rightwing parties like Primero Justicia. Although it is still possible that Primero Justicia, Capriles’s political base, will be able to capitalize on his electoral support, the rebuilding of a rightwing political organization in Venezuela will not be immediate” (MELÉNDEZ, 2014, p. 186).

⁶² A adoção da rogatória popular com base no aumento inflacionário, escândalos de corrupção, falta de abastecimento de víveres e frequentes blecautes em breve atrairia mais apoiadores. Além do aumento da magnitude dos protestos, o alastramento das reivindicações extravasou as imediações de Caracas e ampliaram-se para outros estados no ano de 2014 (WEBER, 2020).

⁶³ A fundação do Vontade Popular em 2009 foi idealizada por Leopoldo López, a partir de uma fragmentação do Partido Justicia. A mesma viabilizou a candidatura de Juan Guaidó nas eleições de 2019.

contração de 12% do Produto Interno Bruto e uma inflação de 652,7%” (WEBER, 2020, p. 186).

As eleições de 2019 agravaram as reações internacionais frente ao cenário venezuelano. Ainda que Maduro tenha se mantido no poder, Hjelmeseth (2019) frisa que o resultado das eleições nacionais foi amplamente questionado, principalmente através da análise participativa popular. A primeira eleição de Maduro, em 2013, contou com o comparecimento de 80% da população à votação, em 2019 o número caiu próximo à metade, com o registo equivalente à 46% (HJELMESETH, 2019).

O partido Vontade Popular (VP), com a candidatura de Juan Guaidó, visava implementar um governo centro-esquerda na nação. Com amplo respaldo da oposição na Assembleia Nacional e em recusa ao resultado das eleições, houve a nomeação de Guaidó como novo presidente (HJELMESETH, 2019). Antecipando-se ao resultado, “os Estados Unidos anunciaram já com antecedência que não reconheceriam o resultado da eleição, chamando-a de antidemocrática por falta de transparência” (CASEY; NEUMAN, 2018 apud. HJELMESETH, 2019, tradução livre).⁶⁴

O novo presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, autodeclarou-se presidente interino do país e foi reconhecido pela maior parte da América Latina, incluindo o Grupo de Lima, à exceção do México, agora sob o governo de Andrés Manuel López Obrador. A União Europeia pediu eleições livres, enquanto Uruguai e México mantêm a defesa de uma solução negociada para a crise. China, Rússia, Turquia e outras nações reiteraram seu apoio a Maduro e refutaram qualquer possibilidade de intervenção externa (WEBER, 2020, p. 187).

Para além das questões internas, a Venezuela passou a integrar os temas altercados pela OEA e pela mídia internacional devido ao aumento de deslocamentos migratórios para países limítrofes latinos e à crise humanitária doméstica (WEBER, 2020).⁶⁵ Frente a esse cenário houve a fundamentação de uma imagem negativa do país ao redor do globo que incentivou os países vizinhos ao taxativa afastamento de

⁶⁴ “The United States announced already in advance that it would not recognize the result of the election, calling it undemocratic due to lack of transparency” (CASEY; NEUMAN, 2018 n.p apud. HJELMESETH, 2019, p. 7).

⁶⁵ “Nicolás Maduro enfrentou quatro meses de protestos quase diários em 2017 e segue no poder, com apoio da Assembleia Nacional Constituinte, do Tribunal Supremo de Justiça e, o mais importante, do alto escalão das Forças Armadas. A lealdade dos militares a Nicolás Maduro, somada ao peso econômico da China e a parceria militar com a Rússia são os fatores principais para a manutenção do governo” (WEBER, 2020, p. 187).

Maduro em detrimento à busca de expedientes de conciliação entre o governo e oposição:

A situação descrita acima indica que as contestações ao governo se prolongaram pelo ano seguinte à eleição, e é possível dizer que se estendem até os dias de hoje. A atual instabilidade política no país e as contestações ao governo provenientes de diversas frentes devem ser entendidas como uma continuidade do processo de deslegitimação do governo Maduro e de polarização política iniciados logo após a eleição. (ALBUQUERQUE, 2017, p. 6).

Ao referir-se à internacionalização da crise venezuelana, Weber (2020) relata que os principais confrades econômicos da nação são Argentina e Brasil, ambos países que, entre 2015 e 2016, sucediam gestões centro-direita sob gestão de Mauricio Macri e Michel Temer. Em comum a dupla passou a apresentar o interesse em suspender a participação venezuelana no Mercosul a partir de 2016, razão pela qual outorgou-se que a Venezuela teria apresentado o cumprimento falho e equivocado das condutas comerciais propostas pelo bloco (WEBER, 2020). Além dos impactos na conformação do Mercosul, Leão (2020) cita que os EUA também exerceram um papel decisivo ao posicionar-se a favor do reconhecimento da vitória eleitoral de Juan Guaidó aos encargos da presidência nacional.

A visão conjuntural das questões políticas venezuelanas permite concluir que a guinada da direita não sucedeu em pleno com o início da Onda Conservadora. Meléndez (2014) atribui este fracasso eleitoral no embasamento estratégico de contestação ao governo onde:

[...] as organizações de direita que pertencem à ampla coalizão da oposição (MUD) aderiram a uma agenda de mudança de regime como sua principal estratégia, um método que não contribui para a formação de uma identificação política de longa data (MELÉNDEZ, 2014, p. 189, tradução livre).⁶⁶

A dialética da direita venezuelana, de maneira exemplificada, claudica em propor alternativas à intervenção estatal que se balizem do chavismo, instaurado - e consolidado - há duas décadas. O país, até os tempos atuais, encontra-se sob as gestões paralelas de Maduro e Guaidó. O cenário ilustrado é extremamente belicoso

⁶⁶ “In Venezuela, rightist organizations that belong to the opposition’s broad coalition (MUD) have adhered to a regime-change agenda as its main strategy, a method that is not conducive to the formation of a long- standing political identification” (MELÉNDEZ, 2014, p. 189).

e contestante, com restrições marcantes do diálogo entre os atores políticos, fator que, em última instância, tenciona o próprio exercício democrático.

3.2 Chile

O caso chileno apresenta um contexto de alternância peculiar que oscila entre a direita e a esquerda. Antes de adentrar nos governos contemporâneos, pós redemocratização, cabe lembrar que o país teve sua organização política em 1988 através da implantação de um composto binomial para as eleições, ou seja, com a existência de apenas dois blocos de partidos e também a viabilidade de se candidatar a cargos elegíveis sem vínculo partidário qualquer (COSTA; TANSCHKEIT, 2020).

Ao contrário dos países vizinhos, o exercício da direita no Chile é concebido por Siavelis (2014) como um objeto de estudo *outlier*.⁶⁷ Isto pois a ideologia demonstra uma curva de ascendência contínua no país (mantendo elementos que podem ser rastreados em constância da essência ideológica) e pela adaptação ao regime democrático, especialmente a partir da condição de sujeição militar aos escóis políticos (SIAVELIS, 2014).⁶⁸

O sistema binomial garantiu tanto à esquerda quanto à direita, através do enlace partidário em detrimento de sua divisão (pois de uma forma falha buscaria o protagonismo de diferentes atores), a maior chance de ganhar postos políticos e garantir a vitória em comum (SIAVELIS, 2014). A conformação da direita conforme é representada ainda nos dias de hoje - com a *Coalición por el Cambio* -, cuja promoção concilia os partidos União Democrática Independente (UDI) e o Renovação Social, afamada como *Alianza*, é demarcada por traços conservadores (NAVIA, 2004).⁶⁹

Em meio à transição da direita destaca-se a inserção de atores de outros círculos, “esses novos grupos compartilham uma ideologia comum que celebra a economia de livre mercado, soluções tecnocráticas e crença nas ciências de gestão” (SUTIL, 2004, n.p apud SIAVELIS, 2014, p. 248, tradução livre) e não

⁶⁷ Ao termo aplica-se a característica de, estatisticamente, representar um ponto fora da curva ou um dado (algoritmo ou não) que se diferencia de forma drástica dos outros, fugindo assim da normalidade.

⁶⁸ Para Siavelis (2014) a distinção entre a bifurcação da direita pode ser observada pela postura distinta para alguns temas específicos. O UDI, com bases tradicionais, manteve-se alinhado ao catolicismo, impassível ao neoliberalismo econômico e pró-Pinochet, ao passo em que o RN previa uma organização pluralista e abrangente nos nichos ideológico e filosófico (SIAVELIS, 2014).

⁶⁹ “On the other hand, the alliance was a marriage of convenience, making for a coalition that did not always share the same programmatic ideals and electoral and political strategies” (SIAVELIS, 2014, p. 247).

necessariamente baseiam-se apenas em questões rurais e tradicionais, conforme a aristocracia preliminarmente concebia a ideologia.⁷⁰

O principal obstáculo enfrentado pela direita estava na inépcia em potencialmente abarcar a capacidade em concorrer às eleições devido à associação com o regime ditatorial de Pinochet, uma forte contraposição com as propostas e o dinamismo da *Concertación* (SIAVELIS, 2014).⁷¹ Evidencia-se que “com o retorno da democracia plena após as reformas constitucionais de 2005, a direita foi capaz de retornar ao seu antigo padrão de usar a política eleitoral e as instituições democráticas para promover seus objetivos e proteger seus interesses” (SIAVELIS, 2014, p. 260, tradução livre).⁷² Essa alteração, de acordo com Siavelis (2014), demarca a resignação de uma postura defensiva e a gênese da diligência em contribuir com suas alternativas políticas.

A guinada efetiva da direita contemporânea só ocorreu em 2010 após duas décadas de governos exclusivamente da *Concertación* e, contudo, não permaneceu sequencialmente frente ao governo nacional. A análise a seguir irá elucidar o contexto de inserção da direita ao poder tomando como partida o governo de Michelle Bachelet da *Concertación* em 2006, sucessora de Ricardo Lagos, Bachelet já tinha, conforme elucidam Costa e Tanscheit (2020), vínculo com a administração do governo devido ao desempenho das funções de Ministra da Saúde (de 2000 à 2002) e Ministra da Defesa (de 2002 à 2004) e em seu primeiro mandato deu-se continuidade à cultivação dos fatores do modelo social e econômico neoliberal e a modificação de algumas políticas protecionistas vigentes durante o governo de Lagos.

Já no âmbito externo, “[...] o governo Bachelet promoveu uma política externa que se mostrou aberta e receptiva às oportunidades do ambiente regional” (COSTA; TANSCHUIT, 2020, p. 76). Merece atenção a participação chilena na ocupação do cargo da presidência da Unasul e com o engajamento aos ODMs da ONU. A distinção entre os governos provenientes da Onda Rosa no Chile é observada conforme abaixo:

⁷⁰ “These new groups share a common ideology that lionizes free market economics, technocratic solutions, and belief in management sciences” (SUTIL, 2004, n.p SIAVELIS, 2014, p. 248).

⁷¹ “But, as it became clear that Concertación governments were not only going to remain in power but also that they were going to be successful, the right gradually realized it would need to work with the Concertación or it would be seen as a simple impediment to the establishment of full democracy” (SIAVELIS, 2014, p. 258).

⁷² “With the return of full democracy following the 2005 constitutional reforms, the right has been able to return to its old pattern of using electoral politics and democratic institutions to advance its goals and protect its interests” (SIAVELIS, 2014, p. 260).

De uma forma geral, o governo de Bachelet diferenciou-se do de Lagos em sua ênfase considerável em políticas de proteção social e também na sua atenção à nova sociedade civil em emergência. Todavia, o término do seu mandato foi marcado pela primeira grande crise enfrentada pela Concertación, que, ao definir novamente pela candidatura presidencial de Frei Ruiz-Tagle, provocou a saída do deputado Marco Enriquez-Ominami (filho do histórico dirigente socialista Carlos Ominami) da coalizão e o lançamento de sua candidatura presidencial de forma independente. O desgaste decorrente desta crise, que dividiu o eleitorado da coalizão no primeiro turno, propiciou uma estreita vitória de Piñera no segundo turno com 51,61% dos votos contra 48,39% dos votos obtidos por Frei Ruiz-Tagle (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 77).

A eleição de Michelle Bachelet foi um marco para a inserção das mulheres na política chilena, especialmente por ocupar pela primeira vez o cargo de Presidente da República e por promover uma “[...] reflexão sobre a relação do mundo da política com a população e com a sociedade civil e ocorre sob uma forte promessa de fomento à participação social em seu governo” (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 75). Ainda que seu governo seja considerado de esquerda, “as conjunturas da economia internacional levaram a uma maior ênfase na economia nacional, especialmente na criação de empresas e principalmente de empregos” (OLIVARES, 2018, p. 54, tradução livre).⁷³ Tal posicionamento é considerado por Olivares (2018) um dos desvios das políticas de governos de Bachelet, que giravam inicialmente em torno da garantia do bem-estar social e na qualidade de vida que, em parte altera seu posicionamento ideológico:

O êxito de Bachelet, que terminou o seu mandato com 84% de aprovação, a cifra mais alta já registrada no país, foi de suma importância para o debate sobre a inclusão política das mulheres na região e no mundo, impactando posteriormente nas eleições de Cristina Kirchner em 2007 na Argentina e de Dilma Rousseff em 2010 no Brasil (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 77).

O início da alternância entre *Concertación* e *Alianza* teve início em 2010 com a eleição de Sebastián Piñera. No início do governo Piñera se deparou com os reflexos remanescentes da crise internacional de 2008 e com os danos causados em solo chileno após a ocorrência do terremoto, em 27 de fevereiro de 2010, que o forçaram a adotar medidas para manutenção da economia interna (OLIVARES,

⁷³ “Las circunstancias de la economía internacional hicieron que se pusiera un mayor énfasis en la economía doméstica, especialmente en la creación de empresas y empleos principalmente” (OLIVARES, 2018, p. 54).

2018).⁷⁴ Durante a gestão de Piñera outros assuntos como o acidente dos mineiros em San José em agosto de 2010, o retorno das mobilizações estudantis em 2011, e as greves e revoltas do povo mapuche (COSTA; TANSCHHEIT, 2020) estiveram em pauta. De forma geral, Olivares (2018) frisa que “[...] no programa de governo, Piñera enfatizou o aperfeiçoamento da descentralização e a melhoria dos níveis de eficiência da administração” (tradução livre, p. 54), este segundo em maior grau de execução.⁷⁵

Neste período as relações externas ligadas ao comércio foram enfatizadas “[...] em virtude da relevante integração de fato que ocorreu como resultado da enorme atividade e presença de atores empresariais chilenos nos países do ambiente local” (BUSTAMANTE; RIVERA, 2011, p. 31, tradução livre).⁷⁶ No enfoque regional não houve mudanças significativas ou que tenham marcado avanços para além da continuidade às políticas externas anteriormente implementadas pela *Concertación*:

Em síntese, o primeiro ano de governo de Piñera, nas questões de política externa, coloca o Chile – como um dos primeiros expoentes sul-americanos – de uma forte guinada à direita e ao conservadorismo no trato das questões debatidas no âmbito multilateral, e uma clara réplica ao comportamento internacional que vem sendo posto em prática pelos EUA do Presidente Donald Trump, que cada vez mais deslegitima as instâncias multilaterais, em especial as iniciativas do sistema da ONU (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 84).⁷⁷

Merecem destaque o arrefecimento com as relações entre Chile e Argentina, devido a diferenças ideológicas, e o alinhamento aos EUA, que prosperam no que tange aos direitos de os cidadãos chilenos ingressarem no país sem a exigência de visto e com permanência de até 90 dias (COSTA; TANSCHHEIT, 2020). A extenuação

⁷⁴ O terremoto, ou sismo do Chile, “[...] afetou as regiões de Valparaíso, Santiago, O’Higgins, Biobío e Auracánía, onde vivem mais de 13 milhões de habitantes e cerca de 80% da população” (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 78) e registrou um grau de 8,8 na Escala Richter.

⁷⁵ “En este caso, en el programa de gobierno, Piñera enfatizó en mejorar la descentralización y mejorar los niveles de eficiencia dentro de la administración. Sin embargo, durante su gobierno, las acciones relacionadas con la descentralización fueron menores a las del programa, mientras que las acciones de eficiencia fueron ampliamente superiores” (OLIVARES, 2018, p. 54).

⁷⁶ “Como se aprecia, las tendencias de la política exterior de Chile hacia la integración en la región plantean importantes elementos de continuidad, aunque también cabe tomar en consideración que la administración Piñera ha puesto un mayor énfasis en los temas comerciales de las relaciones externas, en virtud de la relevante integración de facto que se ha dado como efecto de la ingente actividad y presencia de actores empresariales chilenos en los países del entorno vecinal” (BUSTAMANTE; RIVERA, 2011, p. 31).

⁷⁷ “Siendo así, la prioridad regional ha constituido uno de los pilares fundamentales de la política exterior de Chile durante todos los gobiernos de la Concertación, así como lo sigue siendo durante el actual gobierno de la Alianza por Chile, encabezado por Sebastián Piñera. Como se explicó más arriba, dicha prioridad ha quedado plasmada en la activa participación del país en el Mercosur, la CAN, la UNASUR y la ingente labor del país en la MINUSTAH” (BUSTAMANTE; RIVERA, 2011, p. 39).

do governo tornou-se visível ao final do mandato, conforme elucidam Costa e Tanscheit (2020). Sua imperícia em dialogar com o corpo social chileno e em tutelar as reivindicações do movimento estudantil concederam a Piñera uma popularidade baixa, contrastante com os governos de seus dois predecessores:

Com este percentual perante a população e sem uma candidatura forte para a sua sucessão, combinado às demandas crescentes da sociedade civil por uma revisão do modelo socioeconômico neoliberal em curso, a chegada da Alianza ao poder acabou por ser um breve interregno entre os governos da Concertación (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 80).

O retorno de Bachelet alicerçou-se no favoritismo em ocupar novamente o posto do Executivo e em uma modificação dos participantes da *Concertación*, que resultou na integração de mais membros à coalizão, dentre eles Costa e Tanscheit (2020) destacam a integração do Partido Comunista o Chile (PCCh).⁷⁸ O segundo mandato de Bachelet pode ser sintetizado como o governo “[...] mais ambicioso desde a transição à democracia, e é marcado por uma agenda em política doméstica em que se destacam as reformas tributária, eleitoral, educacional e constitucional” (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 80). Contudo, a intenção de remodelar a constituição foi o mais significativo insucesso de seu exercício no poder (COSTA; TANSCHHEIT, 2020).

O mandato da presidenta terminou em 2018 com a normalização das políticas exteriores e com considerável redução da outorga do cerne social quando comparado à primeira gestão, “[...] as controvérsias geradas em torno de suas reformas, do escândalo envolvendo o seu filho e da lei de interrupção voluntária de gravidez enfraqueceram consideravelmente o governo Bachelet [...]” (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 83). A ocorrência da alternância política no Chile é frisada a partir desse momento:

O último ciclo político tem sido marcado por uma alternância no poder entre os dois blocos partidários que organizam o sistema político no país desde a década de 1990 – atualmente representados nas figuras de Bachelet e de Piñera. Em que pese o revezamento entre estas duas lideranças, a novidade recente mais importante diz respeito ao rompimento com o duopólio das antigas Concertación e Alianza e à emergência de uma nova e competitiva força política nas eleições de 2017, a Frente Ampla (COSTA; TANSCHHEIT, 2020, p. 83).

⁷⁸ Conforme elucidado por Navia (2004), a constituição original do partido contava com quatro partidos, o PDC, PSCh PPD e PRSD.

As eleições nacionais que resultaram na escolha de Sebastián Piñera novamente para a presidência ilustram a repetição da ascensão do conservadorismo, dessa vez sob nova formulação da coalizão de direita com a fundação da Frente Ampla em 2017 (COSTA; TANSCHHEIT, 2020). A coalizão também despontou nas votações parlamentares para compor o legislativo e na inserção política de mulheres, principalmente no recinto da Câmara de Deputados (GOMES DA COSTA; TANSCHHEIT, 2017, n.p apud. COSTA; TANSCHHEIT, 2020), porém o seu papel no que tange as atividades inseridas no contexto social permanece desconhecido.

No ano de 2019, em meio a manifestações de notada magnitude, houve o aumento da tensão popular em relação às desproporções econômicas e a falta de inclusão da sociedade civil na política nacional (BARTLETT, The Guardian, 2019). Conforme exposto por Fukushima (2019) o processo de confecção da constituição chilena em 1980 durante o período da ditadura pinochetista exerce um papel restritivo ao outorgar limitada à atuação inclusiva popular, visto que:

O texto constitucional só prevê a consulta popular por meio do plebiscito quando no processo de reforma constitucional houver divergência entre o Congresso Nacional e o Presidente da República (Artigo 117) [...] O grande debate em torno dessa Constituição está exatamente no processo de transição da ditadura ao regime democrático (FUKUSHIMA, 2019, p. 7-8).

Para além das amarras constitucionais, que se tornaram fatores limitantes para a prática do regime democrático atual, a inflexão do regimento cujo se encontra a organização estatal (consoante à menção nas próprias leis orgânicas do ordenamento jurídico) dificulta a o desprendimento dos entraves autoritaristas (FUKUSHIMA, 2019). As manifestações populares, após dois meses de reivindicação, alcançaram seu principal objetivo, trazer à baila a discussão sobre o estado deficitário instaurado na contemporaneidade sob regimento da Constituição de 1980 (DURÁN, 2020). Durán (2020) reitera, ainda, que as políticas necessitam ser consideradas para promoção de maior envolvimento popular e bem-estar social.⁷⁹

Frente à ebulição social, Piñera viu-se inclinado a acatar as demandas societárias com o intuito de recuperar sua popularidade. Em 25 de outubro de 2020 o

⁷⁹ “En los días que corren, estamos en medio de un inédito proceso constituyente, de reflexiones, debates y deliberaciones acerca de los - mínimos éticos - de una nueva moral ciudadana, de un nuevo modo de concebirnos como ciudadanos” (DURÁN, 2020, n.p).

governo proporcionou a votação do Referendo de 2020, que ilustrou o desejo popular em estabelecer nova formulação constitucional - em substituição à Constituição de 1980 - redigida pelos cidadãos chilenos.⁸⁰ Ao fim e ao cabo, Siavelis (2014) afirma que “[...] com o esgotamento dos governos da *Concertación*, o crescimento da corrupção e a demanda por um novo tipo de política, um espaço de política proativa se abriu para a direita” (p. 261, tradução livre).⁸¹ O Frente Ampla, nesse sentido, precisa mostrar-se como um efetivo oponente à *Concertación* para garantir, até o final do segundo mandato de Piñera, recuperar a adesão popular e moderação administrativa para conservar-se no poder até novembro de 2021.

3.3 Brasil

O caso brasileiro, um dos mais marcantes a ser destacado nesta obra a partir do viés de interpretação da Maré Azul, ilustra de forma marcante a polarização de dois movimentos políticos recentes, o lulismo e o bolsonarismo.⁸² A vitória do PT, com o cargo da vice-presidência ocupado por José Alencar do Partido Liberal (PL), rendeu ao governo uma administração de esquerda moderada (LUNA; KALTWASSER, 2014). Cabe aqui citar que o movimento liberal brasileiro está intimamente ligado com uma difusão estrutural, sendo aplicável tanto por partidos de centro, centro-direita e conservadores (MONTERO, 2014).⁸³

O PL, ainda que em certo momento na história tenha galgado a titulação de “partido empresarial de boa fé” nunca conseguiu estabelecer políticas concisas como o liberalismo proposto em outros países da América Latina (MONTERO, 2014). Já na Argentina e no Chile, ao contrário, houve a promoção de reformas estruturais

⁸⁰ A modalidade de Convenção Constituinte é comedida apenas às deliberações sociais, ao passo em que a Convenção Mista envolve também parlamentares para redação constitucional.

⁸¹ “But with the exhaustion of *Concertación* governments, the growth of corruption, and the demand for a new type of politics, a proactive policy space opened up for the right” (SIAVELIS, 2014, p. 261).

⁸² Fenômeno político que sofre eclosão a partir da ascensão de Lula. Para Singer (2018) a era Lula representou uma conformação rooseveltiana que emoldurava um novo modelo de incorporação elementar do país em um grupamento total sem a reflexão de conflitos. O líder brasileiro experienciou um “aclamado *urbi et orbi*, recebia aplausos da burguesia, nacional e estrangeira, e de centrais sindicais concorrentes” (SINGER, 2018, p.12).

⁸³ “The incoherence of liberal ideology in the Brazilian parties may be less associated with the development of these parties and considered to be more a product of the relative weakness of economic liberalism as a defining or unifying element of technocratic/bureaucratic development in Brazil. Unlike Mexico, Argentina, and Chile, Brazil maintained much of its developmentalist economic bureaucracy and incorporated many of the policy mechanisms of the import-substitution period in its structural reforms and trade policies during the 1990s and 2000s” (MONTERO, 2014, p. 298).

significativas e a definição clara de enquadramento dentro do espectro político nacional (MONTERO, 2014).⁸⁴

A configuração de “[...] um governo híbrido de esquerda, que junta o liberalismo e o desenvolvimentismo” (CERVO, 2008, n.p, apud. ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 56) descrevem não só a coalizão PT-PL como também a abordagem política no primeiro mandato de Lula. O governo, durante os primeiros quatro anos, contou com índices de crescimento econômico satisfatórios e forte esteio popular, conforme elucidado por pesquisas de aprovação aplicadas à sociedade. Durante o segundo mandato, de 2007 a 2010, a regência de Lula sofreu impacto da crise financeira mundial que teve início em 2008 nos EUA (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020).⁸⁵ Ao fim e ao cabo, os efeitos da bolha imobiliária norte-americana, que contribuiu com o colapso do *subprime*, apontou em nível global que inclusive as supremacias econômicas estavam suscetíveis às ameaças da financeirização:

A crise do subprime foi um dos temas que mais se destacaram no cenário econômico internacional de 2007. Ao longo do segundo semestre, os mercados financeiros foram, em duas oportunidades, surpreendidos por notícias de que as perdas relacionadas ao financiamento de imóveis nos Estados Unidos (EUA) eram muito elevadas. O mais importante, no entanto, não era a dimensão dos prejuízos, mas o fato de que, por sua concentração, ameaçavam a saúde financeira de importantes bancos e fundos de investimento (BORÇA JUNIOR; TORRES FILHO, 2008, p. 130).

No Brasil, o equilíbrio foi mantido dentro das possibilidades, visto que, “internamente, o presidente usou seu capital político elevado para convencer a sociedade da capacidade nacional de, pela primeira vez em décadas, não sucumbir diante de uma crise externa” (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 59). A partir desta análise constata-se que diversos componentes favoreceram o custeio do ofício estabelecido por Lula que, em comum acordo, estão “todos ligados à sua ideologia

⁸⁴ “The Liberal Party (Partido Liberal, or PL) once claimed the mantle of a bona fide ‘business party’ under the leadership of Guilherme Afif Domingos, who ran for president on the party’s ticket in 1989, but the PL never developed into a coherent liberal party. Its leader in 2002, José Alencar, even ran and served as Lula’s vice president” (MONTERO, 2014, p. 298).

⁸⁵ “Desde agosto de 2007, com o início da crise imobiliária no segmento subprime nos EUA, houve um aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional, com a concomitante deterioração das condições de crédito em escala global. A ampla liquidez existente nos EUA, fruto, em boa medida, da condução de sua política monetária desde 2001, foi responsável por gerar uma forte onda de valorização dos ativos imobiliários, que adquiriu contornos de uma bolha especulativa. A continuidade desse processo foi viabilizada pela atuação das instituições financeiras privadas mediante a utilização de produtos financeiros estruturados de derivativos de crédito” (BORÇA JUNIOR; TORRES FILHO, 2008, p. 129).

desenvolvimentista de industrialização, planejamento estatal e ampliação de direitos” (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 59) e refletem na implementação de novos programas estatais:

Em fins de 2006, a Petrobras confirmou a existência de uma extraordinária reserva de petróleo na camada pré-sal. Em janeiro de 2007, Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o programa de obras e investimentos estatais mais ambicioso desde a Ditadura Militar. Em março de 2009, foi a vez do Minha Casa Minha Vida, com a meta de construir milhões de habitações populares. Além disso, programas de ampliação do crédito para agricultura familiar e de expansão de universidades e do ensino técnico pelo país completaram o quadro de ação estatal pelo crescimento e desenvolvimento (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 59).

A nova condição brasileira, que englobava a retomada econômica após os efeitos da crise e a aplicação dos projetos desenvolvimentistas cunhadas pelo líder do PT, afigurou uma característica programática recém-adquirida. Para Albuquerque e Medeiros (2020) a crescente no nível das exportações de matéria-prima teve relação direta com a ampliação comercial brasileira e, conseqüentemente, facilitaram a inserção em novos mercados ao redor do globo:

Os patamares pré-crise não foram retomados em mercados tradicionais – Estados Unidos e Europa –, enquanto em mercados que se fortaleceram mais recentemente, como a Ásia e a China, o crescimento das vendas externas foi mais intenso, o que responde pelo retorno aos níveis observados antes da crise. Assim, houve um evidente redirecionamento das vendas externas (na comparação entre 2011 e 2008) para as regiões menos afetadas pela crise, o que contribuiu para a recuperação do total das exportações brasileiras. Dentre as regiões analisadas neste estudo, a América do Sul passou a ser o destino mais importante dos produtos brasileiros, considerando a participação percentual (MARCONI, 2010, p. 36).

No decurso dos oito anos de governo Lula, é possível constatar a adoção de políticas internas e externas transicionais que em suma objetivaram a integração regional e a amenização de assimetrias sociais (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020). Sua aclamação frente à liderança nacional rendeu ao PT um saldo positivo nas urnas para as eleições seguintes, cujo resultado levou Dilma Rousseff ao poder, podendo ser considerado uma continuação ao lulismo com o terceiro mandato subsequente do partido (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020). O pleito que garantiu a vitória de Dilma (PT) em 2010 contou com a oposição do tucano José Serra (PSDB). Aos encargos da vice-presidência desta vez houve a aliança com o PMDB, através

da escolha de Michel Temer, figura que, ao contrário de Dilma, já havia consolidado contáveis feitos na carreira política.⁸⁶

Este período, para Albuquerque e Medeiros (2020), é admitido como uma nova fase cíclica do progressismo implantado no Brasil. A preocupação central deste ciclo “tratava-se de consolidar seus processos políticos e sociais – estabilidade democrática, crescimento econômico, distribuição de renda e inserção soberana na globalização – com mais um mandato presidencial e com uma nova liderança” (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 61).⁸⁷ Sob a gestão de Dilma Rousseff, um conjunto de diversos “[...] fatores de caráter interno conduzem à deterioração de indicadores de medida da presença e da influência econômica, política e geopolítica do Brasil sobre o cenário internacional” (CERVO; LESSA, 2014, p. 149). Para Cervo e Lessa (2014), os anos de 2011 a 2014 foram um nítido divisor de águas no quesito da promoção nacional no ambiente externo:

O declínio do país torna-se perceptível de vários modos. A escassez de investimentos internos e de progresso tecnológico e a ausência de política de comércio exterior conduzem à queda do ritmo de crescimento, da competitividade sistêmica e das exportações, bem como ao agravamento das contas externas. O país não influi mais na produção do ordenamento e dos regimes internacionais na esfera do comércio internacional, os quais transitam então do multilateralismo ao bilateralismo. O conceito de declínio aplicado à inserção internacional do Brasil durante o período do primeiro governo de Dilma Rousseff há de ser qualificado para bem expressar a realidade. A crise financeira e econômica internacional apenas de leve afeta o declínio, cujas causas são eminentemente internas. As grandes estratégias externas da era Lula da Silva, quando são mantidas, o são de modo lerdo e obstruído (CERVO; LESSA, 2014, p. 149).

A crise identitária com a esquerda - neste caso ligado diretamente ao Partido dos Trabalhadores - torna-se evidente em 2013 com o início manifestações populares que tinham como objetivo exprimir a insatisfação com o funcionamento do sistema político e dos serviços prestados pela esfera pública (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020). No ano de 2014 houve a introdução da Operação Lava-Jato que

⁸⁶ “Indicada por Lula para o cargo, a economista Dilma Vana Rousseff, ex-ministra-chefe da Casa Civil, não era política profissional e nunca disputara uma eleição. Mas na Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores (PT) fizera uma bancada de 88 cadeiras, a maior da Casa, e era de longe a sigla mais apoiada pelo eleitorado. Junto com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), prometia à primeira presidente mulher tranquilidade congressional para exercer o mandato” (SINGER, 2018, p. 12).

⁸⁷ “Dilma enfatizou a promoção do Plano Nacional de Direitos Humanos e indicou uma postura pouco condescendente com países violadores. Entretanto, o governo foi marcado por menor ativismo pessoal da presidenta e mais limitações decorrentes da conjuntura interna e externa” (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 62).

criou um cenário extremo quanto aos confrontos coletivos e organizacionais que culminou no surgimento de uma forte oposição à Dilma (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020).

Em 2014 foi realizada nova eleição, em dois turnos, que contou com a reeleição presidencial da chapa PT-PMDB pela derrota do tucano, Aécio Neves (PSDB), com uma margem acirrada.⁸⁸ A maioria dos votos a favor da continuação do governo foram provenientes de regiões do norte e nordeste brasileiro e parte dos estados componentes da região sudeste. Em oposição ao cenário que assumira nos primeiros quatro anos, Dilma Rousseff se defrontou com uma conjuntura doméstica que sofria os impactos da queda do PIB, aumento dos índices de desemprego, ampliação do número de pessoas que tiveram redução de renda e retornaram à condição de pobreza (SINGER, 2018). A deterioração da imagem da líder como administradora do Executivo ficou ilustrada de forma negativa após o primeiro ano da segunda gestão:

Dilma, com rejeição de 70%, criticada pela esquerda e por setores populares, odiada pela direita e pela classe média, desprezada pelos empresários, abandonada pela base parlamentar, fora afastada pelo Legislativo e se recolhera à residência presidencial, de onde sairia três meses depois, condenada a perder o cargo. Líderes petistas, supostamente envolvidos em desvios descobertos pela Operação Lava Jato, estavam presos. Lula, denunciado em diversos processos criminais, procurava organizar a própria defesa. [...] O lulismo estava despedaçado (SINGER, 2018, p. 13).

Por este viés contraditório o lulismo passou a perder o seu propósito rooseveltiano.⁸⁹ De igual forma esbarrou em questões estruturais da configuração populacional, que prevê substancialmente a prevalência das massas, “em outras palavras, alguns pobres podem deixar de ser pobres, mas a pobreza não pode deixar de existir” (SINGER, 2018, p. 21), a sistemática do partido passou a ser questionada de forma em que:

No segundado mandato de Dilma, o acirramento da crise econômica impulsionou a derruição do projeto de concertação social petista levado a cabo nos últimos 15 anos. A crise econômica fortaleceu uma ação conjunta

⁸⁸ O sufrágio afigurou a 7ª realização eleitoral para o cargo da Presidência da República desde a instauração da Constituição Federal de 1988.

⁸⁹ “Ambiguidades e contradições não são componentes anômalos da cultura política. Ao contrário, há um contínuo processo de adaptação entre expectativas e premissas sedimentadas aos desafios do presidente. A pressão exercida pela classe média por maior transparência e pela imputação de responsabilidade aos atos e às decisões governamentais representa um desafio à mentalidade estatista e patrimonialista tradicional” (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p.150).

das diferentes frações do capital para a recuperação do crescimento econômico e de suas taxas de lucro (DURIGUETTO; DEMIER, 2017, p. 14).

A “reação conservadora” mencionada por Mogilka (2019), e observada com o início do processo de *impeachment* de Dilma durante o segundo mandato, explica a ação da classe média com o apoio de conjuntos de oposição reacionária (por vezes associadas às características do fascismo).⁹⁰ Por intermédio destes grupos de interesse - e da demanda em destituir o governo petista - se “[...] utilizou o recurso dos golpes legislativo-jurídicos, integrantes desta grande estratégia conservadora chamada guerra híbrida” (MOGILKA, 2019, p. 81).⁹¹ Para o autor, é preciso que os líderes tenham - em algum nível - governabilidade para sustentar-se no poder, tal fator nos países latino-americanos capitalistas está ligado ao “[...] capital; mídia; máquina pública; estruturas políticas tradicionais (voto de cabresto na zona rural; reduto de cabos eleitorais nas periferias urbanas); igrejas; apoio popular” (MOGILKA, 2019, p. 81).

Conforme as considerações de Albuquerque e Medeiros (2020), a crise democrática e a finalização cíclica do progressismo tornam-se evidentes com a realização do golpe parlamentar ocorrido em 2016.⁹² A ocorrência dos fatores levou ao poder o até então vice-presidente, Michel Temer (PMDB), com arrimo significativo de grande parte do congresso e o enfraquecimento da base petista (SINGER, 2018), tanto nos níveis políticos como nas camadas da sociedade:

⁹⁰ “O processo de impedimento, repleto de incontáveis peripécias, fora aprovado na Câmara, em 17 de abril, por maioria constitucional, depois de quatro meses de contraditório, público e livre, entre acusação e defesa. Numa sessão de nove horas e 47 minutos, televisionada na íntegra, 367 dos 513 deputados sufragaram a favor do impeachment, fazendo declarações de quinze segundos cada. O presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediu ‘que Deus tenha misericórdia dessa nação’. O palhaço Tiririca (PR-SP) votou ‘pelo meu país’. O gaúcho Sérgio Moraes (PTB-RS) mandou ‘feliz aniversário, Ana, minha neta’. O ex-capitão Jair Bolsonaro (PSC-RJ) reivindicou a ‘memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra’, torturador durante a ditadura militar. Um trôpego show de variedades interrompia a experiência lulista dentro dos limites da lei, ainda que ferindo a alma da Constituição” (SINGER, 2018, p. 14).

⁹¹ O conceito de guerra híbrida cunhado por Korybko (2015) é observado em guerras assimétricas derivadas das revoluções coloridas aos golpes (conforme incita o nome de seu livro). A característica híbrida está na variável de tempo e espaço, ou seja, sua difusão está necessariamente interligada ao início do século XXI e à quarta onda populista. Korybko (2015) defende que a ocorrência das guerras híbridas estaria restrita aos EUA e à Europa, devido a este ponto em específico o conceito torna-se controverso. Não obstante, permanece sendo aplicado em situações cuja ocorrência de golpes leves e articulados tomam sequência a partir da propagação de *fake news* e na desestruturação de governos em prol de interesses pontuais.

⁹² Ainda que Dilma tenha sofrido imputação pela suposição ter cometido crimes de responsabilidade fiscal, o governo de Temer pode ser enquadrado com facilidade como ilegítimo, pois apesar da licitude do processo não contou com novas eleições populares até o ano de 2018.

O novo bloco no poder queria derrubar a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, congelar o gasto público por duas décadas, aprovar a terceirização de mão de obra para atividades-fim, fazer uma reforma trabalhista anti-clt, aprovar uma emenda constitucional que limitasse os benefícios da Previdência Social e, se possível, alterar o regime político na direção do parlamentarismo. Temer nomeou um ministério disposto a diminuir o número de atendidos pelo Bolsa Família, reduzir as verbas destinadas à saúde e à educação, às universidades públicas e à agricultura familiar, a abrandar a fiscalização do trabalho escravo, a estancar a demarcação das terras indígenas e o reconhecimento das propriedades quilombolas. O desejo era o de revogar o que fora construído em matéria de democratização da sociedade, reinvenção da política e Estado de bem-estar desde os anos 1980 (SINGER, 2018, p. 11).

Pouco em pouco a inserção regional brasileira, seja no Mercosul ou na Unasul, foi perdendo espaço, “[...] pois enquanto os governos anteriores buscavam uma política conciliadora, Temer apoiou as medidas de isolamento e exclusão das instituições internacionais, sobretudo da Organização dos Estados Americanos (OEA)” (ALBUQUERQUE, 2017, n.p apud. ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 64). Os ensaios da direita contemporânea passaram a se fortalecer a partir de grande adesão popular, marco evidente no resultado das eleições presidenciais de 2018. O PT, apostando na candidatura da coalizão com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), projetou Fernando Haddad para concorrer com a frente conservadora do Partido Social Liberal (PSL) com a candidatura de Jair Messias Bolsonaro.

De acordo com Mogilka (2019), a esquerda progressista brasileira carece “[...] modificar sua relação com os grupos populares: de uma postura que é majoritariamente dirigista-vertical-prescritiva para posturas basistas-horizontais-dialógicas” (p. 81).⁹³ Ainda que com uma imagem negativa, o PT deliberou registrar seu candidato, coligando-se apenas com o PCdoB. A disseminação dos partidos de esquerda não foi benéfica, pois, conforme Mogilka (2019), a mais astuta configuração da esquerda - que teria menor probabilidade de rejeição - daria-se a partir da liderança de Ciro Gomes do Partido Democrático Trabalhista (PDT) frente à oposição dos conservadores. O resultado das eleições, com a ocorrência de dois turnos, contou com a vitória de Jair Bolsonaro sobre Haddad, conferindo a gênese de um novo fenômeno na política nacional:

⁹³ O basismo ligado à política busca, justamente, a implementação de um relacionamento horizontal com a população (em detrimento ao dirigismo egoístico da promoção individual dos partidos). Já o posicionamento dialógico corresponde à identificação popular com a corrente ideológica e sua agenda social, até então a ferramenta utilizada pela esquerda como aproximação à burguesia era por intermédio de candidaturas e governos de coalizão (MOGILKA, 2019).

O Bolsonarismo é uma nova versão deste segmento da direita brasileira. Ele tem suas bases políticas em diferentes fenômenos, como o poder evangélico-neopentecostal, o fascismo e a militarização da sociedade, o antipetismo e as dificuldades de união no campo progressista (esquerda e centro esquerda); na parte do capital que aderiu à proposta não liberal e o descrédito com partidos tradicionais e com a própria política (candidato se apresentava como não-político). Também contribuíram para sua ascensão a deterioração na área de segurança pública e a crise econômica e desemprego, consequência ainda da grande crise do capitalismo iniciada em 2008 (MOGILKA, 2019, p. 83).⁹⁴

A ascensão do bolsonarismo por meio de votação direta garante validade à agenda extremista derivada da ideologia, contudo os conservadores não se intitulam de ‘extrema-direita’, mas sim de governo ‘linha-dura’ ou ‘moralizador’, conforme elucida Mogilka (2019). Em conjunto, outros debates contemporâneos debutaram com o conservadorismo, que preconiza substancialmente a proposição de temas direcionadas a pequenos grupos de interesses.⁹⁵

As mudanças do governo são perceptíveis no próprio Ministério das Relações Exteriores, onde, de acordo com Saraiva (2020, informação oral)⁹⁶, deu-se uma desconstrução de burocracias consolidadas e que eram levadas em continuidade nos governos anteriores. Pautas como a defesa do ocidentalismo, do bilateralismo e de Estados fortalecidos (com estatais em pouca quantidade) passaram a ganhar protagonismo, em detrimento ao gerenciamento de crises e de danos ambientais. No âmbito das políticas externas, Bolsonaro nomeou Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores e a introdução de um novo Itamaraty que denotam “[...] os fortes indícios de uma brutal reversão da política externa ‘ativa e altiva’ e da radical entrega da soberania nacional” (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 65). Entre as mais marcantes implementações estão o negacionismo multilateral e o alinhamento com os EUA, especialmente com Trump frente à presidência.

⁹⁴ “A combinação dessas dinâmicas internas de crise da democracia com um cenário internacional de radicalização do neoliberalismo e crescimento da extrema-direita, como a vitória de Donald Trump na eleição presidencial dos EUA e a proposta de saída do Reino Unido da União Europeia, ambas em 2016, terminou por favorecer o candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro (PSL) no pleito presidencial de 2018” (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 64).

⁹⁵ “É um equívoco opormos neoliberalismo à extrema-direita bolsonarista. Ao longo do século 20 e agora no século 21, vemos que quando a burguesia não consegue se manter no poder pela democracia liberal, com candidatos conservadores liberais, acaba aderindo a candidatos conservadores de extrema-direita, para evitar a ascensão de candidatos progressistas ou mesmo de coalizão” (MOGILKA, 2019, p. 83).

⁹⁶ Miriam Saraiva é pós-doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e integrou a mesa de debates sobre ‘Os Esforços para uma Nova Política Externa Brasileira Frente à Ameaça do Multilateralismo’ durante a segunda edição do Encontro de Relações Internacionais do Rio de Janeiro (ERIRio). O congresso teve realização durante os dias 29 e 30 de agosto de 2020, sendo inteiramente virtualizado devido à pandemia do Coronavírus.

Na esfera doméstica observa-se a inserção de Tereza Cristina ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e de Damarens Alves ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que enfatizam o conservadorismo reacionário presente nos costumes e nas políticas sociais. Segundo Albuquerque e Medeiros (2020) a agenda neoliberal prevê privatizações, a reforma previdenciária (que falha em beneficiar a população mais carente que depende do sistema), o cessamento do incentivo à preservação ambiental e em rechaçar a igualdade racial (de negros e indígenas) e do debate dos gêneros (que permeiam a identidade sexual dos indivíduos).

Artifícios de censura e o beneficiamento das bancadas rural e evangélica também compõem o governo, que se arraiga fortemente no uso das mídias para sua propagação do bolsonarismo. O Brasil tem perdido sua potência ao passo em que se enquadra em uma atuação econômica isolacionista e perde as características de mediador integrativo entre os países da América Latina. As eleições de 2022 serão decisivas para a desconstrução das práticas conservadoras ou para a continuidade das políticas implementadas, visto que Bolsonaro deve candidatar-se para seu segundo mandato.

3.4 Argentina

A análise da conjuntura política da Argentina é digna de desvelo acurado no que tange ao exercício da direita. O mesmo desempenhou uma atuação restrita em âmbito doméstico desde a promoção do Peronismo, que triunfou ainda na década de 1940, com a disseminação do fenômeno populista.

No início dos anos 2000, com a guinada progressista de Néstor Kirchner em 2003 e diante à crise enfrentada, o Poder Executivo manteve expressiva centralização política sobre o Congresso Nacional e a Suprema Corte, intervindo sem grande resistência nos poderes Legislativo e Judiciário (LEVITSKY; MURILLO, 2008).

Independente da positiva depuração kirchnerista nas instituições domésticas, Levitsky e Murillo (2008) destacam que o líder desperdiçou incontáveis ensejos de aprimorar o regime democrático argentino, bem como conter o aumento inflacionário, reduzir a taxa de violência e a desigualdade social. Nesse sentido, “[...] apesar da saúde fiscal sem precedentes, o governo não investiu pesadamente em transferências condicionadas de dinheiro ou em programas de saúde e educação voltados para os pobres, como fizeram os governos de centro-esquerda do Brasil e

Chile” (LEVITSKY; MURILLO, 2008, p. 91, tradução livre).⁹⁷ O governo Kirchner tornou possível o recuo da estagnação econômica argentina:

Depois de assumir suas funções em meio à pior recessão já ocorrida no país, Kirchner presidiu quatro anos de crescimento baseado nas exportações, com base em um câmbio competitivo e com os preços de suas matérias-primas excessivamente elevados. A economia cresceu 9% ao ano entre 2003 e 2007 e, como resultado, o padrão de vida melhorou enormemente. O consumo privado aumentou 52% entre 2002 e 2007, e as taxas de desemprego e pobreza foram cortadas pela metade: o desemprego caiu de 20% em 2002 para 9% em 2007, e a taxa de pobreza caiu quase um 50% a 27% (LEVITSKY; MURILLO, 2008, p. 78, tradução livre).⁹⁸

Um tripé importante para propulsão internacional, conforme explicitam Russel e Tokatlian (2004), foram as relações com os EUA e o Brasil. As relações facilitaram a negociação da dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional (LEVITSKY; MURILLO, 2008) e na flexibilização de conduta dos integrantes do G7 (RUSSEL; TOKATLIAN, 2004). No caso estadunidense, o governo Bush - apesar da displicência com a crise -, “sempre evitou que as diferentes políticas bilaterais contaminassem o processo de negociação econômica da Argentina com os organismos multilaterais de crédito, e acabou por desempenhar um papel importante para que o país pudesse fechar os acordos com o FMI [...]” (RUSSEL; TOKATLIAN, 2004, p. 138). A parceria firmada com o Brasil teve caráter de intermediação para compreensão de aspectos políticos significativos e relevantes à recessão argentina, tendo como principal intuito a manutenção do equilíbrio democrático à nível de América Latina (RUSSEL; TOKATLIAN, 2004).

O saldo positivo do governo na economia nacional garantiu que o líder concluísse seu mandato em 2007 com significativa aprovação popular e respaldo para vincular sua esposa na política nacional, “Néstor Kirchner deixou o cargo como o presidente cessante mais popular da história moderna da Argentina” (LEVITSKY;

⁹⁷ “De hecho, a pesar de una salud fiscal sin precedente, el gobierno no llevó a cabo una inversión fuerte ni en las transferencias en efectivo condicionadas ni en programas de salud y educación dirigidos a los pobres, como lo hicieron los gobiernos de centroizquierda de Brasil y Chile” (LEVITSKY; MURILLO, 2008, p. 91).

⁹⁸ “Luego de asumir sus funciones en medio de las secuelas de la peor recesión ocurrida alguna vez en ese país, Kirchner presidió durante cuatro años de crecimiento basado en las exportaciones, fundado en un tipo de cambio competitivo y con los precios de sus materias primas desmesuradamente altos. La economía creció un 9% por año entre 2003 y 2007 y, en consecuencia, el estándar de vida mejoró enormemente. El consumo privado aumentó un 52% entre 2002 y 2007, y las tasas de desempleo y pobreza se redujeron a la mitad: el desempleo cayó desde el 20% en 2002 hasta el 9% en 2007, y la tasa de pobreza disminuyó de casi un 50% a un 27%” (LEVITSKY; MURILLO, 2008, p. 78).

MURILLO, 2008, p. 78, tradução livre).⁹⁹ Contudo, Néstor não aspirava pela própria reeleição e, como alternativa, incentivou a candidatura de sua esposa, também filiada ao PJ.

As eleições de 2007 contaram com a vitória de Cristina Fernández Kirchner que despontou à história argentina como a primeira mulher eleita ao cargo da presidência da república, facilitada pelo legado sólido do partido peronista (LEVITSKY; MURILLO, 2008).¹⁰⁰ Destaca-se que durante o mandato, CFK deu continuidade ao desenvolvimento das políticas exteriores regionais, especialmente com o Brasil nos governos de Lula e Dilma (LEÃO, 2020), porém não obteve êxito em conciliar os objetivos nacionais com os EUA durante a gestão de Obama:

No âmbito interno, os governos kirchneristas concentraram-se em gerar um projeto desenvolvimentista. De modo geral, os pilares desse projeto foram uma maior participação do Estado na economia, a busca pela reindustrialização e pela redução da dívida externa. No âmbito internacional, a política externa passou a ser mais autônoma. Buscou-se uma inserção não subordinada aos grandes centros de poder do sistema internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desse modo, o foco das ações externas foi a integração regional, por meio do engajamento na Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e na União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A aproximação ao Brasil também se tornou prioritária (LEÃO, 2020, p. 17).

O triunfo de CFK é considerado por Levitsky e Murillo (2008) como uma reeleição das ideias que estavam em jogo, ainda que não estivessem sob liderança de Néstor diretamente, dando origem ao legado kirchnerista que governaria o país por mais de 12 anos. O PJ também se manteve no poder frente ao governo de mais da metade das províncias argentinas (com exceção da CBA) e representou grande parte dos componentes do legislativo onde “[...] peronistas pró-governo e outros aliados de Kirchner, incluindo radicais que estavam a seu favor, conquistaram 160 das 257 cadeiras, enquanto peronistas dissidentes conquistaram outras 10” (LEVITSKY; MURILLO, 2008, p. 78, tradução livre).¹⁰¹ Ao mesmo tempo a oposição investia em suas bases de impulsão:

⁹⁹ “Néstor Kirchner dejó su cargo como el más popular presidente saliente de la historia moderna de Argentina” (LEVITSKY; MURILLO, 2008, p. 78).

¹⁰⁰ Apesar de, no ano de 1974 María Estela Martínez de Perón (ou Isabel Martínez de Perón, como era conhecida) ter assumido os encargos da presidência após o falecimento do marido, Juan Domingo Perón, sua função administrativa submetida a sufrágio fora da vice-presidência nacional.

¹⁰¹ “En la Cámara de Diputados, los peronistas pro Gobierno y otros aliados de Kirchner, incluidos los radicales que estaban a su favor, obtuvieron 160 de los 257 escaños, mientras que los peronistas disidentes obtuvieron otros 10” (LEVITSKY; MURILLO, 2008, p. 78).

Em 2007, apesar de Cristina Fernández de Kirchner, da centro-esquerda peronista FPV, ter vencido em nível nacional, o PRO obteve uma vitória esmagadora nas eleições para prefeito da CBA e obteve um decente terceiro lugar na Província de Buenos Aires (onde se aliou ao peronista de centro-direita de Narváez, o empresário que apoiou a Fundação Acreditar e Crescer) (MORRESI; VOMMARO, 2014, p. 335, tradução livre).¹⁰²

Neste período, a frente oposicionista do PJ limitava-se à díade da UCR e PRO (centro-direita) que não representavam bravata ao movimento peronista ainda em exercício (LEVITSKY; MURILLO, 2008). De acordo com Morresi e Vommaro (2014) devido à atuação e influência restrita da direita argentina, a insurgência do partido Proposta Republicana (PRO) foi das mais proeminentes alternativas frente à adinamia ideológica.

A integração proposta pelo partido em questão muito baseou-se na direção de Mauricio Macri, talhado ao ramo empresarial e com convicções neoliberais (MORRESI; VOMMARO, 2014).¹⁰³ De acordo com Morresi e Vommaro (2014), além de englobar componentes clássicos ligados à direita, o PRO também foi responsável por engajar personalidades de outros partidos nacionais relevantes e uma base de especialistas responsáveis por ponderar temáticas como resolução de conflitos políticos e problemas econômicos.

Embora a criação do partido tenha ocorrido entre os anos de 2001 e 2002 em meio à crise interna, a inserção do novo partido foi oportuna para a construção de uma imagem de confiabilidade. A concepção de uma conformação ádvena em meio a uma realidade de acúmulo de líderes e partidos cessantes a legitimação foi, em suma, vantajosa para o fomento da oposição política (MORRESI; VOMMARO, 2014).¹⁰⁴

¹⁰² “In 2007, even though Cristina Fernández de Kirchner, from the Peronist center-left FPV, won at the national level, PRO achieved a landslide victory in elections for mayor of the CBA and obtained a decent third place in the Province of Buenos Aires (where it was allied with the center-right Peronist de Narváez, the entrepreneur who had supported the Believe and Grow Foundation)” (MORRESI; VOMMARO, 2014, p. 335).

¹⁰³ “Macri is the heir to one of the largest Argentine fortunes (his father was the head of SOCMA holding, an economic group that had grown exponentially in the 1970s and 1980s, mainly owing to state contracts), and in 2001 he was president of Boca Juniors (one of the two most popular soccer teams in Argentina)” (MORRESI; VOMMARO, 2014, p. 324).

¹⁰⁴ “The crisis situation must be considered in two ways. First, to be an outsider at a time when political parties and traditional leaders were seriously delegitimized was a clear competitive advantage. [...] Second, founding a political party is a difficult task that requires the organizational support of a system of territorial, economic, and professional networks. The human resources necessary to staff these networks are not usually available for recruitment to a new political party. In the ‘critical juncture’ of the

Em 2003, simultânea a eleição nacional de Néstor Kirchner, Macri realizou a divulgação de sua campanha para inserir-se ao governo regional, especialmente da província de Buenos Aires, como prefeito (MORRESI; VOMMARO, 2014). Apesar da derrota de Macri em 2003, Morresi e Vommaro (2014) destacam que o partido conseguiu sobressair-se nos bairros localizados ao norte da cidade, os mais abastados da CBA, enquanto ao sul conseguiu vitória apenas no distrito de La Boca.

A trajetória de Macri no ano de 2005 consistiu em assumir a presidência o cargo de deputado federal e posteriormente a presidência do partido, forjando a junção com o RECREAR. Contudo, Macri absteve-se em frequentar o congresso nos dois anos seguintes e afirmou expressamente que o comparecimento ao ofício além de enfadonho era despropositado (MORRESI; VOMMARO, 2014).

O aumento progressivo de votos concedidos ao PRO, principalmente das classes médias e baixas, marca em 2007 a consumação do ensaio de inserção da direita em nível regional. A eleição de Macri para a prefeitura da cidade de Buenos Aires marca que houve, de fato, uma alteração política sectária que deriva ao centro do espectro ideológico (MORRESI; VOMMARO, 2014), destaca-se também que as vertentes ideológicas clássicas da direita e o neoliberalismo em que se alicerçava o partido foram ocultadas da campanha política:

Diferentemente das eleições de 2003, em 2007 o PRO conseguiu conquistar bairros de classe média, alcançando um eleitorado heterogêneo que combinava setores sociais e ideológicos: classes média e alta, votos progressistas não peronistas e votos tradicionalmente de direita. A heterogeneidade desse eleitorado corresponde à heterogeneidade dos grupos que formam o partido. O fato de terem conseguido apresentar o PRO como uma nova força política, desvinculada de sua identificação com a direita neoliberal e ainda mais dos partidos políticos tradicionais, também corresponde a essa heterogeneidade de componentes que formaram a nova força (MORRESI; VOMMARO, 2014, p. 336, tradução livre).¹⁰⁵

Nas eleições nacionais de 2015, houve a visualização do acentuado desgaste das práticas do discurso e da polarização política no cenário interno. A adoção de

2001 crisis, however, some of these actors suddenly became available" (MORRESI; VOMMARO, 2014, p. 325).

¹⁰⁵ "Unlike the elections of 2003, in 2007 PRO managed to win middle-class neighborhoods, thus attaining a heterogeneous electorate that combined social and ideological sectors: middle and upper classes, non-Peronist progressive votes, and traditionally right votes. The heterogeneity of this constituency corresponds to the heterogeneity of groups forming the party. That they had been able to present PRO as a new political force, detached from their identification with the neoliberal right and even more so from the traditional political parties, also corresponds to this heterogeneity of components that formed the new force" (MORRESI; VOMMARO, 2014, p. 336).

uma postura ambígua do PJ em selecionar um candidato elegível para o pleito nacional - e viável para continuidade do kirchnerismo - faz crer que a escolha de Daniel Scioli foi resultado de uma eliminação desmedida e malograda que por fim, não obteve sucesso (DE OLIVEIRA PEREIRA, 2016). O egresso da líder sucedeu, finalmente, a eleição do PRO em nível nacional:

A partir da eleição de Mauricio Macri, em 2015, no plano interno, o governo alterou as diretrizes de política econômica, optando por uma desregulamentação da economia e pelo ajuste fiscal. No plano externo, houve uma requalificação da política externa argentina. Nesse sentido, a administração de Macri tem priorizado uma aproximação aos países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos (EUA), e às instituições financeiras internacionais, como o FMI (LEÃO, 2020, p. 17).

Macri “[...] legou uma economia que pouco crescera nos últimos anos mas ainda apresentava algum dinamismo, um mercado de trabalho estagnado mas com baixos níveis de desemprego e uma redução significativa da informalidade [...]” (NATANSON, 2019, p. 8, tradução livre).¹⁰⁶ Para Natanson (2019) os dois primeiros anos de mandato de Macri merecem destaque pela manutenção da solidez e do equilíbrio do governo, que garantiram legitimidade por parte da sociedade e um apoio popular não visto desde o governo do peronista de Raúl Alfonsín na década de 1980.

É evidenciado o fato de que o neoliberalismo de Macri foi implantado de forma gradual “[...] reduzindo lentamente os subsídios às classes médias e ao transporte público, buscando parcerias público-privadas em vez da privatização completa, e até mesmo deixando alguns dos programas sociais de CFK em vigor” (MASON-DEESE, 2019, p. 318, tradução livre).¹⁰⁷

O desdobramento da oscilação econômica, contudo, anuviou as questões políticas durante os dois anos seguintes do mandato de Macri. o reflexo externo que gerou uma mudança de postura do governo deu-se quando “[...] a Reserva Federal dos Estados Unidos anunciou o aumento da taxa de juros, o que afetou os títulos dos

¹⁰⁶ “La primera explicación radica en el legado del kirchnerismo, que dejó como herencia una economía que había crecido poco en los últimos años pero que aún mostraba cierto dinamismo, un mercado laboral estancado pero con bajos niveles de desempleo y una reducción importante de la informalidad, junto con una historia reciente de bienestar y consumo que les había permitido a muchas familias capitalizarse (comprando autos, electrodomésticos, vivienda, etc.)” (NATANSON, 2019, p. 8).

¹⁰⁷ “In other words, the Macri administration attempted to implement neoliberal policies gradually, by slowly reducing subsidies to the middle classes and public transportation, pursuing public-private partnerships rather than complete privatization, and even leaving some of CFK’s social programs in place” (MASON-DEESE, 2019, p. 318).

países emergentes e colocou em xeque a capacidade do governo argentino em continuar financiando os gastos com dívida” (NATANSON, 2019, p. 5, tradução livre).¹⁰⁸

Rapidamente, delineou-se o aumento do câmbio (o dólar atingiu o dobro do valor do peso argentino em 2017), da inflação, dos níveis de desemprego e da pobreza; a curva de crescimento também estagnou e o macrismo, que tinha como pretensão regularizar a economia nacional após o populismo de centro-esquerda, viu-se de mãos atadas diante às súbitas variações (NATANSON, 2019). Outra vez o Banco Central teve de recorrer ao FMI para recursos financeiros, a decisão, implícita por Natanson (2019), apesar de necessária teve um efeito negativo pois meses antes a dívida externa havia sido renegociada três vezes pelo governo:

Com a economia deprimida que mês após mês lhe dá más notícias, suas projeções de que em pouco tempo a recuperação se fará sentir e os efeitos positivos da desvalorização vêm perdendo credibilidade, como mostram pesquisas de expectativas e confiança. O acordo com o FMI, além de um sentimento de déjà vu que reanima as piores memórias da crise de 2001, incluíram uma série de duras condições que obrigaram Macri a deixar de lado a ‘utopia gradualista’, definida pelo ajustamento em câmara lenta implementado nos primeiros dois anos, e a passar para um programa rústico de ajuste monetário e cortes fiscais que só contribuíram para aprofundar a recessão e a deterioração social (NATANSON, 2019, p. 6, tradução livre).¹⁰⁹

O produto dos eventos gerou à Argentina a classificação de um dos governos mais debilitados do globo (NATANSON, 2019). A política externa argentina neste período é marcada pelo alinhamento aos EUA e na manutenção das relações com o Brasil que, durante a gestão de Temer (e depois Bolsonaro), também preconizava um posicionamento liberal (LEÃO, 2020).

A reversão à Onda Conservadora dá-se nas eleições de 2019, apesar de Macri concorrer à reeleição, a oposição do PJ (desta vez com um planejado estruturamento), com Alberto Fernández e CFK como vice (Frente para Todos),

¹⁰⁸ “[...] La Reserva Federal de Estados Unidos anunció un aumento de la tasa de interés, lo que afectó a los bonos de los países emergentes y puso en cuestión la capacidad del gobierno argentino de seguir financiando el gasto con deuda” (NATANSON, 2019, p. 5).

¹⁰⁹ “Con una economía deprimida que mes tras mes le regala malas noticias, sus pronósticos de que en poco tiempo se sentirán el rebote y los efectos positivos de la devaluación han ido perdiendo credibilidad, tal como demuestran las encuestas de expectativas y confianza. El acuerdo con el fmi, además de una sensación de déjà vu que revive los peores recuerdos de la crisis de 2001, incluyó una serie de condicionalidades durísimas que obligaron a Macri a dejar de lado la ‘utopía gradualista’, como definió el ajuste en cámara lenta implementado en los primeros dos años, y pasar a un rústico programa de ajuste monetario y recortes fiscales que sólo contribuyó a profundizar la recesión y el deterioro social” (NATANSON, 2019, p. 6).

obteve vitória e apoio de uma frente anti-neoliberal e moderada (MASON-DESSE, 2019).¹¹⁰ O fracasso de Macri apesar de refletir em uma forte repulsa social quanto às políticas neoliberais (MASON-DEESE, 2019) não levará, necessariamente, a um novo regimento kirchnerista, visto que a administração atual enfrenta outro cenário de engajamento e mobilização social:

Além de não conseguir resolver os problemas econômicos, o governo Macri não obteve dividendos da política de aproximação aos grandes centros de poder. Esse quadro deteriorou as relações entre o governo e a sociedade. E isso pode ter grandes impactos nas eleições de 2019. Se Macri continuar incapaz de oferecer soluções concretas à população argentina, dificilmente ela lhe concederá o direito a exercer um segundo mandato presidencial (LEÃO, 2020, p. 30).

Ao considerar que o cenário político argentino se baseia fortemente na caracterização de uma oposição consistente, não somente ao Partido Justicialista, como também ao movimento peronista (e com o kirchnerismo como variável contemporânea). De acordo com Morresi e Vommaro (2014) um partido que seja classificado como anti-peronista (ou que ofereça propostas para além do peronismo) ainda precisa ser inserido no contexto nacional.¹¹¹ Ainda que incerta, tal ação faz-se necessária para fortalecimento da direita.

¹¹⁰ “Em suma, a adoção de políticas econômicas ortodoxas e de uma política externa menos autônoma representa um retorno da Argentina ao modelo neoliberal. As consequências foram as mesmas enfrentadas pelos governos Menem e De la Rúa” (LEÃO, 2020, p. 30).

¹¹¹ “A party that is both ‘beyond left and right’ and ‘beyond Peronism and non-Peronism’ appears to be in the process of establishing itself, but its future is uncertain. This uncertainty is due to the success of PRO in the CBA and lies mainly in two factors that do not seem to exist outside that district. First, the electorate in the CBA is peculiar: it is traditionally non-Peronist, identified with the high hemisphere of politics, earns above the average national income, and has a cosmopolitan worldview and a relationship of proximity to— but not dependence on— public services and the state” (MORRESI; VOMMARO, 2014, p. 340).

4. CONCLUSÃO

No primeiro capítulo desta monografia, foi possível averiguar historicamente a guinada dos governos de esquerda, assim como as principais vertentes teóricas que fornecem respaldo para o cumprimento das políticas em âmbitos nacionais. Destaca-se que há, claramente, divisão do período de ocorrência da Onda Rosa a partir de diferentes lideranças e administrações que chegaram ao poder. A etapa inicial deste estudo foi averiguar de que forma e em que contexto o afloramento desta ideologia aconteceu na Venezuela, Chile, Brasil e Argentina, que posteriormente refletiram em outras nações latino-americanas.

Os processos de redemocratização foram auferidos de maneira síncrona com a adesão de agendas neoliberais. O fim da Guerra Fria atado com instabilidades políticas, a crescente desigualdade social e o aumento da inflação em grande parte das nações latinas foram gravames da direita que havia consolidado-se por décadas com poder.

O respaldo democrático dos governos eleitos conferiu legitimidade às mudanças em jogo, que previam a ruptura da ordenação política, e a propagação do populismo (PANIZZA, 2008).¹¹² O engajamento do povo (ou *plebe*) resplandece, para o bem ou para o mal, no “exercício da soberania” (PANIZZA, 2008, p. 88) e o apoio

¹¹² Conforme esse exercício, cabe às massas encabeçar, de igual forma, a ilegitimidade que pode ser conferida à determinados líderes e gestões; neste sentido, podendo haver a conjunção da derrocada de governos (PANIZZA, 2008).

popular, durante o período, atribuiu às esquerdas o direito fundamental às gerências nacionais.¹¹³

O traço populista, admitido aqui como efeito resultante às democracias instauradas no Ocidente (EATWELL; GOODWIN, 2018), é um mero reagente a configurações políticas tradicionais, comumente ligadas ao elitismo e ao nacionalismo excessivo precedentes à Onda Rosa.

A partir da tendência ao neoliberalismo progressista foram avaliados como pontos comuns na guinada das esquerdas, dentre eles a busca maior entrosamento regional e maior emancipação em relação aos EUA aliado ao desenvolvimento de políticas sociais mais expressivas.

Contudo, a análise permitiu constatar que o fenômeno da Onda Rosa se inclina para a equalização das esquerdas em geral. Silva (2010) propõe que classificações tipológicas permitem a compreensão de “[...] estruturas e temporalidades distintas são importantes fatores explicativos das diferenças entre essas esquerdas” (p. 8). Para o estudo de Silva (2010) releva-se “[...] destacar que as esquerdas governantes latino-americanas integram subconjuntos potencialmente mutáveis, e não conjuntos isolados e estancados” (p. 8).

O quadro abaixo exemplifica a classificação da guinada da esquerda dos diferentes governos nos quatro países abordados, bem como suas lideranças, partidos e data de início de exercício:

Quadro 1 - Classificação dos governos de esquerda que caracterizam o início do fenômeno da Onda Rosa

País	Presidente	Partido	Período	Posicionamento (Esquerda)
Venezuela	Hugo Chávez	PSUV	1999-2013	Bolivariana
Chile	Ricardo Lagos	PSCh	2000-2006	Democrática
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	2003-2011	Democrática
Argentina	Néstor Kirchner	PJ	2003-2007	Kirchnerista

Fonte: Da autora.

¹¹³ En el populismo clásico latinoamericano, organizaciones sociales subordinadas al estado y marcos institucionales débiles aumentaron la identificación directa entre el líder y el pueblo (PANIZZA, 2008, p. 90).

Algumas outras características em comum podem ser observadas, como a forte influência do movimento bolivariano que, além de ter sido um fator influenciador na Venezuela, mostrou-se importante também na Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá e Peru. O bolivarianismo marca “a cisão constitutiva entre o líder do Movimento Bolivariano e o Presidente da Venezuela obriga Chávez a ensaiar um ato de equilíbrio [...]” (PANIZZA, 2008, p. 91). Se observa nos casos do Brasil, com Lula, e do Chile, com Lagos (e posteriormente Bachelet), a presença de uma esquerda que se enquadra nos moldes democráticos com forte adesão popular e apoio eleitoral. Já a Argentina ilustra um modelo próprio denominado de kirchnerista, vertente originada do legado peronista com a implementação de uma ótica centrista.

O estudo não objetivou promover de forma aprofundada a tipologia e a classificação das esquerdas, e sim elucidar uma linha temporal que permitem compreender os contextos nacionais que evoluíram e irromperam em governos de cunho neoliberal progressista.¹¹⁴ Desta forma, acredita-se que a abstenção tenha sido frutífera para averiguação causal do fenômeno da Onda Rosa a partir de amplos aspectos histórico, político e geográfico.

A partir do segundo capítulo desta monografia constatou-se a tangibilidade da alternância política na América Latina, com o início do ciclo que possibilitou a guinada das direitas contemporâneas. O estudo desta modificação no cenário político latino elucidou cronologicamente a guinada dos líderes, partidos e ideias eleitas ao poder que caracterizam a tendência da Onda Conservadora.

A etapa secundária deste estudo foi averiguar o contexto da ascensão da ideologia de direita na Venezuela, Chile, Brasil e Argentina. Através da pesquisa realizada sobre a ocorrência da Maré Azul foi possível observar que os países, ainda que de forma concatenada, percorreram diferentes trajetórias antes da efetiva guinada da direita.¹¹⁵ Desta forma, foram brevemente apresentados governos transicionais (não necessariamente inclusos ao fenômeno da Onda Roda, como é o exemplo de Michel Temer no Brasil) que antecederam a eleição dos líderes

¹¹⁴ O estudo da Onda Rosa e da Onda Conservadora permitem o exercício tipológico dos governos. A tipologia apresentada faz parte de um estudo incipiente que visou classificar tanto os governos de esquerda como os de direita vigente na América Latina nas últimas três décadas e deve ser aprofundada em um próximo trabalho. A monografia permitiu que houvesse a primeira tentativa de embasamento para criação dos quadros, contudo propõe-se a retomada deste estudo no futuro.

¹¹⁵ “Signaling a broader pivot away from progressive forces, the swing to the right in Argentina was quickly followed by Dilma Rousseff’s impeachment in Brazil, Lenín Moreno’s election and subsequent neoliberal turn in Ecuador, and Sebastián Piñera’s reelection in Chile” (MASON-DEESE, 2019, p. 318).

conservadores e apresentaram a exaustão da esquerda. A seguir uma síntese dos governos transicionais:

Quadro 2 - Classificação dos governos que caracterizam o final do fenômeno da Onda Rosa

País	Presidente	Partido	Período	Posicionamento
Venezuela	Nicolás Maduro	PSUV	2012-2013	Esquerda
			2013-atual.	Bolivariana
Chile	Michelle Bachelet	PSCh	2006-2010	Esquerda
			2014-2018	Democrática
Brasil	Dilma Rousseff	PT	2011-2014	Esquerda
			2015-2016	Democrática
	Michel Temer	PMDB	2016-2018	Centro Conservador
Argentina	Cristina Kirchner	PJ	2007-2015	Esquerda Kirchnerista

Fonte: Da autora.

Em seguida, foram abordados os governos, líderes e partidos que representam a guinada do conservadorismo, sendo que destes, alguns permanecem atualmente no poder. Ressalta-se que as direitas fazem parte da quarta onda populista com início no século XXI (MUDDE, 2019), também apresentam características distintas e que não devem ser homogeneizadas pelo movimento e dentro deste aspecto existem algumas classificações que podem ser utilizadas.¹¹⁶

O caso pontual como o da Venezuela ainda não apresenta total consolidação do giro à direita. Possivelmente o país configura a conjuntura mais decadente da análise realizada, pois, desde 2018, enfrenta um cenário de incertezas e instabilidades econômicas e sociais. A disputa entre Maduro e Guaidó permanece com um desfecho comprometido ao inquérito da democracia e sua validade, conquanto os resultados da eleição presidencial ainda seguem sob questionamento de idoneidade.

¹¹⁶ “There is no academic consensus on the correct terms for the broader movement and the various subgroups within it. Moreover, the dominant term has been changing throughout the postwar era. In the first decades, these movements were primarily described in terms of ‘neo-fascism’, which changed to ‘extreme right’ in the 1980s, ‘radical right’ in the 1990s, some form of ‘right-wing populism’ in the early twenty-first century, as well as ‘far right’ in more recent years. This development reflects changes both within the movement itself and in the scholarly community that studies it” (MUDDE, 2019, n.p).

A questão chilena, ao contrário dos demais países, explicitou um processo alternado de inserção da direita contemporânea, que foi intercalada com governos de esquerda. O ciclo da direita teve início em 2010 com Piñera, sendo o primeiro dos países analisados a configurar os ensaios da Onda Conservadora.

Já na Argentina, testemunha-se a ocorrência da guinada da direita com a eleição de Macri em 2015.¹¹⁷ A escolha popular de Macri esteve permeada de diversos fatores, um dos mais importantes figurado pela literatura é o desarranjo do peronismo, que falhou em articular-se para sucessão de CFK e a renovação dos moldes do kirchnerismo. Em 2019 houve o giro contrário da nação, ao retornar à governança a esquerda de Fernández (PJ) sob vice presidência de CFK, demonstrando que a ala ideológica de direita nem sempre se sustenta nas urnas (conforme apresenta o caso da não reeleição de Macri).¹¹⁸

O ambiente brasileiro, por outro lado, encontra-se no auge do exercício da direita conservadora. Eleito em outubro de 2018, Bolsonaro iniciou suas funções no início do ano seguinte, e configura o princípio da dinâmica do bolsonarismo, fruto do populismo de direita, que é amplamente disseminada através das mídias sociais. Tendo em vista a compreensão política é limitada a indivíduos inseridos diretamente no contexto público, grande parte da população recebe através das mídias o conteúdo que irá processar de forma distinta por cada indivíduo (SOUZA; LAMOUNIER, 2010).¹¹⁹

A nova onda populista traz a disseminação da direita que se encaixa na oferta do conservadorismo contemporâneo. Há várias tipologias que buscam esclarecer e situar partidos, indivíduos e ideias no espectro político. Por exemplo, segundo Casarões (2020, informação verbal)¹²⁰, a direita pode ser classificada em moderada, radical e extrema. A interpretação do autor atribui à 'moderada' traços como o

¹¹⁷ "The newly inaugurated Macri milked the moment in Argentina, dancing across the balcony of the Casa Rosada - the presidential residence coincidentally known as the Pink House - to a cumbia song sung by Vice President Gabriela Michetti in front of a throng of thousands of supporters" (NOEL, Vice News, 2015).

¹¹⁸ "Ao longo da campanha eleitoral, Fernández se posicionou em relação a temas importantes da política brasileira, com respostas ácidas ao presidente Jair Bolsonaro e defesa pública do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva" (MOTA, BBC News Brasil, 2019). A ida do presidente do Brasil à Argentina, tradicionalmente realizada em prol da posse do líder eleito no país vizinho, tem sido postergada por Bolsonaro em um ato claro de reprovação à escolha popular de Fernández.

¹¹⁹ "Sozinha ou conjugada a outro meio, a televisão é de longe a principal fonte de informação no país. Isso é particularmente verdadeiro no caso das classes trabalhadora e baixa, que formam maior parte de audiência televisiva" (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 138).

¹²⁰ Elementos cunhados por Guilherme Casarões durante II Encontro de Relações Internacionais do Rio de Janeiro (ERIRio) em 2020, evento realizado virtualmente.

nacionalismo e o nativismo (sentimento de pertencimento e comoção com a posse originária); à 'radical', acresce os fatores do primeiro subgrupo somados ao exercício da xenofobia e do autoritarismo através de uma abordagem populista; à 'extrema', apresenta o extremismo em ruptura ao sistema democrático.

Para Mudde (2019) a direita moderada é representada pelo *mainstream* que compreende os conservadores e liberais da ideologia, já as esferas radical e extrema configuram uma hostilidade para a democracia:

A extrema direita rejeita a essência da democracia, ou seja, a soberania popular e o governo da maioria. O exemplo mais infame da extrema direita é o fascismo, que levou ao poder o *Führer* Adolf Hitler e o italiano *Duce* Benito Mussolini, e foi responsável pela guerra mais destrutiva da história mundial. A direita radical aceita a essência da democracia, mas se opõe a elementos fundamentais da democracia liberal, principalmente os direitos das minorias, o estado de direito e a separação de poderes. Ambos os grupos se opõem ao consenso democrático liberal do pós-guerra, mas de maneiras fundamentalmente diferentes. Enquanto revolucionária de extrema direita, a direita radical é mais reformista. Em essência, a direita radical confia no poder do povo, a extrema direita não (MUDDE, 2019, n.p, tradução livre).¹²¹

A tipificação pode ir além, conforme aplica Codato et al. (2018) especificamente ao caso brasileiro com cinco modelos nos quais “[...] os representantes da direita nacional poderiam ser classificados como: o político tradicional de direita, o político da nova direita popular, o político da direita populista, o político da direita neoliberal e o político da direita libertária” (p. 886).¹²² A partir da exposição de diferentes termos cunhados, o presente trabalho buscou uma classificação própria que exemplifica as direitas abordadas ao longo da pesquisa.

¹²¹ “The extreme right rejects the essence of democracy, that is, popular sovereignty and majority rule. The most infamous example of the extreme right is fascism, which brought to power Führer Adolf Hitler and Italian Duce Benito Mussolini, and was responsible for the most destructive war in world history. The radical right accepts the essence of democracy, but opposes fundamental elements of liberal democracy, most notably minority rights, rule of law, and separation of powers. Both groups oppose the postwar liberal democratic consensus, but in fundamentally different ways. While the extreme right revolutionary, the radical right is more reformist. In essence, the radical right trusts the power of the people, the extreme right does not” (MUDDE, 2019, n.p).

¹²² Destes, Bolsonaro de enquadraria empiricamente no espectro da direita populista.

Quadro 3 - Classificação dos governos de direita que caracterizam o início do fenômeno da Onda Conservadora

País	Presidente	Partido	Período	Posicionamento (Direita)
Venezuela	Juan Guaidó	VP	N/A	N/A
Chile	Sebastián Piñera	RN	2010-2014	Democrática
			2018-atual.	
Brasil	Jair Bolsonaro	PSL	2019-atual.	Bolsonarista
Argentina	Mauricio Macri	PRO	2015-2019	Macrista

Fonte: Da autora.

A leitura do quadro de forma exemplificada possibilita constatar que a Venezuela apresenta um enquadramento não aplicado, pois a oferta de Guaidó (como apresentado na proposta para a eleição) enquadra-se no centro; caso sua gestão tivesse efetivamente ocupado o poder nacional uma posição moderada popular seria possivelmente adotada. Ao Chile, concebeu-se a gradação de direita democrática devido às alterações de poder com a coalizão de esquerda chilena, dissecando esse aspecto é possível deparar-se com uma direita neoliberal. Por fim, Brasil e Argentina aos olhos deste estudo configuram uma visão das direitas populistas, que eclodiram a partir de movimentos pontuais como o macrismo e o bolsonarismo.

O reflexo da guinada das direitas na história contemporânea contribui para o entendimento da deterioração dos programas e blocos de desenvolvimento regional, portanto, o estudo buscou também descrever as principais mudanças que envolvem a política externa dos países e como as ideologias nacionais interferem ao fim e ao cabo na diplomacia das relações exteriores.

Um dos fatores marcantes em comum da guinada conservadora foi o forte nacionalismo incorporado pelos países e um movimento contra a ‘venezuelanização’ política. O sentimento de ameaça que emana do cenário venezuelano fez com que os demais atores tenham decidido em conjunto a favor da suspensão do país do Mercosul. Nesse sentido a prática do regionalismo é colocada em um patamar não prioritário para desenvolvimento.¹²³

¹²³ “However, the realignment does frustrate the regional Right’s attempts to create a strong block against Venezuela’s Maduro, leaves Brazil’s Bolsonaro without an important ally, and represents a setback for U.S. policy in the region. But it also shows that the region’s resurgent right-wing governments are not as coherent and powerful as first thought. Despite their authoritarian practices and rhetoric, they are made up of fragile alliances that are still subject to their own internal contradictions and to popular pressure” (MASON-DEESE, 2019, p. 321).

Em conclusão, como Luna e Kaltwasser (2014) elucidam, o estudo da guinada das direitas contemporâneas ainda é limitado devido à recente ocorrência da quarta onda. Comprova-se que as vertentes históricas da direita sempre estiveram intimamente relacionadas à religião, contudo “[...] muitas forças de direita moderaram sua agenda em relação às questões morais” (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 361, tradução livre) para alcançarem novamente o poder.¹²⁴ Dentre o eleitorado da ideologia, Madalozzo e Chebib (2017) afirmam que há fatores decisivos de identificação com líderes e partidos conservadores pois, “o aumento da idade, a frequência ao serviço religioso e a satisfação com a vida financeira aumentam a tendência dos indivíduos de se posicionarem à direita do espectro político” (p. 22, tradução livre).¹²⁵

Finalmente, a pouca estabilidade política na América Latina faz com que a alternância seja uma característica presente em âmbito doméstico nas nações.¹²⁶ Não existe garantia de que a direita se manterá no poder; aqui são inseridos diversos fatores externos, como o reflexo do alinhamento aos EUA, a crise do regionalismo e uma nova ordem mundial econômica com o protagonismo da China no comércio internacional; além de elementos sistêmicos, as causas domésticas são as mais importantes para estabelecimento da direita e da esquerda.

Existem esquerdas e direitas. Novos ciclos podem ser iniciados, com os mais diferentes embasamentos devido a relatividade das ideologias, no entanto é sabido que a esquerda precisa articular-se de forma unitária e efetiva para enfrentar a direita e promover uma oferta concisa de alternativa ao neoliberalismo conservador, e em salvaguarda à democracia.

¹²⁴ “[...] many rightwing forces have moderated their agenda in relation to moral issues” (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 361).

¹²⁵ “Increased age, religious service attendance, and satisfaction with one’s financial life increase the tendency of individuals for self-positioning to the right of the political spectrum” (MADALOZZO; CHEBIB, 2017, p. 22).

¹²⁶ “[...] temos tido governos conservadores, progressistas, de coalizão e ditaduras empresariais-militares” (MOGILKA, 2019, p. 80).

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **A coordenação Federativa no Brasil: a experiência no governo FHC e os desafios do governo Lula**. Curitiba, 2005, Revista Sociologia Política, p. 41-67. Disponível em <scielo.br/pdf/rsocp/n24/a05n24.pdf>. Acesso em 18 de jun. de 2020.

AGGIO, Alberto. **O Chile de Lagos: o desafio de um novo curso democrático**. Estudos de Sociologia, 2000. Disponível em <repositorio.unesp.br/handle/11449/106908>. Acesso em 22 de abr. 2020.

ALBUQUERQUE, Marianna Restum. **Crise Política na Venezuela: Maduro e o “chavismo sem Chávez”**. Boletim da OPISA, 2017, n. 1, p. 05-07. Disponível em <opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Boletim_OPISA_2017_n1.pdf>. Acesso em 10 de set. 2020.

ALBUQUERQUE, Marianna; MEDEIROS, Josué. **A crise da democracia no Brasil: do lulismo ao bolsonarismo**. América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional - OPISA. Rio de Janeiro, Multifoco, 2020, p. 52-70. Disponível em <opsa.com.br/livro15anos/>. Acesso em 10 de out. 2020.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003. Tradução: Vera Pereira.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Tradução: Roberto Raposo.

BARTLETT, John. 'The constitution of the dictatorship has died': Chile agrees deal on reform vote. **The Guardian**. Santiago, 15 nov. 2019. Disponível em <theguardian.com/world/2019/nov/15/chile-referendum-new-constitution-protests>. Acesso em 25 nov. 2020.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1995. Tradução: Marco Aurélio Nogueira.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 1ª ed., vol. 1. Tradução: Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís.

BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **Analisando a crise do subprime**. Rio de Janeiro, Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2008, v. 15, n. 30, p. 129-159. Disponível em <web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8344>. Acesso em 2 de out. 2020.

BORON, Atilio A. **Néstor Kirchner e as desventuras da "centro-esquerda" na Argentina**. Lutas Sociais, 2007, n. 17/18, p. 9-22. Tradução de Pedro Fassoni Arruda. Disponível em <revistas.pucsp.br/ls/article/view/18629>. Acesso em 08 de jul. 2020.

BOWEN, James D. **The Right in "New Left" Latin America**. Journal of Politics in Latin America, 2011, v. 3, n. 1, p. 99-124. Disponível em <journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1866802X1100300104>. Acesso em 05 de abr. 2020.

BUSTAMANTE, Gilberto Aranda; RIVERA, Jorge Riquelme. **La política exterior de Chile desde 1990. Inserción internacional y prioridad regional**. Cuaderno sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo, 2011, v. 6, n. 11. Disponível em <revencyt.ula.ve/storage/repo/ArchivoDocumento/cuadrird/v6n11/art02.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2020.

CAMOU, Antonio. **Kirchnerista como problema y solución en la Argentina actual**. Stockholm Review of Latin American Studies, Latin America: Left, Right or Beyond? 2008, Issue No. 3, p. 143-153. Disponível em <researchgate.net/publication/49607137_Latin_America_Left_Right_or_Beyond>. Acesso em 07 de nov. 2020.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Brasília, Revista Brasileira de Política Internacional, 2014, v. 57, n. 2, p. 133-151. Disponível em <repositorio.unb.br/bitstream/10482/22708/1/ARTIGO_DeclinioInsercaoInternacional.pdf>. Acesso em 01 de out. 2020.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábía; BOLOGNESI, Bruno. **Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica**. Análise Social, n. 229, p. 870-897, 2018. Disponível em <scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0003-25732018000400002&script=sci_arttext&lng=en>. Acesso em 26 de nov. 2020.

COLOMER, Josep. **The Left-Right Dimension in Latin America**. SSRN Electronic Journal, 2005. Disponível em

<repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/353/813.pdf?sequence=1>. Acesso em 23 de mar. 2020.

COSTA, Murilo Gomes da; TANSCHKEIT, Talita. **E no entanto, ela se move! As transformações recentes da democracia no Chile**. América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional - OPSA. Rio de Janeiro, Multifoco, 2020, p. 71-89. Disponível em <opsa.com.br/livro15anos/>. Acesso em 10 de out. 2020.

DA TRINDADE MOURA, Lucas. **A ascensão do governo Chávez na Venezuela e sua relação com os movimentos sociais**. GEPAL, 2013. Disponível em <uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v6_lucas_GVI.pdf>. Acesso em 16 de abr. 2020.

DE OLIVEIRA PEREIRA, Matheus. Capítulo 4. **A vitória de Mauricio Macri e as relações internacionais sul-americanas: mudança de época?** São Paulo, Análise de Conjuntura em Relações Internacionais - Abordagens e Processos, 2016, 1. ed, p. 131-161.

DURÁN, Mario Fernando Garcés. **Estallido Social y una nueva constitución para Chile**. LOM Ediciones, 2020.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo**. Vitória, Argumentum, 2017, v. 9, n. 2, p. 8-19. Disponível em <dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6092505>. Acesso em 29 de out. 2020.

EATON, Kent. **New Strategies of the Latin American Right: Beyond Parties and Elections**. The Resilience of the Latin American Right, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2014, p. 75-93.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **National populism: The revolt against liberal democracy**. Penguin UK, 2018.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Katál Florianópolis, 2007, v. 10, n. 1, p. 65-74. Disponível em <scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a08.pdf>. Acesso em 18 de jun. 2020.

FUKUSHIMA, Kátia Alves. **Os mecanismos de democracia direta e as constituições no Brasil, Chile e Venezuela**. Teoria & Pesquisa: revista de ciência política, São Carlos, 2019, v. 28, n. 3, p. 1-20. Disponível em <bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6572>. Acesso em 25 de nov. 2020.

GOLDZWEIG, Rafael Schmuziger. **A Entrada da Venezuela no Mercosul: Análise dos Aspectos Políticos e Econômicos**. Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, 2013, v. 1, n. 1, p. 02-29. Disponível em <semanticsscholar.org/paper/A-ENTRADA-DA-VENEZUELA-NO-MERCOSUL%3A-AN%C3%81LISE-DOS-E-Goldzweig/e9a46ff618c5623b8e9cfd5fd779756a8596742d?p2df>. Acesso em 24 de set. 2020.

GUEDES, Marco Aurélio Peri; VAL, Eduardo Manuel. **Gênese dos direitos fundamentais no constitucionalismo chileno do século XIX**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD) – Unisinos, 2017, p. 42-52. Disponível em <revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/13089>. Acesso em 30 de mai. 2020.

HAWKINS, Kirk. **Populism in Venezuela: the rise of Chavismo**. Third World Quarterly, 2003, vol. 24, n. 6, p. 1137-1160. Disponível em <tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436590310001630107>. Acesso em 08 de abr. 2020.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. LeBooks Editora, 2019, 2ª Ed.

HUNEEUS, Carlos. **Variadas de governos de coalizão no presidencialismo. Chile, 1990-2010**. Dados, 2012, v. 55, n. 4, p. 877-910. Disponível em <scielo.br/pdf/dados/v55n4/v55n4a02.pdf>. Acesso em 26 de mai. 2020.

HJELMESETH, Kristofer Haugen. **Why does the United States support Juan Guaidó in Venezuela?** BS thesis, NTNU, 2019. Disponível em <ntnuopen.ntnu.no/ntnu-xmlui/handle/11250/2613566>. Acesso em 19 de out. 2020.

KATO, Volia R. da Costa. **El radicalismo**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, FGV, 1973, v.13, n.4. Disponível em <scielo.br/pdf/rae/v13n4/v13n4a14.pdf>. Acesso em 15 de ago. de 2020.

KELSEN, Hans. **A democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Tradução: Ivone Castilho Benedetti, Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla, Vera Barkow.

KORYBKO, Andrew. **Hybrid Wars: the indirect adaptive approach to regime change**. The People's Friendship University of Russia, 2015.

LALANDER, Rickard. **Venezuelan Left Parties in the Era of Hugo Chávez**. Stockholm Review of Latin American Studies, 2008, Issue No. 3, p. 131-142. Disponível em <researchgate.net/publication/49607137_Latin_America_Left_Right_or_Beyond>. Acesso em 08 de abr. 2020.

LEÃO, André Pimentel Ferreira. **A Política Externa e a Conjuntura Econômica da Argentina (2003-2018): Entre o Distanciamento e o Retorno do Neoliberalismo**. América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional - OPSA. Rio de Janeiro, Multifoco, 2020, p. 16-33. Disponível em <opsa.com.br/livro15anos/>. Acesso em 10 de out. 2020.

LEVITSKY, Steven; MURILLO, María Victoria. **Argentina weathers the storm**. Journal of Democracy, 2003, v. 14, n. 4, p. 152-166. Disponível em <muse.jhu.edu/article/48108/summary>. Acesso em 01 de jul. 2020.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. **The resurgence of the Latin American left**. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2011. Disponível em

<edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/394272/mod_resource/content/1/The%20Resurgence%20of%20the%20Latin%20Ame%20-%20Steven%20Levitsky%20Intro.pdf>. Acesso em 01 de abr. 2020.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **The Resilience of the Latin American Right**. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2014.

MADALOZZO, Regina Carla; CHEBIB, Afonso Mariutti. **Political Preferences and Individual Choice: A Latin American's Countries Perspective**. Revista de Sociologia e Política, 2017, v. 25, n. 63, p. 3-25. Disponível em <scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782017000300003&script=sci_arttext>. Acesso em 27 de nov. 2020.

MARCONI, Nelson. **O Desempenho do Comércio Exterior Brasileiro no Período Pós-Crise**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Boletim de Economia e Política Internacional, 2013, n. 13, p. 35-56. Disponível em <repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4450>. Acesso em 05 de out. 2020.

MASON-DEESE, Liz. **A Changing Tide in Argentina? Mauricio Macri's election was supposed to herald the end of the Pink Tide and the rise of the Right in Latin America. After a disastrous mandate marked by deep austerity and widespread unrest, does his defeat—and Peronism's return—signal a new leftist wave?** NACLA Report on the Americas, 2019, v. 51, n. 4, p. 316-322. Disponível em <tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714839.2019.1692918?journalCode=rnac20>. Acesso em 19 de nov. 2020.

MELÉNDEZ, Carlos. **Is There a Right Track in Post-Party System Collapse Scenarios? Comparing the Andean Countries**. The Resilience of the Latin American Right, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2014, p. 167-198.

MELO, Milena Petters. **Constitucionalismo, pluralismo e transição democrática na América Latina**. Revista da anistia política e justiça de transição, 2010, p. 140-155.

MOGILKA, Maurício. **Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal**. Macapá, PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 2019, v. 12, n. 2, p. 75-87. Disponível em <periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/4403/mauriciov12n2.pdf>. Acesso em 01 de out. 2020.

MOGILKA, Maurício. **Repensar a democracia**. Macapá, PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 2014, v. 7, n. 1, p. Disponível em <periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1015/Mogikav7n1.pdf>. Acesso em 06 de out. 2020.

MONTERO, Alfred P. **Brazil: Explaining the Rise and Decline of the Conservatives.** The Resilience of the Latin American Right, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2014, p. 294-318.

MORRESI, Sergio; VOMMARO, Gabriel. **Argentina: The Difficulties of the Partisan Right and the Case of the Propuesta Republicana.** The Resilience of the Latin American Right, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2014, p. 294-318.

MOTA, Camilla Vera. 'Amigo de Lula' e veterano peronista, Alberto Fernández é eleito presidente da Argentina com 48% dos votos. **BBC News Brasil.** Buenos Aires, 28 out. 2019. Disponível em <bbc.com/portuguese/internacional-50203869>. Acesso em 26 de nov. 2020.

MUDDE, Cas. **The far right today.** John Wiley & Sons, 2019.

NATANSON, José. **Argentina: Elecciones en tiempos de grieta.** Nueva sociedad, 2019, v. 281, p. 4-11. Disponível em <nuso.org/media/articles/downloads/COY_Natanson_281.pdf>. Acesso em 19 nov. de 2020.

NAVIA, Patricio. **La izquierda de Lagos vs. la izquierda de Chávez.** Foreign Affairs, 2006, v. 6, n. 2, p. 75-88. Disponível em <puentedemocratico.org/documentos/documento_52.pdf>. Acesso em 14 de jun. 2020.

NAVIA, Patricio. **Legislative candidate selection in Chile.** Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America, p. 92-118, 2004. Disponível em <citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.453.4802&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 22 de abr. 2020.

NOEL, Andrea. The Year the 'Pink Tide' Turned: Latin America in 2015. A new right-wing president in Argentina and the gathering force of the opposition in Venezuela has left the longtime dominance of leftist governments in Latin America looking shaky. **Vice News.** 29 de dez. 2015. Disponível em <vice.com/en/article/wjazpy/the-year-the-pink-tide-turned-latin-america-in-2015>. Acesso em 27 de nov. 2020.

OLIVARES, Nicolás Miranda. **Cumplimiento de propuestas programáticas: Michelle Bachelet (2006-2010) y Sebastián Piñera (2010-2014).** Revista de Ciência Política, 2018, v. 56, n. 1, p. 37-59. Disponível em <revistaestudiosarabes.uchile.cl/index.php/RP/article/view/58133>. Acesso em 25 de nov. 2020.

PANIZZA, Francisco. **Fisuras entre Populismo y Democracia en América Latina.** Stockholm Review of Latin American Studies, 2008, Issue No. 3, p. 81-93.

PRIBBLE, Jennifer; HUBER, Evelyn. **Social policy and redistribution: Chile and Uruguay.** University of Richmond, Virginia, Political Science Faculty Publications, 2013. Disponível em

<scholarship.richmond.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1010&context=polisci-faculty-publications>. Acesso em 13 de jun. 2020.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de transição: contornos do conceito**. Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em <teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-05032013-074039/en.php>. Acesso em 30 de mar. 2020.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **Caracterizando os governos “pós-liberais” latino-americanos**. Libertas, Juiz de Fora, 2015, v. 1, n. 1, p. 1-21. Disponível em <periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18311>. Acesso em 20 de mai. 2020.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. **A Crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudança nas relações triangulares**. Contexto Internacional, 2004, v. 26, n. 1, p. 107-148. Disponível em <scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292004000100003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 16 nov. 2020.

SAVAZONI, Rodrigo. **A onda rosa-choque: reflexões sobre redes, cultura e política contemporânea**. Rio de Janeiro, Beco do Azogue, 2013.

SEABRA, Raphael Lana. **A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo**. 2010. Disponível em <repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8590>. Acesso em 10 de abr. 2020.

SIAVELIS, Peter M. **Chile: The Right's Evolution from Democracy to Authoritarianism and Back Again**. The Resilience of the Latin American Right, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2014, p. 242-267.

SILVA, Fabrício Pereira. **Até onde vai a “onda rosa”?** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, OPISA, Análise de Conjuntura, 2010, n. 2, p. 1-20.

SILVA, Gustavo J. **Conceituações teóricas: esquerda e direita**. São Paulo, Periódicos da USP - Humanidades em diálogo, 2014, v. 6, p. 149 - 162. Disponível em <revistas.usp.br/humanidades/issue/view/7997/416>. Acesso em 23 abr. 2020.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. **O Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e o Partido Socialista (PSCh) no Chile: a transformação da esquerda latino-americana**. 2009. Disponível em <repositorio.unb.br/bitstream/10482/7732/1/2009_RodrigoFreireCarvalhoSilva.pdf>. Acesso em 16 de jun. 2020.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. **A Classe Média Brasileira: Ambições, Valores e Projetos de Sociedade**. Elsevier, Rio de Janeiro, 2010.

TERRON, Sonia Luiza. **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)**. Rio de Janeiro, 2009.

VADELL, Javier Alberto. **A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2006, v. 49, n. 1, p. 194-214. Disponível em <scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292006000100011&script=sci_arttext>. Acesso em 17 de jul 2020.

VILLA, Rafael Duarte. **Venezuela: o projeto de refundação da República**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2000, n. 49, p. 135-159. Disponível em <scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452000000100008&script=sci_arttext>. Acesso em 20 de mai. 2020.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Venezuela e Brasil na Política Internacional: Cooperação Bilateral e Inserção Mundial**. Rio de Janeiro, Contexto Internacional, 1996, v. 18, n. 1, p. 121-141. Disponível em <search.proquest.com/openview/6f7532bc11282dc004ef610a83b95a3b/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339>. Acesso em 26 de out. 2020.

WEBER, **Duas Décadas de Bolivarianismo na Venezuela (1999-2019)**. América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional - OPSA. Rio de Janeiro, Multifoco, 2020, p. 175-191. Disponível em <opsa.com.br/livro15anos/>. Acesso em 10 de out. 2020.

WEFFORT, F. 1989. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WIESEHOMEIER, Nina; DOYLE, David. **Profiling the Electorate: Ideology and Attitudes of Rightwing Voters**. The Resilience of the Latin American Right, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2014, p. 48-74.